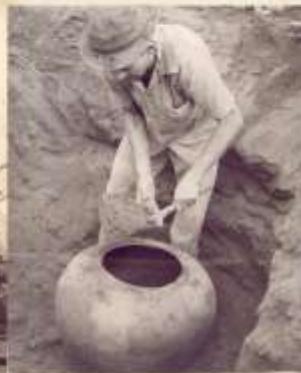


José Adelson Lopes Peixoto
Yuri Franklin dos Santos Rodrigues (Orgs.)

HISTÓRIA, IMAGEM E MEMÓRIA DE
**PALMEIRA DOS
ÍNDIOS**
NO ACERVO DO GPHIAL



Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas



HISTÓRIA, IMAGEM E MEMÓRIA DE **PALMEIRA DOS** **ÍNDIOS**

NO ACERVO DO GPHIAL

Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas

A relevância desta obra, ancora-se na possibilidade de criar uma fonte de pesquisa permanente, oriunda de acessos a diversas fontes, proporcionando a circulação de memórias e histórias de vários atores sociais, muitos dos quais silenciados e/ou invisibilizados pela história oficial. Não pretendemos anular as narrativas anteriores, pois, compreendemos que a História é fruto da apreensão do historiador, contudo, apresentamos novas interpretações, olhares e discussões sobre fatos, lugares, personagens e eventos que compõem a trama social em Palmeira dos Índios. Esta obra, não esgota o campo de pesquisa sobre a temática, pois, segundo o historiador francês Marc Bloch, o passado segue em ininterrupto progresso. Com essa perspectiva, descrevemos a Praça da Independência, o Museu Xucurus, a Feira do Quadro, o papel do memorialista Luiz B. Torres, migrações indígenas, identidades, carnavais e religiosidade, frutos das pesquisas desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, ação que esperamos tornar contínua e processual com publicações futuras.

José Adelson Lopes Peixoto e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues

ISBN 978-85-31459-03-1



www.editoraolyver.org



GPHIAL

Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas



HISTÓRIA, IMAGEM E MEMÓRIA DE
PALMEIRA DOS ÍNDIOS
NO ACERVO DO GPHIAL

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)
Absolute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

Prof^a Dr^a. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Laís da Costa Agra

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Prof^a Dr^a. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Prof^a Dr^a. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

JOSÉ ADELSON LOPES PEIXOTO
YURI FRANKLIN DOS SANTOS RODRIGUES
(ORGANIZADORES)

HISTÓRIA, IMAGEM E MEMÓRIA DE
PALMEIRA DOS ÍNDIOS
NO ACERVO DO GPHIAL

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
IMAGEM DE CAPA: Fotografia de José Adelson Lopes Peixoto

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | T.v. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S232p

PEIXOTO, José Adelson Lopes, RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos

História, imagem e memória de Palmeira dos Índios no acervo do GPHIAL. [recurso impresso] / José Adelson Lopes Peixoto, Yuri Franklin dos Santos Rodrigues (Organizadores). – Maceió, AL: Editora Olyver, 2019.

ISBN: 978-65-81450-03-8

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. Acervo. 2. Documentos. 3. Fotografias. 4. Memorialista. 5. Patrimônio I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:

1. História 981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
ENTRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR E O TRABALHO DO MEMORIALISTA: História, memória e usos do passado em Palmeira dos Índios a partir dos escritos de Luiz Barros Torres.....	15
Yuri Franklin dos Santos Rodrigues	
José Adelson Lopes Peixoto	
PALMEIRA DOS ÍNDIOS, “TERRA DE XUKURU”: polifonias sobre o povo Xukuru-Kariri no acervo do GPHIAL.....	46
Brunemberg da Silva Soares	
PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA: memórias visuais de Palmeira dos Índios.....	71
José Adelson Lopes Peixoto	
ENTRE FOTOGRAFIAS E MEMÓRIAS: o cotidiano na Feira do Quadro em Palmeira dos Índios – Alagoas (1947-1960)	100
Vinícius Alves de Mendonça	
A FORMAÇÃO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS NO DISCURSO DE LUIZ BARROS TORRES	125
Andrêina Stephane Alves Farias	

OS CARNAVAIS PALMEIRENSES NOS ESCRITOS DE LUIZ BARROS TORRES	136
Maria Hortência César de Góis	
A FÉ EM MOVIMENTO: práticas religiosas e devoção em Palmeira dos Índios – AL (1950-1970)	149
Luana Moraes dos Santos	
XUKURU-KARIRI: migrações e viagens para trabalho, pesquisas no acervo do GPFIAL.....	172
Adauto Santos da Rocha	
O MUSEU XUCURUS NOS ACERVOS DOCUMENTAIS: extratos de memórias na construção da pesquisa histórica em Alagoas.....	203
Aline de Freitas Lemos Paranhos	

APRESENTAÇÃO

POR UMA OUTRA HISTÓRIA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS ...

No ano de 2015, o projeto de pesquisa intitulado “Palmeira dos Índios em fontes documentais primárias e secundárias: patrimônio e memórias” foi aprovado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Em 2018, a pesquisa foi ampliada com a aprovação do projeto “A memória da cidade: história local, patrimônio e imagem em Palmeira dos Índios” e, finalmente, em 2019, a ação foi complementada com o projeto denominado “Entre o passado e o presente: memórias, documentos e imagens de Palmeira dos Índios”.

As três propostas visaram tratar as fontes documentais primárias e secundárias existentes no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL e utilizá-las para (re)escrever a história de Palmeira dos Índios, com o intuito de produzir e disponibilizar uma fonte histórica de fácil manuseio e que possa circular amplamente, uma vez que o acervo, pelas condições impostas pela ação do tempo, não pode ser disponibilizado para consultas. Trata-se, pois, de uma “tentativa de salvar da destruição muitos materiais largados em porões e depósitos abandonados, impedindo a viabilização de qualquer pesquisa” (SILVA, 1999, p. 88).

Tendo como base o referido acervo, composto por fotografias, jornais do início do século XX (inclusive com artigos inéditos de Graciliano Ramos), manuscritos, documentos cartoriais, correspondências, inventários, peças criminais, entrevistas gravadas em vídeo, cartas de alforria,

escrituras de compra e venda de escravos e de bens imóveis, buscamos introduzir uma nova perspectiva sobre a história local, evidenciando as memórias e histórias de múltiplos grupos sociais.

Buscamos evidenciar as histórias dos silenciados, marginalizados e esquecidos no processo histórico de formação do município, pois a “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419). Assim, as memórias armazenadas no acervo são instrumentos essenciais para perpetuação da história, infelizmente produzidas sob a emoção do saudosismo ou ufanismo do pertencimento, o que justifica a nossa intenção em apresentar uma interpretação desprovida da emoção, porém, marcada pela cientificidade da História e da Antropologia.

Portanto, essa coletânea de artigos nasceu de inquietações e problemas, frutos de um produto intelectual sobre a história, memória e imagens locais, tendo como luz o acervo do GPHIAL. Ambicionamos despertar novas pesquisas e fomentar o interesse em revisitar o passado para descortinar o presente e produzir **uma outra história de Palmeira dos Índios ...**

José Adelson Lopes Peixoto/GPHIAL/UNEAL

Yuri Franklin dos Santos Rodrigues/GPHIAL/UNEAL

(Organizadores)

Palmeira dos Índios, 20 de novembro de 2019.

PREFÁCIO

“O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes da vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história” (FARGE, 2009, p. 14).

Os arquivos são guardiões das memórias de homens e mulheres que teceram suas disputas, batalhas e histórias. Para Farge (2009)¹, “o arquivo não escreve páginas de história. Descreve, com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico...”, armazena fragmentos do cotidiano de indivíduos que viveram seus dramas e suas conquistas no labor e no sabor das suas múltiplas relações familiares, religiosas e institucionais.

Os acervos documentais são fontes para a História, neles encontramos fragmentos de vidas capturadas no tempo; sejam através de registros escritos, cartas, diários, fotografias, manuscritos, jornais, documentos oficiais, inventários etc. São, portanto, documentos para a pesquisa histórica, social e aqueles que farejam resquícios do passado para compreender o presente.

O ofício do historiador é investigar o homem no tempo a partir de suas vivências e andanças. Como afirma Bloch (2001), “O historiador deve ter apetite. É um comedor de homens.”² São os homens, para Bloch, que a História quer capturar. Neste sentido, a História é a ciência que tem como

¹ FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

² BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 20.

objeto de estudo o homem; o homem no tempo. Ao historiador, destina-se a tarefa de compreender, entender e analisar o homem nas suas diversas facetas em diferentes lugares de memórias e de recordações.

O acervo documental do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHIAL, doado ao Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto após a morte de Luiz Byron Passos Torres, filho do escritor Luiz Barros Torres, primeiro guardião, tem uma relevante importância para a história de Palmeira dos Índios/AL. O acervo instalado no Núcleo de História do Campus III da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL - constitui uma valiosa fonte documental para as pesquisas universitárias, assim como para a sociedade palmeirense e alagoana.

O GPHIAL, sob a coordenação do professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto, juntamente com pesquisadores, bolsistas e estagiários voluntários vêm desenvolvendo um delicado e cuidadoso trabalho de restauração, preservação e catalogação da documentação do acervo. A documentação reúne retalhos petrificados da história da sociedade palmeirense representadas em cartas, jornais, fotografias, entre outros.

A coletânea intitulada **HISTÓRIA, IMAGEM E MEMÓRIA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS NO ACERVO DO GPHIAL** está dividida em 09 capítulos. O primeiro capítulo, de autoria de José Adelson Lopes Peixoto e Yuri Franklin dos Santos Rodrigues - **ENTRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR E O TRABALHO DO MEMORIALISTA: história, memória e usos do passado em Palmeira dos Índios a partir dos escritos de Luiz Barros Torres**, analisa a documentação do acervo para a compreensão da história da cidade, lançando a questão – história para quem? O segundo capítulo, escrito por Brunemberg da Silva Soares - **PALMEIRA DOS ÍNDIOS, “TERRA DE XUKURU”: polifonias sobre o povo**

Xukuru-Kariri no acervo do GPHIAL, analisa os estudos realizados por Luiz Barros Torres sobre a história de Palmeira dos Índios, na construção de uma narrativa sobre a localidade.

Já o terceiro capítulo, também escrito pelo professor José Adelson Lopes Peixoto - **PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA: memórias visuais de Palmeira dos Índios**, apresenta o cotidiano de Palmeira dos Índios, a partir das memórias do lugar. O quarto texto, de Vinícius Alves de Mendonça - **ENTRE FOTOGRAFIAS E MEMÓRIAS: o cotidiano na Feira do Quadro em Palmeira dos Índios – Alagoas (1947-1960)**, analisa 40 fotografias produzidas ao longo de 1947 pelo Major João de Barros Torres, irmão de Luiz Barros Torres, nas quais o militar registrou diversas atividades comuns à feira livre naquele período.

O quinto capítulo, de Andrêina Stephane Alves Farias - **A FORMAÇÃO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS NO DISCURSO DE LUIZ BARROS TORRES**, apresenta a origem de Palmeira dos Índios/AL, a partir das referências do povo Xukuru-Kariri e a lenda de amor entre o casal de índios Tilixi e Txiliá. O sexto capítulo, de Maria Hortência César de Góis - **OS CARNAVAIS PALMEIRENSES NOS ESCRITOS DE LUIZ BARROS TORRES**, mostra as festividades dos carnavais da cidade. No sétimo capítulo, de Luana Moraes dos Santos - **A FÉ EM MOVIMENTO: práticas religiosas e devoção em Palmeira dos Índios – AL (1950-1970)**, apresenta uma reflexão a respeito do catolicismo e suas atribuições, englobando aspectos da religiosidade popular a partir dos registros de jornais disponíveis no acervo.

No oitavo capítulo, de Adauto Santos da Rocha - **XUKURU-KARIRI: migrações e viagens para trabalho, pesquisas no acervo do GPHIAL**, discute-se os deslocamentos dos indígenas em Alagoas para trabalhos sazonais a partir de fontes documentais e imagéticas. Por fim, o nono capítulo, de Aline de Freitas Lemos Paranhos - **O MUSEU XUCURUS NOS ACERVOS DOCUMENTAIS:**

extratos de memórias na construção da pesquisa histórica em Alagoas, discorre sobre o conflito identitário que ocorre no Museu Xucurus, situado no centro de Palmeira dos Índios.

A proposta de reunir uma coletânea como resultado das pesquisas produzidas a partir da documentação do acervo do GPHIAL, demonstra o quanto o ofício do historiador, através da pesquisa documental no curso de história do Campus III da UNEAL vem sendo orquestrada com maestria na construção do sentido de uma escrita historiográfica. Uma escrita de um lugar permeado de disputas territoriais e lutas étnicas: de sabores e dessabores de um povo em constantes contradições.

Profa. Francisca Maria Neta – UNEAL
Palmeira dos Índios, 07 de dezembro de 2019.

ENTRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR E O TRABALHO DO MEMORIALISTA:

História, memória e usos do passado em Palmeira dos Índios a partir dos escritos de Luiz Barros Torres³

Yuri Franklin dos Santos Rodrigues⁴

José Adelson Lopes Peixoto⁵

“HISTÓRIA PARA QUEM?”: objeto, método e teoria

Inicialmente queremos propor um breve momento de ponderações sobre a pergunta proposta no título deste tópico, instante também de justificativa do mesmo, concordamos que ele pode proporcionar diferentes respostas dependendo da lente de análise utilizada. Ao empreender essa pesquisa, estivemos diante de uma vasta documentação que representa parte da história e das

³ Esse trabalho é uma parte do projeto “A memória da cidade: história local, imagem e patrimônio em Palmeira dos Índios” submetido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – da Universidade Estadual de Alagoas, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL - desenvolvido entre os anos de 2018 e 2019. Agradecemos as provocações e sugestões de Deisiane da Silva Bezerra no presente texto.

⁴ Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III. Estagiário da Coordenação dos Cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas de Alagoas – CLIND/AL. Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL. E-mail: yurirodrigueshis@gmail.com

⁵ Professor adjunto na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios. Pós-doutorando em Ciências da Religião (PNPD-CAPEs – UNICAP). Doutor em Ciências da Religião (UNICAP), Mestre em Antropologia (UFPB), Especialista em Programação do Ensino de História (UPE), Licenciado em História (UNEAL). Coordenador do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), Coordenador do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND). E-mail: adelsonlopes@uneal.edu.br

memórias de Palmeira dos Índios; entre os documentos empoeirados e em estado avançado de decomposição, as perguntas mais frequentes eram: se a historiografia local⁶, principalmente a partir de memorialistas e jornalistas, produziu algo sobre o município, para quem teria sido? Quais os interesses? História para quem? A documentação apresentava estratégias, sutilezas, conversões e narrativas tácitas, com isso, buscamos elaborar um conjunto sistemático de observação e análise, verificando os principais “destinatários” da história escrita e personificada na “verdade”.

Nossa intenção foi discutir as questões apontadas, principalmente a última (história para quem?), que balizaram o desenvolvimento e a produção da pesquisa. No entanto, os discursos, tramas e estratégias presentes nos documentos nos levaram a outros caminhos que possibilitaram novas reflexões, centradas no papel do memorialista e no uso do passado para construção de uma memória e história oficial.

O município de Palmeira dos Índios, localizado no limite entre Semiárido e Sertão de Alagoas, tem sua formação histórica ligada à migração de dois grupos indígenas no século XVIII, os Kariri oriundos do Baixo São Francisco (atual Porto Real do Colégio/AL) expulsos pela penetração da pecuária na região e os Xukuru vindos de Cimbres (Pesqueira/PE) fugidos da seca (PEIXOTO, 2013; NEVES; 2019). Os primeiros povoaram a região das serras da Boa Vista, Goiti, Amaro, Kandará e

⁶ Utilizaremos esse termo em um duplo sentido, no primeiro, de forma mais efetiva, para designar trabalhos produzidos por escritores regionais, sem formação acadêmica na área da História; no segundo, auxiliando na revisão bibliográfica sobre a história de Palmeira dos Índios, nesse caso, elaborada por produções no campo ciência histórica. De acordo com Malerba (2006), a “historiografia pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da escritura, com suas possibilidades e restrições” (MALERBA, 2006, p. 22). Com isso, podemos pensar a análise historiográfica aqui elaborada, como um conjunto escritos, sejam de “historiadores profissionais” ou de “memorialistas/produtores da história”. (HAAS JÚNIOR, 2011).

Mandioca, enquanto o segundo grupo se fixou ao norte da cidade e em regiões vizinhas como o Olhos d'Água do Acioli (hoje município do Igaci/AL). (TORRES, 1984).

Apesar de suas distinções étnicas, os dois povos conviviam em harmonia, visto que ambos frequentavam espaços comuns. A ocupação territorial da região pelos indígenas atraiu a atenção de indivíduos que passavam pelas imediações, destacando-se o Frei Domingos de São José que chegou por volta de 1770 com intuito de converter os indígenas ao catolicismo (BEZERRA, 2012). Com esse objetivo, em 1773 conseguiu a adoção de um lote de terra da Sesmaria de Burgos para criação da missão indígena. Segundo o documento,

É pelos ditos doadores foi dito em minha presença e das testemunhas ao deante nomeadas e abaixo assignadas, que elles são doadores e possuidores de umas terras na Serra da Palmeira com seus brejos, que lhes pertence por título de Sesmaria como de tudo se declara e da mesma sesmaria consta que em seu poder se acha, nas quaes ditas terras se acha um lugar onde os índios povoarão e fizerão uma Capella e um brejo chamado Cafurna no mesmo lugar disserão elles doadores que de suas livres vontades fasião doação de meia legua de terras a frei Domingos de São José para dentro das ditas terras levantar uma Capella ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte [...] ⁷

A condição imposta pela dona da Sesmaria foi executada pelo Frei, a capela foi construída tendo como padroeiro o Senhor Bom Jesus da Boa Morte, porém com o passar do tempo ocorreu à transferência da capela para outra região do vale. A partir da mudança, planejada por Domingos de São José, sucedeu-se também à substituição do padroeiro passando a ser a Nossa Senhora do Amparo (NEVES, 2019). Esse fato, desencadeou a formação de aglomerados de não-indígenas que

⁷ Registro da doação de terras para missão indígena em Palmeira dos Índios, disponível no acervo do Grupo de Pesquisas em Indígena de Alagoas – GPHIAL.

passavam na região, contribuindo para a formação da Vila de Palmeira dos Índios, sendo elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1113 de 20 de agosto de 1889 (CASAL, 1947).

A construção da capela no sopé da serra, possibilitou a chegada de não-indígenas que começaram a edificar moradias e introduzir as primeiras relações comerciais na região. Paralelamente, as primeiras disputas pelas terras produtivas e cultiváveis do aldeamento foram constituídas nesse contexto, ocupadas atualmente por pequenos, médios e grandes fazendeiros (PEIXOTO; SILVA, 2015). Esse ambiente de conflito foi marcado por sucessivos esbulhos territoriais, a contar do Governo Imperial que guiou, a princípio, os rumos desse processo. Como exemplo, a Lei nº 601 de 1850⁸ que transferiu a questão da regularização da posse de terra para as municipalidades, deflagrando a falsificação de documentos e alienação de territórios, principalmente, indígenas para latifundiários (SILVA, 2017). Com afirmou Torres: “A indiada reclamava a posse secular, exibiam então os brancos o papel da escritura oficializada pelo poder competente [...]” (TORRES, 1973, n.p). Nesse caminho esteve presente à formação de teias de relações entre os poderes políticos locais, cartórios e fazendeiros que negavam a identidade indígena, descaracterizavam as reivindicações e utilizavam estratégias de ocupação do espaço “disponível”.

No caso do aldeamento de Palmeira dos Índios, as terras foram apoderadas por oligarquias locais com o auxílio das leis vigentes em distintos períodos. A partir da extinção dos aldeamentos na província de Alagoas em 1872⁹, com a justificativa de desaparecimento dos grupos indígenas, os territórios das missões passaram para o controle das municipalidades que paulatinamente dividiram as

⁸ Conhecida como Lei de Terras.

⁹ Fotocópia da portaria de extinção dos aldeamentos em Alagoas, disponível no acervo do GPHIAL.

terras entre os detentores do poder político e econômico das localidades (SILVA, 2014). Assim, os Xukuru e Kariri na tentativa de permanecerem vivos física, étnica e culturalmente se dispersaram, passando a viver nas periferias da cidade e em regiões vizinhas, “passaram a ser chamados de caboclos, condição muitas vezes assumida por eles para esconder a identidade indígena diante das inúmeras perseguições” (SILVA, 2014, p. 49).

Com isso, os indígenas tiveram que negar suas identidades e permanecerem estrategicamente na invisibilidade. Nesse contexto e, principalmente, quando emergiram etnicamente¹⁰ na década de 1950¹¹, os meios de comunicação e o poder político local construíram imagens e representações sobre eles, sendo lembrados pela população como seres do passado ou folclóricos (PEIXOTO, 2013; RODRIGUES; PEIXOTO, 2019; SOARES, 2019).

Após o reconhecimento étnico, os Xukuru-Kariri tiveram determinada visibilidade no município, estimulando estudos “sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção, como [...] aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais” (SILVA, 2014, p. 49). Essas pesquisas descreviam as populações indígenas como seres em vias de extinção, assimilados à cultura da sociedade envolvente e que acabaram perdendo os costumes de seus antepassados, além de criar

¹⁰ Estudamos esse regime partindo da compreensão do Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, que define esse conceito como parte do processo de etnogênese “abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a de reinvenção de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 2004, p. 21). Podemos então nos basear no pressuposto que os descendentes do Xukuru e Kariri de outrora, necessitaram se reestruturar, sendo assim, utilizaram a denominação, anteriormente usada, Xukuru-Kariri para conseguirem o reconhecimento étnico do SPI – Serviço de Proteção aos Índios.

¹¹ Utilizamos o trabalho de Aduato Santos da Rocha para compreender a trama do reconhecimento étnico em 1952, através da compra de uma extensão de terra, pelo SPI, que foi denominada Aldeia Fazenda Canto. Esse fato possibilitou o reagrupamento de indivíduos que se afirmavam descendentes dos antigos indígenas da região caracterizando assim o processo de emergência étnica (ROCHA, 2017).

narrativas míticas e romantizadas de suas participações na formação social do município (SOARES, 2019).

Ao nos aprofundarmos nessas questões, percebemos que esses estudos proporcionaram, de um lado, o reconhecimento da presença dos Xukuru-Kariri (visibilidade) no desenvolvimento territorial e social de Palmeira dos Índios, do outro lado, o caminho foi inverso ((in)visibilidade) pois os discursos produzidos, estrategicamente, funcionaram para descaracterizar a identidade indígena e perpetuar a narrativa de desaparecimento dessas populações, negando seus respectivos direitos sobre o território do antigo aldeamento.

Luiz Barros Torres destacou-se na década de 1960 como memorialista e romancista, apesar de ser considerado como “historiador” por alguns, empreendendo pesquisas sobre a história de Palmeira dos Índios e dos Xukuru-Kariri, possibilitando, posteriormente, a publicação de textos que são difundidos na sociedade até os dias atuais. Nosso objetivo foi de analisar seus trabalhos de viés memorialista, dialogando com o ofício do historiador, buscando discutir as zonas fronteiriças entre as duas áreas, construímos um sistema analítico que nos auxiliou na verificação dos discursos e representações do passado, observando suas conexões, estratégias e tramas para o desenvolvimento de uma história oficial, simbolizada como “verdade”.

Para realização da pesquisa, utilizamos fontes primárias e secundárias através de livros, decretos, jornais, leis, certidão de compra e venda de terra e correspondências pessoais, presentes no acervo¹² do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, na Universidade Estadual

¹² A constituição desse acervo tem início com Luiz Barros Torres, tendo sido doado ao Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto após a morte de Luiz Byron Passos Torres, filho do primeiro guardião.

de Alagoas – UNEAL, Campus III. Procuramos assim, a partir da documentação estudada, compreender as aproximações e afastamentos entre os memorialistas e historiadores, nesse caso, analisando os escritos de Luiz Barros Torres sobre a história de Palmeira dos Índios, verificando as disputas de memórias, jogos de interesses e os usos do passado.

Nosso estudo partiu do modelo investigativo proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg que nos orienta a partir do paradigma indiciário, a problematizar as fontes e suas respectivas análises. Para ele, essa proposta visa elaborar um método interpretativo que pretende investigar os resíduos, através dos dados marginais, considerados pelo autor, como reveladores (GINZBURG, 1989).

Corroborando com essa ideia, construímos um aparato metodológico para análise da documentação “revelada”. Para tanto, operamos refletindo que “os documentos, sejam eles de qualquer natureza, aparecem diante dos historiadores perpassados por elementos e lógicas funcionais próprias ao ambiente no qual foram forjados” (SANTOS, 2018, p. 81). Com isso, sistematizamos a documentação tentando desvendar quais/qual a/as ótica/as de quem a produziu, os espaços frequentados, suas relações com os diversos grupos sociais e conseqüentemente, os indícios, rastros, vestígios ou dados negligenciados (GINZBURG, 1989).

Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica buscando compreender a história de Palmeira dos Índios em trabalhos de cunho histórico-antropológico, para isso usamos autores como: Peixoto (2013); Ferreira (2017); Soares (2016; 2019); Rocha (2017); Silva (2017); Maria Neta (2017). Além de textos que nos auxiliaram em questões teóricas inerentes à pesquisa historiográfica, dessa maneira, utilizamos: Bloch (2001); Certeau (1982); Ginzburg (1989; 2007); Levi (2000); Prost (2012); Malerba (2006); Haas Júnior (2011), entre outros.

Nossa tentativa não será de apontar erros, incoerências ou reducionismos, “uma palavra, para resumir domina e ilumina nossos estudos: “compreender” (BLOCH, 2001, p. 128). Esse termo instrumentaliza o trabalho do historiador e servirá de base para o nosso, não pretendemos julgar/sentenciar os escritos aqui discutidos, pois sabemos de sua importância para a historiografia local. Buscaremos, então, apresentar os processos históricos recheados de múltiplas personagens, histórias, estratégias, disputas pelo poder, jogos de interesses e conflitos territoriais, envolvidos numa conjuntura de produção da “verdade”, permeada de discursos e representações.

POLÍTICO, ROMANCISTA, COLECIONADOR, MEMORIALISTA E HISTORIADOR? múltiplos olhares sobre Luiz Barros Torres

O escritor Luiz B. Torres nasceu em Quebrangulo/AL no ano de 1926 e a partir dos 11 anos de idade ingressou no Seminário de Nossa Senhora da Assunção, em Maceió/AL. Os estudos eclesiais fizeram parte de sua formação pessoal e intelectual, pois em 1943 teve sua primeira experiência no campo da literatura, apesar de sua produção ter sido confiscada pela direção geral do seminário (PEIXOTO, 2013).

Diante desse episódio, Luiz B. Torres, utilizou de estratégias para sair do Seminário, tendo convencido sua mãe (Antonieta de Passos Barros) de que o caminho era sair da capital e ajudar seu pai (Petronilo Virgínio Torres) em Palmeira dos Índios. Apesar de empregar essa justificativa, em 1944, viajou para o Rio de Janeiro pretendendo arrumar trabalho, mas seu retorno não demorou. Após sua chegada, engajou-se em participar da vida social de diversos setores da sociedade Palmeirense.¹³

¹³ Sobre esse período da vida de Luiz Barros Torres, ver mais em: <http://apalca.com.br/luiz-de-barros-torres/>

Na vida política, fundou em 1950 em Palmeira dos Índios o Partido do Trabalhador Brasileiro¹⁴ – PTB, ficou conhecido por priorizar o diálogo e a cordialidade entre os grupos, isso possibilitou sua inserção em diversos níveis da ordem política. Segundo José Tobias de Almeida¹⁵, em entrevista:

Existia naquela época [décadas de 1950 e 1960] uma pessoa que era a cabeça pensante, o indivíduo que tinha acesso a todos os grupos, que sempre procurava instalar a harmonia e a cordialidade entre todos. Era Luiz B. Torres auxiliado por José Duarte (Jota Duarte) e Pe. Dimas¹⁶.

Ainda de acordo com o relato, o escritor fez parte, na década de 1960, da criação do Movimento Renovador que tinha o intuito de trazer esperança e alma nova para a política palmeirense. Com o apoio popular e contra a vontade de outros grupos políticos a organização ganhou força nas vésperas da eleição, derrotando velhas oligarquias que detinham o poder político local.

A questão central nos aspectos apresentados é a introdução da nossa personagem na vida política do município, participando ativamente dos processos eleitorais entre as décadas 1950/60 e perpetuando seu poder de interlocução e interação entre distintos grupos. O fato de transitar pelas elites palmeirenses o colocou em posições estratégicas para realização e difusão de seus futuros trabalhos.

¹⁴ Concorre as eleições para o cargo de vereador por esse partido, mas não consegue os votos suficientes para se eleger.

¹⁵ Comerciante e político em Palmeira dos Índios no século XX. Essa entrevista foi realizada por José Ronaldo Melo e Luiz Byron Passos Torres, gravadas em fitas VHS para o projeto “História Oral de Palmeira dos Índios”. Algumas foram transcritas pelos próprios entrevistadores e estão disponíveis no acervo do GPHIAL. A proposta de realizar um levantamento sobre as memórias do município, em distintos períodos, com base na história oral tinha um caráter inovador, porém pelos que conseguimos analisar as narrativas apresentadas eram de indivíduos que faziam parte da vida política, econômica ou artística daquela sociedade. Com isso, outros grupos tiveram suas memórias silenciadas/esquecidas (indígenas, negros, feirantes, pobres), os discursos apresentados eram sobretudo das elites Palmeirense.

¹⁶ História Oral de Palmeira dos Índios, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

Em meados da década de 1950, ele já escrevia para os jornais Opinião Pública e Correio do Sertão, ambos de circulação regional. No ano de 1952 foi convidado pelo pároco Francisco Xavier Macedo para escrever o projeto de criação da Diocese de Palmeira dos Índios, descrevendo os aspectos da formação do município pautada no campo da religião Católica Apostólica Romana. A proposta passou pelas mãos de diversas autoridades religiosas até ser aceita em 1962 pelo Papa João XXIII (TORRES, (?)b). Com isso, Luiz B. Torres adquiriu prestígio e respeito dos religiosos locais, construindo alianças que foram importantes posteriormente (PEIXOTO, 2013; SOARES, 2019).

No universo artístico, entre os anos de 1959 e 1961, dirigiu diversas peças teatrais em Maceió e Palmeira dos Índios, se destacando também na fundação de um teatro amador municipal¹⁷. Apesar de apaixonado pelo ambiente cultural, Luiz B. Torres, recuou um pouco e entrou em outros espaços da sociedade Palmeirense, fundou o Lions Club (1962) e o Sindicato Rural (1963)¹⁸, com isso ele estabeleceu uma rede de relações e distintos ambientes e grupos.

Em entrevista, Noé Simplício do Nascimento¹⁹ aos narrar sobre Palmeira dos Índios, afirmou: “havia muitas festas nas casas das famílias mais tradicionais [...] pelos familiares de Luiz B. Torres, José de Souza e muitos outros que formavam a elite [...] no que referia a parte social”. Portanto, fundamentando-se no relato, podemos refletir sobre os vínculos estruturados tendo como base eventos produzidos pela elite e para a elite.

¹⁷ Teatro Amador de Palmeira dos Índios – TAPI, fundado em 1960.

¹⁸ Cronologia do escritor Luiz B. Torres, localizada no acervo do GPHIAL.

¹⁹ Comerciante e contador em Palmeira dos Índios no século XX. História Oral de Palmeira dos Índios, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

Ainda na década de 1960, nosso protagonista, confeccionou a bandeira e o hino de Palmeira dos Índios²⁰ em parceria de José Delfim da Mota Branco e José Rabelo Torres, respectivamente, sendo ambas sancionadas pelo Prefeito José Duarte Marques como símbolos oficiais do município. A partir desse fato, podemos discutir a influência de Luiz B. Torres naquela sociedade, observando também as conexões entre os indivíduos, visto que, o escritor nutria relações com então prefeito²¹.

O período seguinte, década de 1970, foi caracterizado pelo aumento nas produções artísticas, bibliográficas e culturais de Luiz B. Torres; tornou-se colunista dos jornais Folha de Palmeira (Palmeira dos Índios), Luta Democrática (Rio de Janeiro), Jornal de Alagoas (Maceió) e Folha do Sertão – suplemento do anterior - (Maceió). Lançou seu primeiro romance, intitulado de “Procissão dos Miseráveis”, recebendo o prêmio “Moinho Nordeste” da Academia Alagoana de Letras; redigiu a lenda de fundação de Palmeira dos Índios, o ensaio “Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios” e publicou o livro “A terra de Tilixi e Txiliá – Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX”.

Além das produções bibliográficas realizou escavações “arqueológicas” para delimitar as fronteiras das terras doadas pela Sesmaria de Burgos para a missão e encontrar vestígios da presença indígena no território²². Recebeu os prêmios de “Cidadão Benemérito da cidade de Igaci”, menção Honrosa do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas²³, do qual fazia parte como sócio, e fundou o

²⁰ Lei nº 691/1966, sancionada pelo Prefeito José Duarte Marques, determinando como simbólicos oficiais de Palmeira dos Índios.

²¹ Marques (1966-1970) como prefeito, por motivos políticos. História Oral de Palmeira dos Índios, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

²² Sobre esse tema, ver mais em Peixoto (2013) e Soares (2019).

²³ Pela publicação do livro “A terra de Tilixi e Txiliá – Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX”.

Museu de Xucurus de História, Arte e Costumes²⁴, com Dom Otávio Aguiar e Alberto de Oliveira Melo, sendo presidente vitalício²⁵.

Entre os anos de 1980 e 1990 continuou escrevendo e concluiu os livros: “Eu e o Amor”, “Socorro, não quero ser padre”, “Catolicismo e sua influência em Palmeira dos Índios”, “Roteiro Histórico e Turístico das ruas antigas de Palmeira dos Índios”, “Jornais palmeirenses desde 1865”, “Vereadores e prefeitos Palmeirenses desde 1838²⁶”, “Estou baleado, me acudam”, “Visão social do Evangelho”, “Jesus, o impostor?”, “Roteiro Sentimental de Graciliano Ramos”²⁷. Contribuiu ainda, para os jornais Espaço e Gerse, de circulação regional. Seu legado foi reconhecido com a Medalha ao Mérito da Fundação Joaquim Nabuco, correspondente às contribuições a cultura nordestina e brasileira; da Fundação Teatro Deodoro, recebeu o Mérito Cultural e o título de personalidade do ano pelo município de Quebrangulo, em 1987²⁸.

No ano de 1992, por motivos de saúde, faleceu no Instituto do Câncer na cidade do Rio de Janeiro, sendo sepultado em Palmeira dos Índios. Suas pesquisas e contribuições para a historiografia local são amplamente lembradas pela sociedade; o reconhecimento se deu a partir do uso de seu nome em uma comenda criada pela prefeitura municipal²⁹. Contudo, Luiz Byron Passos Torres, seu filho mais velho, continuou a pesquisar e a reunir documentos, produzindo novos materiais sobre a história do município.

²⁴ Ver mais em Peixoto (2013), Soares (2016; 2019); Paranhos (2017).

²⁵ Cronologia do escritor Luiz B. Torres, localizada no acervo do GPHIAL.

²⁶ Publicado no site da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. <https://www.palmeiradosindios.al.leg.br/institucional/historia>.

²⁷ Escrito em parceria com Ivan Barros.

²⁸ Cronologia do escritor Luiz B. Torres, disponível no acervo do GPHIAL.

²⁹ Comenda Municipal do Mérito “Luiz Barros Torres”.

Na documentação estudada, não conseguimos identificar a gênese da pesquisa documental empreendida por Luiz Barros Torres, pois as informações são incipientes. Em entrevista à TV Manchete³⁰, o escritor afirmou:

Quando cheguei aqui, estranhei que Palmeira dos Índios, com tantos filhos ilustres, com tantos escritores, nenhum deles, tenha se preocupado em escrever a história palmeirense, que por sinal é uma história muito bonita [...] O meu trabalho é resultante de várias pesquisas, efetuadas com muito amor, esforço e paciência. Consegui levantar dados sobre essa terra, desde 1632 [...].

Apesar de na sua escrita não ser identificado o início das pesquisas, o autor nos deixou uma série de evidências sobre as quais nos debruçamos com a perspectiva de que o trabalho do historiador é preencher lacunas e, conseqüentemente, descortinar outras. A partir da análise de correspondências pessoais³¹ de Luiz B. Torres, evidenciamos sua atividade intensiva na busca por documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), no Convento do Carmo (Recife/PE), no Arquivo da Diocese de Palmeira dos Índios, no Arquivo Público de Alagoas (Maceió), no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Maceió) e em cartórios.

Com a referida atividade, Luiz B. Torres desenvolveu uma das funções do ofício do historiador, de saber qual documentação procurar, o lugar provável de sua localização, de aventurar-se nos

³⁰ Foi incluída no projeto: História Oral de Palmeira dos Índios, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

³¹ Carta de Fernando Pio, Carta do diretor Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Carta do Convento do Carmo, disponíveis no acervo do GPHIAL.

arquivos³², separar e coletar documentos e confeccionar uma sistematização das fontes. Mas, ao mesmo tempo, seus trabalhos apresentam distanciamentos do *métier* do historiador, quando transcrevia a documentação sem problematizá-la, realizando análises incompletas, não questionando a lógica de produção e quais os motivos e interesses para elaboração da mesma. Em entrevista, afirmou que sua vocação era ser romancista³³, apesar de enveredar pelo caminho da história, pois na literatura o campo de possibilidades era maior.

O caráter de colecionador do escritor lhe proporcionou a constituição de um acervo particular sobre a história de Palmeira dos Índios, com uma vasta diversidade de documentos. Em 1971, na fundação do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, as famílias palmeirenses e de regiões circunvizinhas doaram para a instituição suas coleções documentais particulares, então, Luiz B. Torres, acreditamos que por falta de espaço no Museu, ficou com suas respectivas guardas, ampliando sua coleção.

A partir das informações apresentadas, conseguimos perceber de que forma Luiz B. Torres ocupou determinados ambientes na sociedade local, sendo reconhecido por seus trabalhos no campo literário, político, “arqueológico”, “histórico”, jornalísticos, entre outros. Essa personagem de muitas faces, pelas distintas áreas que atuou, personificou seus estudos, partindo do seu reconhecimento regional, em “verdades históricas” e oficiais, reproduzidos nos meios de comunicação (jornais, livros, revistas, rádios) e difundidos até a atualidade. Por isso, nossa pesquisa descreveu sua vida,

³² Lançar-se pelos arquivos é sempre um desafio, pois algumas instalações são precárias, com documentos mal acondicionados e sem organização. Nesse contexto, a pesquisa sempre reserva imprevistos que o historiador/pesquisador tem que tentar driblar (BACELLAR, 2005).

³³ História Oral de Palmeira dos Índios, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

reconstruindo partes significativas da sua trajetória, buscando compreender as tramas e relações engendradas.

“LUIZ TORRES DA PAIXÃO PALMEIRENSE”: relações entre arquivos, documentos e o ofício de historiador

Apesar de não ser um historiador de formação³⁴, Luiz B. Torres desempenhou a função “produtor de história” que independe da formação intelectual e vinculações institucionais, dessa maneira, a investigação de seus trabalhos, circunscrita no âmbito da historiografia local, representa a construção de sistemas analíticos capazes de expressar como seus escritos tornaram-se “verdades históricas”, na sociedade de Palmeira dos Índios (HAAS JÚNIOR, 2011). Destarte, nosso olhar parte de aproximações e afastamentos entre os historiadores e os “produtores de história” /memorialistas.

As pesquisas desenvolvidas por ele em arquivos e cartórios locais, regionais e internacionais lhe possibilitaram o reconhecimento enquanto “historiador” do município. Por isso, na época, a sociedade Palmeirense o cognominou de “Luiz Torres da Paixão Palmeirense”³⁵. Essa situação nos faz perceber o estabelecimento das redes de relações forjadas em outros ambientes (político, artístico, cultural), que facilitaram a ascensão do escritor e de seus trabalhos em diversos setores da vida cotidiana de Palmeira dos Índios.

³⁴ Corresponde a formação acadêmica em História.

³⁵ História Oral de Palmeira dos Índios, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

Suas pesquisas seguiam determinados rigores, como a organização e sistematização da documentação adquirida nos arquivos³⁶. Entretanto, seus trabalhos não apresentam considerações sobre as fontes utilizadas, assim como nos orienta Bacellar:

Ao iniciar a pesquisa documental, já dissemos que é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! (BACELLAR, 2005, p. 63).

Ao reconhecermos o “árduo” trabalho do escritor no desenvolvimento de uma ampla pesquisa documental, tendo até trocado correspondências com o diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal³⁷, descortinamos, por outro lado, a partir do ofício do historiador, que com os documentos em mãos, Luiz B. Torres, não respondeu as questões simples propostas pela historiografia, tais como: “de onde vem o documento”? Quem é seu autor? Como foi transmitido e conversado? O autor é sincero? Terá razões, conscientes ou não, para deformar seu testemunho? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas?” (PROST, 2012, p. 59). Se pensarmos assim, as fontes utilizadas nos trabalhos sobre a história municipal, reunidas pelo memorialista, não foram interrogadas com a finalidade de compreender a lógica sistêmica de sua elaboração.

Se os documentos são vestígios do passado, como afirmou o historiador francês Marc Bloch, necessitamos interrogá-los realizando as perguntas adequadas para (re)construção do passado que

³⁶ No decorrer dessa pesquisa, podemos verificar que Luiz B. Torres interligava os documentos e os arquivos em seus trabalhos.

³⁷ Carta do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponível no acervo do GPHIAL.

segue em contínuo progresso. Com isso, o pesquisador condiciona a documentação a uma constante transformação, de acordo com os questionamentos realizados (BLOCH, 2001).

Precisamos então, “ler os testemunhos históricos a contrapelo, como Walter Benjamin sugeria, contra as intenções de quem o produziu – embora, naturalmente, deva-se levar em conta essas intenções – significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p. 11). Assim, os caminhos trilhados nos levarão a composição de uma teia social, política, econômica e cultural que os envolvem, visto que o componente relevante é a análise e não o documento em si (KARNAL; TATSCH, 2009).

A partir das pesquisas realizadas, Luiz B. Torres criou um acervo particular de documentos e artefatos³⁸, esse ato de constituição e configuração das peças do acervo possibilitou o desenvolvimento de alguns textos sobre a história de Palmeira dos Índios. Segundo Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituir-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori* (CERTEAU, 1982, p. 73).

Assim essa prática se configura dentro de um processo de “escolhas, estratégias, paixões e incertezas. Tudo isto é possível, embora seja difícil controlar a seleção que o tempo casualmente produziu em relação à conservação de documentos que já tinham sido o fruto de uma seleção social

³⁸ Adquiridos nas escavações arqueológicas.

mais sistemática” (LEVI, 2000, p. 90). Destarte, apontando para aqueles que empreendem pesquisas historiográficas, historiadores e/ou “produtores de história” /memorialistas, com o auxílio de documentos, devem se atentar ao método, pois, ao passo que a documentação “revela”, “ilumina”, “aponta” e “constrói” caminhos, simultaneamente, “obscurece”, “encobre” e “desprestigia” outros.

No exercício de suas atividades como pesquisador da história de Palmeira dos Índios, Torres compôs trilhas que se entrelaçaram na trama social, política, identitária e cultural. Seu trabalho, proporcionou a edificação do sentimento de pertencimento/nacionalidade por parte da sociedade palmeirense; institucionalizou imagens representacionais dos Xukuru-Kariri; favoreceu o estabelecimento da negação da identidade indígena no município; corporificou o estatuto de “verdade histórica”, sendo seus escritos considerados fidedignos ao que realmente aconteceu (com ajuda das elites e de outros setores da população). Por isso, ressaltamos que a utilização de diversos acervos e documentos não traduzem o passado assim como aconteceu, o trabalho do historiador consiste em interrogar as fontes e realizar suas devidas análises, pois carregamos as responsabilidades futuras dos nossos estudos.

AS MEMÓRIAS DA CIDADE NOS ESCRITOS DE LUIZ BARROS TORRES

O município de Palmeira dos Índios, como debatido anteriormente, é marcado por conflitos ideológicos, identitários e territoriais, por parte das oligarquias (que controlam os meios de comunicação, política e justiça) e de coletividades que foram submetidas à marginalidade histórica e historiográfica (indígenas e negros). As representações e discursos produzidos pelo, e em favor do primeiro grupo, impôs ao segundo as condições de (in)visibilidade e de negação de direitos, além de

nutrir em outros setores da sociedade o desprezo pelo sentimento de pertença e de unidade étnico-social dessas comunidades tradicionais (MARIA NETA, 2007).

A partir de suas produções “historiográficas” sobre a região, participou de diversas esferas da sociedade palmeirense (política, economia, literatura, arte e cultura), facilitando a legitimação das pesquisas realizadas e sua ascensão como “historiador”, tendo em vista que, segundo Bourdieu:

A forma das relações que as diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e de circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos produtos dela derivados (BOURDIEU, 2007, p. 154).

Por esse motivo qualquer escrito idealizado por ele, foi personificado na “verdade histórica” e introduzido na memória social de Palmeira dos Índios. Após elaborar a bandeira e o hino municipal, oficializados em 1966, Luiz B. Torres criou a lenda de fundação da cidade³⁹, intitulada de “Palmeira dos Índios Cidade do Amor”⁴⁰, descrevendo a história de dois indígenas⁴¹, Tilixi e Txiliá, que morreram por um amor proibido.

A narrativa desenvolvida pelo escritor abrange suas tendências enquanto romancista e “produtor de história”/memorialista, descrevendo uma relação entre dois indígenas, resultando no fim

³⁹ Palmeira dos Índios “Cidade do Amor”, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

⁴⁰ Ainda em 1971 foi formulada pelo autor uma versão em quadrinho, com o título de “A terra de Tilixi e Txiliá”, sendo publicada em 1973.

⁴¹ Ver mais em Peixoto (2013) e Soares (2016; 2019).

trágico de ambos; apresentando dados da pesquisa realizada sobre a história do município, como as regiões que os Xukuru e Kariri povoavam antes do processo migratório e a menção da conquista de “meia légua de terras, para construir nelas uma capela ao senhor Bom Jesus da Boa Morte”⁴². De acordo com Ferreira,

o discurso sobre a história de Palmeira dos Índios, ao se sustentar na literatura de Torres, promoveu o surgimento de uma cidade consubstancial a essa nação, resultante de um processo de *fabulação* – narrativa de natureza distinta da história, se esta for entendida como forma de compreensão objetiva da trama social (FERREIRA, 2015, p. 125).

A elaboração da lenda, serviu, segundo nossa visão, para compor uma “coleção de símbolos oficiais” (bandeira, hino e lenda) que impulsionou o sentimento de pertencimento e identidade local, apesar de “imortalizar [...] um índio romantizado visto como um elo perdido do passado municipal” (SOARES, 2019, p. 45). Conforme o autor, “Ao utilizar informações históricas na sua narrativa ficcional [...] o escritor fez com que seu relato fosse citado e aceito localmente como “mito fundacional da cidade” (Idem, p. 47), assim, seus textos foram e continuam sendo representações da “verdade”. As imagens a seguir nos apresentam alguns sítios eletrônicos que difundem a história da origem de Palmeira dos Índios produzida por Luiz Torres.

⁴² A terra de Tilixi e Txiliá, manuscrito disponível no acervo do GPHIAL.

Imagem 01 – Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura - 2019



Fonte: Secretária de Estado da Cultura⁴³.

Imagem 02 – Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios no sítio eletrônico da prefeitura municipal - 2019



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios⁴⁴.

⁴³ Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/municipios/historico-dos-municipios/historico-do-municipio-de-palmeira-dos-indios>. Acesso em: 19 de out. 2019.

⁴⁴ Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 19 de out, 2019.

Imagem 03 – Lenda de Fundação de Palmeira dos Índios no sítio eletrônico História de Alagoas - 2019



Fonte: História de Alagoas⁴⁵.

Como conseguimos observar nos sítios eletrônicos da Secretaria de Estado da Cultura, Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios e no de História de Alagoas, a narrativa da lenda predomina, (quadrado em destaque) difundindo a representação de dois indígenas que morreram por um amor proibido, surgindo assim a base para fundação da cidade. Nos livros, “A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios dos século XVIII e XIX” (1973), “Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios” (1984) e “Roteiro Histórico e Turístico de antigas ruas de Palmeira dos Índios” (19??)⁴⁶, Luiz B. Torres

⁴⁵ Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-de-palmeira-dos-indios.html>. Acesso em: 02 de nov. 2019.

⁴⁶ Cópia do manuscrito original. Roteiro Histórico e Turístico de antigas ruas de Palmeira dos Índios, 19(?). Disponível no acervo do GHIAL.

também reproduzir a descrição da lenda, assim como em algumas matérias de jornais⁴⁷, construindo um sistema de legitimação de seus escritos.

As estratégias utilizadas mostram-se evidentes ao analisar as ditas obras, pois, sua produção intercala eventos históricos e narrativas mitológicas/ficcionais. No livro “A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX”, utilizou uma vasta documentação para (re)construir acontecimento dos respectivos séculos, como documentos de posse de doação de terra, petições, escrituras fundiárias, inventários, resoluções, atas da Câmara Municipal de Vereadores, circulares e entrevistas. Com isso, seu trabalho ganhou notoriedade (ascendendo-o como “historiador municipal”) e a legitimação necessária para inclusão no rol da história e memória oficial de Palmeira dos Índios.

No campo da questão identitária e representacional, os indígenas Xukuru-Kariri foram inseridos na história de Luiz B. Torres através de indivíduos “apaixonados”, “ciumentos”, “bravos” e “passivos”, deslocados dos contextos socio-histórico, substituindo da situação cotidiana pela imaginária (SOARES, 2019). Nas colunas de jornais, o escritor sustentou o discurso de aproximar o indígena do presente com o do passado distante, como na matéria publicada em 1977 pelo Jornal de Alagoas:

Nenhum contato dos chamados civilizados, seja de iniciativa religiosa ou de leigos, com os índios, resultará em benefício para estes últimos. De qualquer forma, a indiada sofrerá os prejuízos.

Um missionário, por exemplo, que se atreva a contactar selvagens, haverá que influir, mesmo que não o deseje, sobre a cultura indígena, ou quando nada, sobre a capacidade orgânica do índio de reagir contra vírus desconhecidos.⁴⁸

⁴⁷ “Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção”, fragmento do Jornal de Alagoas, “Palmeira um amor de cidade”, Jornal Folha de Palmeira e “Emancipação Política de Palmeira dos Índios”, Jornal Folha de Palmeira. Disponíveis no acervo do GPHIAL.

⁴⁸ “Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção”, fragmento do Jornal de Alagoas, disponível no acervo no GPHIAL.

A posição de Luiz B. Torres beneficiava o discurso das oligarquias locais, que insistia em descaracterizar a identidade indígena, negando o direito a posse das terras tradicionais. Esse fato, nos faz pensar sobre o papel desse personagem na composição, do que hoje conhecemos como estereótipos e estigmas, das imagens ligadas os Xukuru-Kariri, vistos por parte da sociedade como “integrados”, “sem cultura ancestral”, “vagabundos” e/ou “seres folclóricos”. Os trabalhos desenvolvidos por escritores “produtores da história” /memorialistas, possibilitaram, por outro lado, segundo Haas Júnior (2011):

Selecionando informações, coletando fontes, vestígios; omitindo o impensável e o indesejável; cooptando depoimentos e os enquadrando em uma narrativa; construindo ou disseminando arquétipos e estereótipos sociais, em sua proposta de inteligibilidade para o passado os(as) autores(as) das obras em questão tomam para si a responsabilidade de apresentar às populações locais sua história, sua identidade (HAAS JÚNIOR, 2011, p. 3).

Sendo assim, cabe aos futuros pesquisadores (contando com os acervos disponíveis, até o do GPHIAL), repensar determinadas histórias, observado as cristalizações e usos das memórias por determinados grupos, se atendendo, pois a memória é “[...] vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalização” (NORRA, 1993, p. 9). Com isso, a proposta aqui desenvolvida aponta novos caminhos e possibilidades para “uma outra história de Palmeira dos Índios”, reconhecendo os lugares de protagonismo e resistência de indivíduos/grupos marginalizados pela historiografia local.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS, NOVOS CAMINHOS

A produção historiográfica sobre Palmeira dos Índios, através de “produtores de histórias”, memorialistas, jornalistas e romancistas, foi construída em uma densa e homogênea trama social, política e econômica, poderíamos comparar com os fios de um tapete, verificando a coerência do desenho conseguimos perceber as conexões (fios) em distintas direções e formas, mas que são integralmente ligados uns aos outros, compondo assim a tapeçaria/história (GINZBURG, 1989).

Na composição da “história oficial” do município, criada por Luiz B. Torres, os indígenas tiveram lugar de destaque, sendo até considerados os primeiros donos da terra, porém sua imagem foi descrita e reproduzida como ser folclórico, aproximando-os de uma representação do passado colonial. A memória estabelecida pelos textos do escritor, possibilitou a composição do sentimento de pertencimento e identidade local, pelo menos por parte dos não-indígenas (SOARES, 2019).

As oligarquias municipais, detentoras do poder político e econômico, utilizaram os estudos do escritor para descaracterizar as identidades indígenas e obstruir o direito ao território ancestral. Por isso, nossa atenção estava focada no papel de Luiz B. Torres na sociedade palmeirense, visto que, as pesquisas desenvolvidas e legitimadas como parte da “história oficial”, foram utilizadas para marginalizar e invisibilizar determinados grupos sociais.

Em função disso, exploramos as zonas de fronteiras entre o trabalho do historiador e dos memorialistas/“produtores de histórias”, pois em alguns casos, a primeira historiografia disponível sobre o município é construída pela classe dos últimos indivíduos, buscando contribuir para novos estudos em contextos sociais, históricos e culturais diferentes.

Consonante com nosso objetivo, nos detivemos em aspectos da vida social, política, artística, econômica e literária de Luiz B. Torres, além de sua relação com arquivos e documentos nas pesquisas realizadas sobre Palmeira dos Índios. Por último, traçamos um breve panorama de seus trabalhos, buscando perceber as reproduções e representação na atualidade, visto que ainda são considerados pela história e memória oficiais.

Em estabelecidos grupos da atual sociedade palmeirense, pelo que observamos, os trabalhos do escritor contribuíram para estereotipar e estigmatizar as populações indígenas, utilizando-se do discurso de “aculturação” e perda dos costumes tradicionais. Por isso, reconhecemos que tanto o trabalho do historiador como dos “produtores de histórias” podem “se converter em fábricas de bombas” (HOBSBAWM, 1998, p. 17) visto os danos ocasionados (no passado, presente ou futuro) em histórias de coletividades (re)construídas a partir de determinadas concepções.

Ao evidenciar a estruturação de memórias, com base em Luiz B. Torres, procuramos indicar as escolhas, estratégias, possibilidades, paixões, incertezas e relações que povoaram os trabalhos dessa personagem, buscamos realizar uma releitura das fontes, preencher lacunas e abrir outras, possibilitando ainda novos caminhos (SILVA, 2006), que poderão ser seguidos com o auxílio do acervo do GPHIAL, sobre a história indígena ou de Palmeira dos Índios.

REFERÊNCIAS

A TERRA de Tilixi e Txiliá, 1971, acervo do GPHIAL, sem categoria.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-79.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: Coleção de leis do Império do Brasil – 1850. Vol. 1 pt. I. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso: 26 de dez, 2018.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **Território Indígena em Palmeira dos Índios: disputa, conflitos e posse**. 2012. 53 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2013. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/monografias>. Acesso em: 12 de jan, 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: **Coleção de leis do Império do Brasil – 1850**. Vol. 1 pt. I. Brasília: Câmara dos Deputados. Acesso em 26 de dezembro de 2018.

CARTA do Convento do Carmo, 1973, acervo do GPHIAL, sem categoria.

CARTA do diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1973, acervo do GPHIAL, sem categoria;

CARTA de Fernando Pio, 1972, acervo do GPHIAL, sem categoria;

CASAL, Manuel Ayres de. **Corografia Brasilica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1974 (II tomos).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CRONOLOGIA do escritor Luiz B. Torres, 1997, autoria de Luiz Byron Passos Torres, acervo do GPHIAL, sem categoria.

FERREIRA, Cosme Rogério. Palmeira dos Índios: origem e identidade indígena. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; COSTA, Jairo José Campos da (Orgs). **Alagoas: a herança indígena**. Arapiraca: EDUNEAL, 2015. p. 124-131.

FOTOCÓPIA da portaria de extinção dos aldeamentos em Alagoas. 1872, acervo do GPHIAL, na subcategoria “Assuntos indígenas”.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’ Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HISTÓRIA ORAL de Palmeira dos Índios, s/d, acervo do GPHIAL, sem categoria.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história.** Tradução de Knipel Moreira. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ÍNDIOS. Lei nº 2.291, de 26 de agosto de 2019. Institui a Comenda Municipal do Mérito “Luiz Barros Torres”, e adota outras providências. **Diário Oficial do Município de Palmeira dos Índios.** Palmeira dos Índios, AL, v (?), n. 2536, 26 ago. 2019. p. 1-2.

JÚNIOR HAAS, Amaldo. Profissionalização da História: questões para reflexão suscitadas por uma leitura de obras de histórias locais. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais [...].** São Paulo, 2011. p. 1 – 14.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 9 – 27.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Palmeira, de quem? formação e emancipação de Palmeira dos Índios-AL. V ENHS - Encontro Nacional de História do Sertão: A

Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Anais [...]. Delmiro Gouveia, AL, 2019. p. 1-8.

NEVES, Mary Hellen Lima das Neves. **Os índios Xukuru-Kariri na mata da cafurna em Palmeira dos Índios:** relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016). 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.gphialuneal.com.br/disertacoes>. Acesso em: 12 de ago, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (org). **A viagem de volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004. p. 13 – 42.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS “Cidade do Amor”, 1971, acervo do GPHIAL, sem categoria.

PARANHOS, Aline de Freitas Lemos. Nas fronteiras do silêncio: a presença negra e indígena no acervo museológico de Palmeira dos Índios/AL. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson (Orgs.). **Alagoas nos trilhos das memórias:** imagens, patrimônios e oralidades. Recife: Libertas, 2017. p. 221 – 233.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto:** os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://www.gphialuneal.com.br/disertacoes>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Thayan Correia da. Demarcação, Desintrusão e Conflito Territorial em Palmeira dos Índios. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; COSTA, Jairo José Campos da. (Orgs). **Alagoas:** a Herança Indígena. Arapiraca: EdUneal, 2015. p. 107-123.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

REGISTRO da doação de terras para missão indígena em Palmeira dos Índios, 1773, acervo do GPHIAL, na subcategoria “Assuntos indígenas”.

ROCHA, Adauto Santos dos. **É indo que se volta**: A família Ricardo e a formação da Fazenda Canto (1872 a 1852). 2017. 56 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2017. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/monografias>. Acesso em: 12 de jan, 2019.

RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos; PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Lenda, Mitos e Emblemas**: a construção da imagem dos Xukuru-Kariri. No prelo. 2019.

SANTOS, Luan Moraes dos. Os índios e a mídia online: relatos e notícias sobre os Xukuru-Kariri no agreste alagoano. In: MAIRA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes Peixoto (Orgs). **Ecoss do silêncio**: o saber e o fazer da pesquisa. Recife: Libertas, 2018. p. 79 – 106.

SILVA, Edson. **Xukuru**: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. Recife: Editora da UFPE, 2014.

_____. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do arquivo público. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.175-224, jul./dez. 2006.

SILVA, Thayan Correia da. **Entre memórias e conflitos**: o índio Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios. 2017. 60 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2017. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/monografias>. Acesso em: 12 de jan, 2019.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010)**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/disertacoes>. Acesso em: 16 de jul, 2019.

_____. **Cara de índio**: diferentes visões sobre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. 2016. 59 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2016. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/monografias>. Acesso em: 12 de jan, 2019.

TORRES, Luiz Barros. **A terra de Tilixi e Txiliá**: Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

_____. **Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4 ed. Maceió: IGASA, 1984.

_____. **Roteiro Histórico e Turístico de antigas ruas de Palmeira dos Índios**. Não publicado. [19??].

_____. Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção. **Jornal de Alagoas (caderno Jornal de Palmeira)**. Maceió, 27/03/1977, p.? acervo do GPHIAL.

_____. Palmeira um amor de cidade. **Jornal Folha de Palmeira**. Palmeira dos Índios, 20/08/1988, p. 1. acervo do GPHIAL.

_____. Emancipação Política de Palmeira dos Índios. **Jornal Folha de Palmeira**. Palmeira dos Índios, 12/11/1988, p. 4. acervo do GPHIAL.

TORRES, Luiz Byron Passos. **A terra de tilixi e txilia**: Palmeira dos Índios no século XX. Não publicado. [20??].

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, “TERRA DE XUKURU”: polifonias sobre o povo Xukuru-Kariri no acervo do GPHIAL

Brunemberg da Silva Soares⁴⁹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com este texto pretendemos discutir sobre alguns dos estudos realizados pelo *historiador*⁵⁰ palmeirense Luiz de Barros Torres, analisando sua atuação em pesquisas sobre a história de Palmeira dos Índios, destacando seus esforços para a criação de uma narrativa histórica para a localidade, bem como as influências de tais produções. Para tanto, tomaremos como base as publicações do estudioso sobre a história local e parte do acervo documental que foi criado a partir de fontes por ele reunidas – presentes no acervo do GPHIAL.

Procuramos não apenas utilizar essa coleção como material histórico indispensável para um estudo sobre o município, mas também como uma construção resultante de posicionamentos e interpretações do autor sobre a história palmeirense. Partimos da ideia de que as contribuições de Luiz

⁴⁹ Mestre em História pela UFCG (Campina Grande/PB). Licenciado em História pela UNEAL. Foi bolsista do PIBID e voluntário no PIBIC no projeto *intitulado Palmeira dos Índios em fontes documentais primárias e secundárias: patrimônio e memórias*, realizado no acervo do GPHIAL entre 2015 e 2016, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). E-mail: brunemberg@hotmail.com. Este texto inicialmente fez parte do resultado de uma pesquisa de mestrado orientada pelo professor Dr. Edson Silva.

⁵⁰ Embora não possuísse formação acadêmica, Luiz B. Torres era muitas vezes referenciado em documentos da prefeitura de Palmeira dos Índios e em jornais locais como *historiador*. Fonte: acervo do GPHIAL.

Torres para a pesquisa histórica sobre Palmeira dos Índios não se restringiram a seus escritos e produções simbólicas; consideramos que a documentação do GPHIAL é de suma importância para as pesquisas sobre a localidade.

Nascido em abril de 1926, na cidade de Quebrangulo/AL, Luiz de Barros Torres foi um importante e destacado estudioso da história do município de Palmeira dos Índios, um dos primeiros a escrever sobre a localidade e a realizar pesquisas históricas, apesar de não ser historiador de formação. Viveu sua infância em Maceió e lá ingressou no seminário de Nossa senhora da Assunção. Sobre esse período, Luiz Byron Torres, filho mais velho do autor, em uma biografia do pai, afirmou:

O adolescente Luiz B. Torres permaneceu no Seminário de Nossa Senhora da Assunção por cinco anos. A cada dia que se passava crescia nele à vontade de abandonar o seminário, pois tinha certeza que a sua vocação não era a de ser padre e sim um escritor. O primeiro indício aconteceu em **1943**, quando Luiz teve a sua primeira experiência com a literatura. Criando uma criptografia pessoal, escreveu um romance sobre as cruzadas na Idade Média. Neste ensaio, ele narra (Ficção) a vitória dos cristãos contra os muçulmanos para adquirir o controle da Terra Santa. Como feriu as regras disciplinares do Seminário, sua primeira obra foi confiscada pela Direção Geral, nada mais restando sobre ela. (TORRES, 2003, p. 17, grifos do autor)

Um ano após o confisco de seu primeiro romance, Luiz Torres desistiu do seminário e estabeleceu moradia em Palmeira dos Índios, cidade na qual seus pais residiam desde 1940. Já nos primeiros anos de residência na cidade, o jovem aspirante a escritor se envolveu em diferentes assuntos relacionados à comunidade palmeirense, se aliando a outros estudantes para a fundação de

um centro literário, um grupo musical e uma agremiação esportiva⁵¹. Ainda, nesse contexto, passou a escrever crônicas e colunas de opinião em jornais locais.

Como resultado de seus escritos e projetos⁵², Luiz Torres alcançou grande prestígio na sociedade palmeirense e alagoana, manteve relações de amizade com personalidades e figuras políticas locais, de municípios circunvizinhos e da capital do estado⁵³. Embora o escritor tenha desistido de uma carreira sacerdotal, cultivou estreitas relações com membros de destaque na Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios, a exemplo do Pároco Francisco Xavier de Macedo, que, em 1952, pediu para que Torres elaborasse um projeto para a criação de uma Diocese no município. Após a aprovação do projeto pelo Vaticano, em 1962, o escritor foi escolhido para representar o “povo palmeirense” na recepção do primeiro Bispo do município, ato que se repetiu por mais duas vezes; com o segundo Bispo, em 1978, e com o Terceiro, em 1985⁵⁴.

Ao longo dos anos a ligação que estabeleceu com Palmeira dos Índios e seus habitantes despertaram no escritor o desejo de estudar a história do município. Desse modo, passou a colecionar

⁵¹ Torres, Luiz Byron Passos. **Vida e obra do escritor Luiz B. Torres**. 2003, não publicado. Disponível no acervo do GPFIAL.

⁵² Dentre eles destacamos a criação dos símbolos oficiais de Palmeira dos Índios, a escrita de uma breve “historiografia” sobre o município, que lhe rendeu um convite para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/IGHAL, a publicação de vários romances e peças de teatro, a fundação da Companhia Telefônica de Palmeira dos Índios e a criação dos símbolos oficiais dos municípios alagoanos de Igaci e Cacimbinhas, limítrofes com Palmeira dos Índios. Fonte: Torres, Luiz Byron Passos. **Vida e obra do escritor Luiz B. Torres**. Op. Cit.

⁵³ Além do apoio que o escritor recebeu da administração municipal quando da escrita de livros sobre a história local, percebemos que Luiz Torres possuía uma estreita relação com políticos, grande comerciantes e membros das famílias mais prósperas e influentes no município, que sempre se faziam presentes nos lançamentos de seus livros. Fonte: acervo do GPFIAL.

⁵⁴ Fonte: TORRES, Luiz Byron. **Cronologia do escritor Luiz B. Torres**. Palmeira dos Índios, 1999, p. 7. Não publicado. Disponível no acervo do GPFIAL.

fotografias, recortes de jornais contendo matérias sobre a história de local, além de documentos, localizados em variados acervos, os quais transcreveu ou guardou cópias, utilizando-as para pesquisas.

Fotografia 01 – Escritório de Luiz de Barros Torres - 2003



Fonte: Torres, Luiz Byron Passos. Vida e obra do escritor Luiz B. Torres.

A imagem do escritório do autor⁵⁵ nos possibilita ter uma noção da quantidade de documentos e livros reunidos pelo estudioso ao longo de suas pesquisas, permitindo a criação de um acervo particular formado por fontes históricas oriundas principalmente de jornais, acervos cartoriais e eclesiásticos aos quais o autor teve acesso⁵⁶. Os primeiros estudos sobre a história palmeirense foram publicados em diferentes jornais locais, nos quais o Torres escrevia colunas.

Imagem 01 – Matéria de autoria de Luiz de Barros Torres – 1973



Fonte: acervo do GPHIAL.

⁵⁵ A fotografia foi tirada por Luiz Byron Torres, após a morte de Luiz Torres. Byron assumiu o escritório do pai, guardou a documentação reunida até então e continuou recolhendo fontes para o acervo. Para mais informações ver Peixoto (2013).

⁵⁶ O pesquisador reuniu documentos disponíveis em cartórios e igrejas em Palmeira dos Índios e Bom Conselho/PE; além de acervos localizados na capital alagoana, Torres conseguiu ter acesso a fontes históricas abrigadas na Torre do Tombo, em Portugal. Informações obtidas em estudos realizados no acervo do GPHIAL, out. 2018.

A imagem representa parte de uma matéria publicada por Luiz Torres no *Jornal de Hoje*, em agosto de 1973, quando da comemoração dos duzentos anos da doação de terras nas quais foi fundada a missão indígena que deu origem ao município. O texto sugere que o autor realizou uma pesquisa documental antes de tecer sua narrativa histórica⁵⁷. Além de matérias, Torres utilizou a documentação reunida para escrever livros sobre a história local, sendo: *Os índios Xucuru e Karirí em Palmeira dos Índios* (1972), *A terra de Tilixí e Txiliá – Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX* (1975) e *Roteiro histórico e turístico das ruas antigas de Palmeira dos Índios* (1989). Apesar de não possuir formação acadêmica, essas publicações o consagraram como um dos fundadores e principais expoentes da pesquisa histórica sobre Palmeira dos Índios (PEIXOTO, 2013).

PALMEIRA DOS ÍNDIOS, “TERRA DE XUKURU”: a construção de uma identidade palmeirense

Mais do que escrever sobre a formação de Palmeira dos Índios, Luiz Torres procurou contribuir para a criação de uma identidade histórica para a localidade, uma narrativa que singularizasse o município. Para tanto, o autor buscou enfatizar a presença indígena no período de formação da Vila de Palmeira dos Índios como um fator específico dessa história.

De acordo com Silva (2010), nas primeiras décadas do século XX, antes de antropólogos e historiadores realizarem pesquisas sobre os *remanescentes indígenas* no Nordeste, memorialistas e escritores regionais, movidos por uma concepção do índio enquanto antiga *raça formadora*,

⁵⁷ As datas e os acontecimentos históricos citados foram corroborados por documentos diversos que o autor reuniu e em pesquisas que outros estudiosos realizaram posteriormente. Para mais informações ver Martins (1994) e Peixoto (2013).

escreveram sobre os *caboclos* descendentes dos primeiros habitantes em áreas de colonização antiga, descrevendo seus costumes exóticos que acreditavam estar em vias de extinção.

Essa análise das *contribuições* dos indígenas para o avanço colonial, principalmente a formação de povoações a partir das missões catequéticas (ALMEIDA, 2000), aparece especificamente em estudos sobre a formação social de cidades do interior do Nordeste (SILVA, 2010), realizados por cronistas e escritores regionais que estudavam a história de cidades onde habitavam. Como observado na matéria escrita por Luiz Torres (imagem 01), Palmeira dos Índios é um exemplo de cidade originária a partir de uma missão indígena.

Em fins da primeira metade do século XX foram publicados os primeiros escritos sobre a história do município, citando a origem em um aldeamento e, dessa forma, referenciado os indígenas como primeiros habitantes das terras que atualmente abrigam a sede municipal. Esses estudos específicos sobre a história palmeirense e os índios habitantes locais foram publicados por Luiz de Barros Torres e Ivan Barros⁵⁸.

São textos que não apresentam análises historiográficas aprofundadas, porém, trazem dados históricos e transcrições de documentos que contribuem para estudos sobre a história do município. Nesses escritos, os autores relataram a história da cidade, descrevendo acontecimentos, destacando a atuação de sujeitos e, conseqüentemente, abordando a temática indígena, principalmente Luiz Torres.

⁵⁸ Promotor de Justiça aposentado, membro da Academia Alagoana de Letras e escritor ativo com 29 livros publicados. Nascido em 1943, formado em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro, foi Vereador do Município em 1967. Trabalhou como escritor e editor de jornais locais e participou de momentos importantes, a exemplo da fundação da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes /APALCA. Informações disponíveis no Site da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes (APALCA): <http://apalca.com.br/hino-de-palmeira-dos-indios>. Acesso em: 11 dez. 2017.

Partindo da concepção dos indígenas como personagens do passado colonial, presentes no processo histórico de desenvolvimento da nação, os citados autores os descreveram como povos vencidos pelos avanços das entradas e zonas de ocupação nos *Sertões*. Como consequência, a partir desses relatos iniciais sobre a fixação de colonos na região, os indígenas foram deixados de lado nas narrativas, o que corrobora com a ideia de que estes foram “superados” pelo progresso iniciado com a chegada do branco, sendo convertidos ao catolicismo e submetidos ao julgo dos colonizadores (SOARES, 2013).

A visão dos indígenas como povos em transição para uma inevitável integração à sociedade nacional, presente nos escritos dos citados autores, estava em consonância com o modo como as populações nativas eram pensadas à época, uma visão partilhada, inclusive, pelo órgão estatal responsável pelas questões relacionadas às populações indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios - SPI⁵⁹.

Destarte, em um contexto no qual os Xukuru-Kariri eram percebidos como remanescentes em vias de extinção, os primeiros estudiosos que escreveram sobre a história palmeirense, principalmente Luiz Torres, sentiram a necessidade de representar a imagem e as expressões socioculturais desse povo a partir da criação de símbolos e narrativas que referenciassem a presença indígena na origem da cidade. Nesse sentido, a construção de tais narrativas não necessariamente exigia a participação

⁵⁹ Criando no ano de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI tinha o objetivo de facilitar o desenvolvimento econômico nas frentes de expansão nacional, garantindo a integridade dos povos indígenas, que se encontravam em uma suposta etapa de transição para pequenos agricultores; assistindo-os a partir da demarcação de pequenos territórios, que sediavam um Posto Indígena. Porém, conforme analisa Antonio Carlos de Souza Lima, a ação do SPI se assemelha mais a um “grande cerco de paz”, isto é, uma medida que buscava possibilitar a “convivência pacífica” entre índios e não indígenas a partir da utilização de um poder tutelar que “supõe estratégias conducentes da passagem entre hostilidade aberta à ‘convivência pacífica’. Sob a luz da paz armada” (LIMA, 1992, p. 105).

dos indígenas no processo, mesmo porque, no contexto, estes eram vistos como descendentes dos verdadeiros nativos que habitaram a localidade, inclusive por pesquisadores ligados à Universidade, como o antropólogo Clóvis Antunes, que escreveu⁶⁰:

O serviço de Proteção aos Índios comprou-se há uns 10 anos atrás uma fazenda para o aldeamento dos índios Chucurus chamada “Fazenda Canto”. Nome poético para significar que de um canto os índios cantam as glórias do seu passado de tradição folclóricas para brancos que desejam contar. [...]. Os índios ainda mantêm os costumes dos seus antepassados, embora que quase estão esquecidos das novas gerações. Pouco são os que falam a língua indígena cariri-chucurús. São sempre orgulhosos quando alguém os chama de índios.

Como percebemos nesse trecho, os *remanescentes indígenas* foram vistos e representados principalmente como um elo com os antigos e “verdadeiros índios” habitantes na região, sendo posteriormente utilizados como elementos justificativos do nome do município e da criação de representações e referências à presença indígena na localidade. Devido à sua posição pioneira de interesse em estudar a presença dos indígenas na história de Palmeira dos Índios, o escritor Luiz Torres manteve uma relação de proximidade com os Xukuru-Kariri, visitando com frequência a Aldeia Fazenda Canto, ou os recebendo em sua loja⁶¹.

⁶⁰ ANTUNES, Clóvis. Fazenda Canto: índios Chucurús, assistência do SPI, a Cáritas distribui alimentos – os índios Chucurús, tradição de Palmeiras e curiosidade para os turistas. **Jornal Juventude Palmeirense**. Palmeira dos Índios. Outubro de 1962, p. 6.

⁶¹ O escritor possuía uma aproximação com alguns indígenas aldeados na aldeia Fazenda Canto. No entanto, essa relação não era uniforme, tendo em vista as várias famílias residentes nessa aldeia e os conflitos internos existentes no período, o que resultava no afastamento ou aproximação de determinado grupo a medida em que os contatos eram estabelecidos com alguma liderança indígena, ou mesmo com os funcionários do órgão de assistência. Para mais informação ver Martins (1994).

As referências aos indígenas nos escritos de Torres se dividiram em dois aspectos principais: de um lado, a história dos índios que foram vítimas do processo de colonização, cujos sobreviventes da violência se afastaram dos antigos costumes e estavam em vias de aculturação; de outro, a descrição de um índio mitológico, um símbolo da formação local, representado em imagens e narrativas, em homenagem aos primeiros habitantes na região.

Em seu principal livro sobre a história local, Luiz Torres⁶² teceu uma narrativa que uniu ficção à situações documentadas para narrar a história de fundação da cidade a partir de uma *lenda*⁶³ que produziu e que se converteu em uma importante referência no município; foi ensinada em escolas da rede pública municipal (SOARES, 2019), influenciou a construção dos símbolos oficiais do município, além de estátuas expostas em locais públicos, bem como a nomeação de estabelecimentos comerciais e logradouros na cidade.

Na narrativa lendária, os Xukuru-Kariri habitavam as matas de Palmeira dos Índios e tinham como chefe o Cacique Etafé, que aguardava a puberdade da formosa índia Txiliá, filha de Taci, para poder casar-se. Porém, a jovem índia estava apaixonada por seu primo Tilixi; a proximidade entre os dois primos fazia com que o Cacique, com ciúmes, os vigiasse constantemente. Certo dia, durante uma festa “tribal”, Tilixi, ao receber de sua prima um pouco de bebida fermentada, beijou Txiliá; vendo a

⁶² Nos referimos ao livro publicado pelo autor em 1973, intitulado *A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX*.

⁶³ A narrativa fundacional escrita por Luiz Torres foi intitulada como *Lenda de fundação da Cidade de Palmeira dos Índios*, a nomenclatura *lenda* foi escolhida pelo autor e assim referenciada em seus escritos posteriores. Utilizamos como material de análise dessa narrativa, a versão datilografada por Torres em 1971 e a versão em quadrinhos (1971) também de sua autoria. Fonte: acervo do GPFIAL.

cena, o Cacique enfurecido condenou Tilixi a morrer por inanição, preso ao solo, longe do acampamento, e exposto ao sol.

Ao ouvir os gritos de socorro proferidos por seu amado, Txiliá pediu ao religioso que estava à frente de missão, o Frei Domingos de São José, que lhe desse a cruz que carregava no pescoço, para que pudesse “plantá-la ao lado do moribundo, para que dela nascesse uma palmeira, debaixo da qual ele pudesse sofrer menos” (TORRES, 1973, p. 54). Não conseguindo convencer a jovem índia a desistir, o padre entregou-lhe a pequena cruz. Contrariando a proibição do Cacique, Txiliá foi ao encontro de seu amado e nesse momento, foi atingida por uma flecha, atirada pelo ciumento Cacique.

Ainda, segundo a narrativa, no local em que o casal morreu nasceu uma “frondosa palmeira”. Esse acontecimento foi interpretado pelo Frei como sendo obra de um milagre; o símbolo do mais puro gesto de amor e de fé. A “confiança no onipotente poder de Deus”, demonstrada por Txiliá, fez com que o padre reunisse as forças necessárias para a edificação do município. Assim narrou o episódio:

O milagre produziu no frade um êxtase místico, durante o qual teve uma visão profética do que seriam o povo e a cidade nascidos do heroísmo do amor. Só poderiam gozar de grandeza tal povo e tal lugar batizados pelo gesto maior que homens podem praticar: a vida em troca do elo perfeito que une a humanidade – o amor (TORRES, 1973, p. 56).

O processo de construção histórica e mnêmica da identidade local pode ser relacionado com as narrativas dos estados-nações modernos, fundamentadas numa *identidade coletiva* forjada a partir de narrativas e tradições organizadas ou inventadas por determinado grupo ou parcela da sociedade para justificar a dominação política e fundamentar a existência e unidade das respectivas comunidades (HALL, 2015). Como afirmaram estudiosos dessa temática (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 1997), são narrativas *justificadoras* das nações, sendo, portanto, alicerçadas na construção de uma *história*

oficial elaborada a partir de “uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2015, p. 31).

Ao analisarmos os primeiros relatos sobre a história de Palmeira dos Índios⁶⁴, percebemos que essa construção de uma narrativa oficial que dá sentido à localidade foi também produzida no município. O apego às origens, a invenção de tradições que possibilitam a *identificação* mútua entre os palmeirenses e a ênfase no mito de fundação, são as características que sustentam a construção de uma narrativa história para Palmeira dos Índios, fundamentada, principalmente, nas produções de Luiz Barros Torres.

Considerando que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBBSAWN, 1997, p. 21), percebemos que os mártires da lenda de Torres “possibilitaram” a fundação da cidade, inspirando o nome e representando a “amistosa” relação entre o povo Xukuru-Kariri e os colonizadores, representados pelo Frei Domingos. É provável que Torres, ao escrever tal narrativa, tenha se inspirado na literatura indianista do século XIX, marcada principalmente pela criação de personagens indígenas idealizados, sempre leais aos colonizadores e dotados de boa índole, porém distantes dos indígenas históricos, personagens que geralmente tinham um fim heroico e trágico (OLIVEIRA, 2016).

Os escritos do autor se aproximam da perspectiva indianista de José de Alencar (1829 - 1877), cuja pretensão era fazer com que os leitores se orgulhassem de serem descendentes de indígenas,

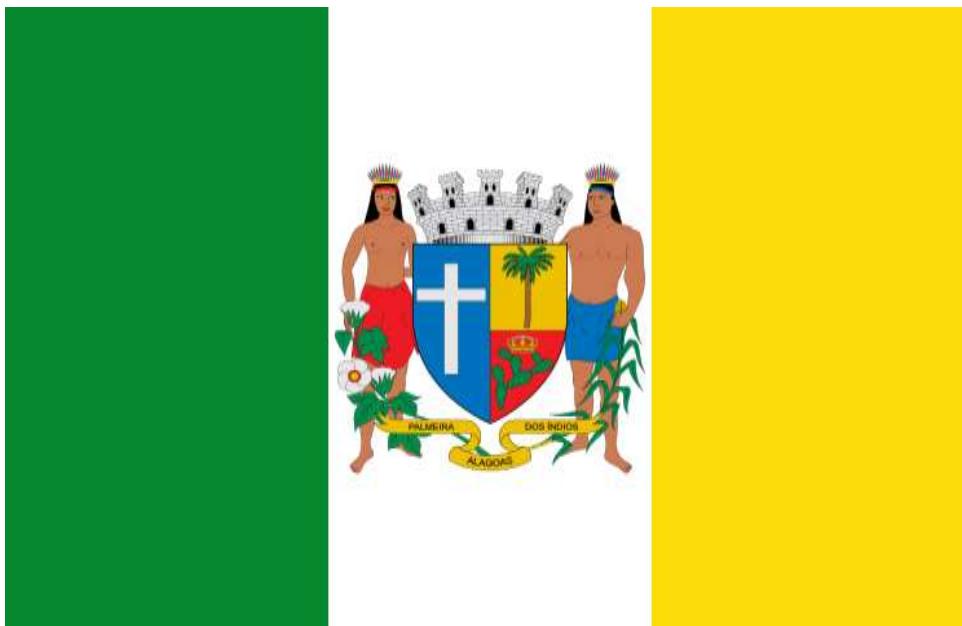
⁶⁴ Nos referimos aos estudos de Luiz B. Torres e Ivan Barros, especificamente aos livros: **Palmeira dos Índios: terra e gente** (1969) de autoria de Ivan Barros e **A terra de Tilixi e Tixiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX** (1973) escrito por Luiz B. Torres

nobres guerreiros aliados dos “formadores” do Brasil. Dessa forma, a partir do final trágico dos personagens em suas obras, como no livro *Iracema*⁶⁵, “o indígena transfigurou-se na terra natal, sobrevivendo na memória e na afetividade dos seus descendentes, [...], herdeiros daqueles personagens, tal como o próprio autor e seus presumíveis leitores” (OLIVEIRA, 2016, p. 104).

Ao lembrar do fim trágico do apaixonado casal de índios da lenda de Torres, descrito como o momento primeiro da formação de Palmeira dos Índios, anunciando as glórias futuras, percebemos a proximidade entre as visões dos autores. Após a criação do *Aldeamento da Palmeira dos Índios*, fruto do sacrifício dos indígenas, e com a chegada dos colonos, os índios passaram para um segundo plano e após um período de esquecimento se *transformaram* na terra natal, sendo lembrados apenas a partir dos escritos e representações criadas por Torres.

⁶⁵ A análise sobre a *Iracema*, evidencia que o romance foi elaborado para que o Ceará pudesse existir no mapa do Império. Nesse romance, a morte trágica do indígena, seguida pelo esquecimento foi substituída pela transformação do personagem nativo na terra e nos frutos da miscigenação. Dessa forma: “Iracema foi consumida pela gestação de seu filho, ela é uma ponte para ele. E nele, no primeiro cearense, que ela virá a sobreviver, como em uma metamorfose. Iracema não é celebração nostálgica de um passado indígena, visto como extinto e pretérito, como no indigenismo de Gonçalves Dias, mas a afirmação do mestiço, resultado da conjugação entre colonizador e colonizado” (OLIVEIRA, 2016, p. 103).

Imagem 02 – Bandeira de Palmeira dos Índios



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios⁶⁶.

A Bandeira de Palmeira dos Índios (Imagem 02) foi oficialmente⁶⁷ adotada em 1968; criada por Torres e pelo advogado José Delfim da Mota Branco⁶⁸. O símbolo apresenta aspectos que fazem

⁶⁶ Disponível em: <https://palmeiradosindios.al.gov.br/simbolos/>, acesso em: 21 nov. 2019.

⁶⁷ Em dezembro de 1968 entrou em vigor a Lei Municipal nº 691 que instituiu o hino oficial e os símbolos do Município de Palmeira dos Índios. Fonte: acervo do GPHIAL.

⁶⁸ José Delfim da Motta Branco foi um professor, escritor e advogado de destaque em Palmeira dos Índios, na segunda metade do século XX. Atuou como diretor da secretaria da Câmara Municipal do município, possuindo estreitas relações com políticos e personalidades locais, a exemplo do escritor Luiz de Barros Torres, com o qual criou a bandeira e o brasão

alusão à paisagem e história locais, dentre os quais merecem destaque: a cruz, representante do catolicismo e da fé que proporcionou o surgimento da cidade, a partir da ação de Frei Domingos; o casal de índios, protagonistas da narrativa fundacional, e a palmeira, referência à árvore que teria nascido dos corpos de Tilixi e Txiliá. Ainda, essa narrativa inspirou a composição do hino oficial do município, no qual o ator faz referências aos acontecimentos contados na lenda, como podemos observar no trecho a seguir⁶⁹.

Teu passado glorioso,
tem origem secular,
nos heróicos xucurús,
de bravura e fé sem par,
cujos feitos nós seguimos,
como luz a nos guiar.

[...]

Se nascentes de uma cruz,
Tu só tens amor a dar,
[...].

Percebemos que o destaque dado à importância dos indígenas na formação do município, evidenciado logo na primeira parte da letra, não se refere diretamente ao povo Xukuru-Kariri habitante em Palmeira dos Índios, mas aos indígenas criados por Torres na lenda de fundação da cidade,

de Palmeira dos Índios. Fonte: site da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes; <http://apalca.com.br/patronos/jose-delfim-da-motta-branco/>. Acesso em: 23 set. 2017.

⁶⁹ Fonte: acervo do GPFIAL.

portanto, descritos como heroicos, bravos e de “fé sem par”. Assim, mais uma vez o sacrifício desses personagens é evidenciado como ponto de partida para o desenvolvimento da sociedade palmeirense.

As representações dos indígenas como símbolos românticos e mitológicos da *identidade palmeirense* foram estabelecidas em diversos ambientes no município, influenciando a forma como os indígenas são vistos localmente. Tendo em vista que as *representações* (CHARTIER, 1990) influenciam as interações sociais, direcionando comportamentos e apreensões da situação sociocultural.

Fotografia 02 – Estátua de Txiliá – 2019



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: Adatao Rocha.

A fotografia 02 ilustra a estátua da lendária Txiliá, exposta no centro de Palmeira dos Índios, na Praça Moreno Brandão, conhecida popularmente como “Praça do açude”. Esculpida em 1988 por Alexandre Tito⁷⁰, sob encomenda do então Prefeito Helenildo Ribeiro, a estátua foi elaborada de acordo com a idealização que o artista teve ao ler o mito de fundação da cidade. A índia representada na escultura não corresponde aos indígenas habitantes no município, pois sua aparência está associada às descrições românticas dos índios na Literatura do século XIX, onde a idealização predominava e estes eram concebidos como se “estivessem eternamente no momento dos primeiros contatos” (OLIVEIRA, 2016, p. 28).

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E PATRIMONIALIZAÇÃO

O desejo, expresso por Luiz B. Torres, de traçar uma origem comum para o município, fundamentada em uma coletividade histórica e identitária, destacando aspectos singulares sobre aquela localidade, contribuiu para que a origem da cidade em um aldeamento, bem a presença indígena no cotidiano palmeirense, fosse considerada como uma das principais características da história local. Para tanto, o autor relacionou suas narrativas com aspectos fictícios e dados empíricos com os quais se deparou durante a pesquisa.

Na busca por subsídios e provas materiais que sustentassem suas afirmações sobre a ocupação secular dos indígenas na localidade, entre 1971 e 1973, embora não possuísse a técnica

⁷⁰ Natural do município de Ouro Branco/AL o escultor, artista plástico e poeta popular Alexandre Tito se destacou nas décadas de 1970/80 devido à criação de esculturas para logradouros públicos de alguns municípios alagoanos – a exemplo da escultura de uma folha de fumo exposta em um dos trevos da cidade de Arapiraca/AL e da estátua do “Cristo do Goiã” em Palmeira dos Índios. Obras que lhe rederam o título de “O Alejadinho de Alagoas”. Fonte: <<https://arapiracalegal.wordpress.com/artistas-arapiraquenses/alexandre-tito/>>: acesso em: 14 jun. 2018.

necessária, realizou escavações arqueológicas em diferentes áreas no município, descobrindo artefatos arqueológicos diversos, como urnas funerárias indígenas (igaçabas), conteúdo ossos humanos, colares, e variados instrumentos manuais. Luiz Torres coordenou escavações em seis cemitérios indígenas e neles encontrou vinte igaçabas⁷¹ (TORRES, 1973).

Fotografia 03 – Luiz Torres coordenando uma escavação arqueológica - 1971.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado

Fotografia 04 – Indígena Xukuru-Kariri desenterrando uma igaçaba - 1971.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado

⁷¹ Algumas urnas estão expostas no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, localizado no centro de Palmeira dos Índios. Não encontramos registros sobre o destino das demais igaçabas nos escritos do autor ou na documentação consultada. Em visitas às aldeias Xukuru-Kariri, os entrevistados afirmaram que parte das igaçabas desenterradas no município foi enviada para o Rio de Janeiro, para serem “estudadas no Museu do Índio”. Porém, destacaram que a maior parte delas, que estava abrigada no Museu Xucurus foram “quebradas” ou descartadas diante dos conflitos territoriais ocorridos no município, principalmente nas retomadas em 1994 e no andamento do processo de demarcação, em 2010. Fonte: entrevistas com lideranças Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios, novembro de 2018.

A partir de suas análises sobre os artefatos encontrados, o autor afirmou que as urnas eram utilizadas para sepultamentos primários⁷², “minutos após o óbito, a fim de tornar possível a colocação do corpo na igaçaba” (TORRES, 1973, p. 148). Ainda, foi o primeiro a definir uma possível datação para as urnas; de acordo com sua análise, essas peças teriam “um mínimo de 180 anos”⁷³, número ao qual chegou após deduzir que os indígenas teriam abandonado essa prática em consequência do trabalho catequético realizado pelo Frei Domingos de São José – “concretizado” quando “Palmeira dos Índios se tornou paróquia em 1798”, data a partir da qual “a indiada evitou enterrar os seus mortos dentro do ritual e credences herdados dos antepassados” (Idem. p. 147).

A narrativa textual e simbólica tecida por Luiz Torres sobre a história de Palmeira dos Índios está permeada pela associação do indígena a um remoto contexto de “fundação” da *Vila da Palmeira*. Uma prática marcada pela inserção de dados históricos, como as igaçabas e a presença do Frei Domingos de São José, e de informações fantasiosas, como os personagens da lenda de fundação e outras representações folclóricas. Desse modo, em seu “mito da origem da cidade” (TORRES, 1973) procurou associar o conto a elementos históricos evidentes nessa conjuntura, como as urnas funerárias. Como observado no seguinte trecho:

Morreram Tilixi e Txiliá, mas o amor foi mais forte e poderoso que as leis porém, juntou na morte aquilo que a vida recusou dar. No outro dia, **Frei domingos** encontrou uma palmeira frondosa ao lado dos dois amantes, **cujos corpos marcados pelo castigo não poderiam repousar nas igaçabas funerárias** mas serem devorados pelas aves de rapina, para que a

⁷² Diante dos achados, Luiz Torres concluiu que os indígenas colocavam seus mortos de “cócoras” nas igaçabas, junto a pertences como machados de pedra e adornos corporais e preenchiam o restante do espaço das urnas com areia. TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixi e Txiliá**: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

⁷³ Segundo Peixoto: “A não submissão das peças a um sistema de datação deve-se a falta de apoio do poder público e das instituições presentes na cidade e ao fato do relatório de Carlos Estevão e do posterior envolvimento de Clóvis Antunes nas escavações serem considerados suficientes para as autoridades municipais da época” (PEIXOTO, 2013, p. 71).

terra não acolhesse em seu ventre as carnes dos que infligiram a lei (TORRES, 1971, p. 5, grifo nosso).

Na busca por vestígios do passado palmeirense, Luiz Torres reuniu uma considerável quantidade de documentos e artefatos, aos quais atribuiu significados históricos e culturais a partir de entendimentos e pressupostos próprios, desse modo, os artefatos arqueológicos foram utilizados como “elos concretos” entre os indígenas e a história local. Ainda, nesse contexto de formulação de narrativas e ícones sobre a história e identidade local, Luiz Torres dedicou-se a organização de um “museu histórico”.

Procurou criar uma instituição que pudesse apresentar a *rica* história de Palmeira dos Índios às futuras gerações, rasgando a *cortina* que parecia separar o “presente do passado palmeirense” (TORRES, 1957, p. 2). Em 1967, o autor recebeu o apoio inicial necessário para a criação do museu, com a adesão de Dom Otávio Aguiar, O Bispo Católico Romano local, e o Tenente Alberto Oliveira, da Marinha do Brasil; Torres e seus colaboradores recorreram a moradores da cidade para que fizessem doações⁷⁴ de objetos de valor histórico.

Diante da variedade de itens obtidos com as doações e encontrados pelo escritor durante pesquisas, ficou decidido que o futuro museu seria constituído a partir de uma organização englobando todos os tipos de artefatos disponíveis, por isso a escolha do nome *Museu Xucurus de História, Artes e Costumes*. De acordo com o *Estatuto da Sociedade Museu Xucurus*⁷⁵, a principal finalidade da

⁷⁴ Segundo Luiz Torres, “o êxito foi total. Basta dizer que em dois meses e meio foram coletadas mais de duas mil peças, num eloquente e elogiável gesto de participação”. Fonte: TORRES, Luiz de Barros. Museu Xucurus – Página Eloquente da História. **Jornal de Alagoas**. Alagoas, 10/09/1977, p. 9. Disponível no acervo do GPHIAL.

⁷⁵ Texto de autoria de Luiz Barros Torres (1973). Fonte: acervo do GPHIAL.

instituição seria “Incentivar, divulgar e amparar, por todos os meios ao seu alcance, as artes de um modo geral, a história e a geografia, visando o desenvolvimento e o aprimoramento cultural do povo palmeirense” (TORRES, 1973, p. 2).

O local escolhido para a exposição das peças foi a Igreja do Rosário, um pequeno prédio construído no final do século XIX por negros livres, e escravizados devotos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos⁷⁶. Os artefatos foram classificados a partir dos seguintes critérios: objetos do catolicismo; artefatos relacionados aos costumes e à cultura da “sociedade palmeirense”; materiais curiosos de origens variadas e representações sobre indígenas e negros na região. A inauguração aconteceu em dezembro de 1971, com festa e homenagens aos idealizadores (SOARES, 2019).

Ao longo dos anos, o Museu Xucurus consolidou seu lugar na sociedade palmeirense, estabeleceu relações de proximidade com a sociedade que ajudou a construí-lo e se consolidou como um símbolo da história local⁷⁷. Embora as visitas não sejam feitas com muita frequência, se concentrando principalmente em agosto, mês de comemoração do aniversário do município, é recorrente a presença de estudantes acompanhados por professores, principalmente de escolas situadas em municípios circunvizinhos⁷⁸.

⁷⁶ Essas informações encontram-se em um folder elaborado pelos organizadores do Museu e distribuído durante a inauguração, em 1971. Fonte: acervo do GPHIAL.

⁷⁷ Além das colaborações constantes para a composição do acervo do Museu, que ainda continua recebendo doações, podemos citar como exemplo as duras críticas e mobilizações empreendidas por palmeirenses, indígenas e não indígenas, contra a proposta de mudança do Museu da Igreja do Rosário para uma casa alugada pela Prefeitura Municipal. Fontes: GONÇALVES, Roberto. Justiça concede liminar e suspende mudança do Museu Xucurus. **Tribuna do Sertão**, Palmeira dos Índios, 23 jul. 2019; GONÇALVES, Roberto. Indígenas protestam no Museu Xucurus pela permanência do acervo na Igreja do Rosário. **Tribuna do Agreste**, 14 set. 2019.

⁷⁸ Informações provenientes de conversas com funcionários do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes em junho de 2018.

Observamos que a consideração do Museu Xucurus como um *lugar de memória* (NORA, 1997) representativo da história local se explica pelos usos e atribuição de sentido da *sociedade palmeirense* ao espaço e às coleções, consideradas como expressões de experiências passadas e narrativas que compõem sua “história de formação”, pois, além de símbolos e narrativas míticas que constroem a relação entre os membros de uma *comunidade imaginada* a partir de histórias e experiências conhecidas por todos e ligadas a uma origem supostamente comum, as identidades nacionais e locais (HALL, 2015) são fundamentadas em instituições culturais e monumentalidades que expressam e celebram os discursos identitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados com parte das fontes documentais presentes no acervo do GPHIAL e com os principais escritos de Luiz Torres sobre a história local, percebemos que no contexto socio-histórico no qual esses documentos foram reunidos e as narrativas produzidas, a visão dos indígenas como seres intrínsecos ao “passado formador” era comum no município. Destarte, a necessidade de criar uma narrativa histórica que delimitasse uma identidade singular para aquela sociedade motivou a utilização do índio como um símbolo da *identidade local* (HALL, 2015).

A concepção resultou na visão dos Xukuru-Kariri habitantes na Aldeia Fazenda Canto como remanescentes dos verdadeiros índios que viveram na região, desse modo, motivado pelo desejo de relatar a presença indígena, o memorialista Luiz Barros Torres procurou produzir uma *etnologia das perdas* (OLIVEIRA, 2004), reunindo documentos, criando símbolos e escrevendo sobre os costumes e crenças dos “descendentes” dos Xukuru-Kariri, pois acreditava que estes estariam caminhando para uma inevitável aculturação.

Como destacamos, o interesse do autor em representar o indígena na história do município, mesmo que de forma romantizada, foi motivado pelo objetivo de criar uma identidade singular para Palmeira dos Índios. A oficialização da *lenda de fundação* da cidade, a partir da adoção dos símbolos criados pelo memorialista possibilitou a disseminação de imagens folclóricas sobre os primeiros habitantes na região, que serviram para dar fundamentação ao nome do município e possibilitar a criação de uma “identidade palmeirense” alicerçada em um discurso sobre a *origem indígena*.

Ainda, relacionamos a criação do *Museu Xucurus de História, Artes e Costumes* ao objetivo expresso por Luiz Torres, pois nessa instituição, assim como nas produções escritas e imagéticas de sua autoria, percebemos uma exaltação à formação histórica do município, com destaque para a presença indígena enquanto elemento singular do processo. Os objetos históricos, convertidos em patrimônio material, assim como os símbolos oficiais do município, podem ser entendidos como fenômenos estéticos direcionados à propagação de mensagens políticas (OLIVEIRA, 2016) e homenagens prestadas à “história oficial” e aos aspectos que compõem o discurso identitário da localidade, o qual ajuda a compor e perpetuar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Clóvis. **Wakona - Kariri - Xukuru**: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Maceió: Facepe UFAL, Imprensa Universitária, 1973.

BARROS, Ivan. **Palmeira dos Índios**: terra e gente. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

CHAVES, Julio César. “**Eu não queria que índio se tornasse peça de museu**”: polifonias dos Xukuru Kariri sobre museus. Maceió, 2014 (não publicado).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia...** Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.

MONTEIRO, John Manoel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999, p. 237-249.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna, ouvir memória e contar História: tradição e Cultura do povo Xucuru-Kariri**. Maceió: Edições Catavento, 2008.

NORA, Pierre. **O lugar da memória**. Tradução: Janice Gonçalves. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste. In: **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro. 1941- Vol. XVII p.184.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2013.

SILVA, Edson. História Xukuru, história indígena no Nordeste: novas abordagens. **Revista Mnemosine**, Campina Grande. v.1, n.2, jul./dez. 2010, p. 64-83.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/disertacoes>. Acesso em: 13 de out. 2019.

_____. **Cara de índio**: diferentes visões sobre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. 2016. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2016. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/monografias> . Acesso em: 12 de jan. 2019.

TORRES, Luiz Barros. **A terra de Tilixi e Txiliá**: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

_____. Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção. **Jornal de Alagoas**. Alagoas, p.11, 31 mar. 1977.

_____. Museu Histórico. **Correio do Sertão**. Bahia, p.2, 15 de out. 1957.

TORRES, Luiz Byron Passos. **Vida e obra do escritor Luiz B. Torres**. 2003, não publicado.

PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA:

memórias visuais de Palmeira dos Índios

José Adelson Lopes Peixoto⁷⁹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: o uso do espaço e o testemunho das memórias

Quando os portugueses iniciaram o processo de colonização do Brasil, escolheram pontos estratégicos para edificar as primeiras Vilas. Tal escolha levou em conta dois fatores: a necessidade de proteger o litoral e a facilidade para fazer escoar os produtos que eram enviados para abastecer o comércio europeu. Dessa forma, as Vilas foram sendo edificadas próximas as faixas litorâneas, onde era mais fácil implantar mecanismos de defesa da nova colônia portuguesa, como também a proximidade possibilitava vislumbrar a criação de portos para exportar o pau-brasil retirado da costa, além disso, a beleza do lugar encantava os visitantes, constituindo-se no grande atrativo para receber os primeiros habitantes estrangeiros, oriundos do continente europeu.

Devido as dimensões continentais da nova colônia, a metrópole não teve condições de administrá-la e a dividiu em lotes denominados de Capitânicas Hereditárias. A gestão dos lotes foi entregue a nobres fiéis, porém eles também os consideraram muito maiores do que as suas condições

⁷⁹ Professor adjunto na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios. Pós-doutorando em Ciências da Religião (PNPD - CAPES – UNICAP). Doutor em Ciências da Religião (UNICAP), Mestre em Antropologia (UFPB), Especialista em Programação do Ensino de História (UPE), Licenciado em História (UNEAL). Coordenador do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), Coordenador do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND). E-mail: adelsonlopes@uneal.edu.br

financeiras e os subdividiram, denominando-os de Sesmarias que foram entregues aos homens mais ricos das suas relações exigindo, em troca, que cada um deles construísse uma igreja e um pequeno armazém de secos e molhados. Em torno dessas primeiras construções surgiram os arraiais.

A partir dessa premissa, nossa pesquisa foi se materializando, inicialmente com uma seleção de fotografias no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, na coleção organizada por Luiz Torres e, posteriormente com pesquisas bibliográficas em estudos sobre praças e suas funções na história das cidades, tomando com referência Sun Alex (2008) sobre praça enquanto local de convívio e exclusão social, Bruno de Angelis (2000, 2005 e 2008) sobre a história, uso e funções da praça, Fábio Robba e Sílvio Macedo (2002) sobre as praças brasileiras e a sua classificação em períodos, conforme as funções que lhes foram sendo dadas.

Nos escritos de Luiz Torres (1973) sobre a vida e o cotidiano em Palmeira dos Índios e de Ivan Barros (1969, 2006) sobre a história e memória local encontrei as primeiras impressões e imagens sobre o espaço pesquisado e isso favoreceu a realização de um confronto entre as fotos do acervo e as que foram utilizadas nas obras citadas, de modo que esta atividade embasou meu olhar sobre as transformações do espaço estudado e direcionou as conversas informais que tive com alguns moradores e comerciantes, testemunhas de parte da história da Praça da Independência.

Essa pesquisa nos levou a revisitar o processo de surgimento de Palmeira dos Índios, edificada nas terras que pertenceram a Sesmaria de Burgos, criada em 1661, com sede no atual sítio Sambaíba, Brejão/PE. Essa sesmaria pertenceu, inicialmente, ao Sr. Cristóvão de Burgos de Souza e Eça, que por não cumprir as exigências impostas aos sesmeiros pela coroa portuguesa, vendeu-a, em 1712, ao também português Manoel da Cruz Vilela, pela quantia de duzentos e vinte mil réis. Com o falecimento

do sesmeiro, anos depois de adquirir a patente de coronel da Guarda Nacional, sua esposa, dona Maria Pereira Gonçalves e seus filhos assumiram a direção da Sesmaria.

Os herdeiros, procurados pelo Frei Domingos de São José, fizeram a doação de um lote de meia légua de terras, em 1773⁸⁰, fato que marcou o início do processo de apropriação das terras habitadas pelos indígenas e a posterior criação da Vila que se transformou na cidade de Palmeira dos Índios. Após essa doação, o religioso se estabeleceu nas terras recém-adquiridas, onde foi se organizando e criando as condições para a formação de uma vila (PEIXOTO, 2013).

A doação da terra foi condicionada a edificação de uma pequena capela. Convém destacar que quando frei Domingos de São José conseguiu a doação, vieram algumas famílias se fixar na região e juntamente com os indígenas Xukuru-Kariri, começaram a construir uma nova história na Capitania Hereditária de Pernambuco, uma história marcada por conflitos identitários, políticos e territoriais que retiraram os indígenas das suas moradias e propriedades.

Com o passar do tempo, frei Domingos de São José percebeu que a capela construída na região da Igreja Velha, estaria melhor localizada, caso tivesse sido edificada no sopé da Serra Boa Vista, área que o religioso considerava propícia para o crescimento de um novo arraial. Com essa intenção, iniciou um processo de convencimento dos indígenas⁸¹ que lentamente foram aceitando a ideia da transferência da capela e, sem perceber, foram sendo empurrados para o topo da região

⁸⁰ Uma cópia do termo de doação se encontra no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHIAL

⁸¹ Relatos de alguns Xukuru-Kariri (entre eles Lenoir Tibiriçá, Saleté Santana, Tânia Souza) descrevem que o Frei colocou a imagem de uma santa no altar da Igreja Velha, porém a cada dia os indígenas adornavam a imagem com colares, cocá e artefatos da sua cultura. O Frei retirava os adornos e os indígenas os devolviam à noite. Usando essa mesma estratégia, o religioso passou a retirar a imagem da igreja e colocar no tronco de uma árvore, no sopé da serra. Ao amanhecer, a comunidade se deparava com a mudança e o Frei alegava ser vontade da "santa". Dessa forma, a mudança da igreja foi apresentada aos Xukuru-Kariri como atendimento a tal vontade.

serrana. E assim, foi surgindo Palmeira dos Índios, no entorno da igreja edificada em louvor ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte (BARROS, 1969).

Quando a nova capela foi construída, as primeiras casas foram surgindo à sua volta e as primeiras ruas começaram a se configurar, sendo elas: Rua da Pitombeira (Manoel Gomes), Rua do Melão (Vigário Maia), Rua do Oco (Deodoro da Fonseca) e Rua de Cima (Moreira e Silva). Esse conjunto de ruas se encontrava distribuído em forma de quadrado, o que justificou a posterior denominação de “o quadro” (BARROS, 2006).

A medida em que a Vila foi sendo formada, atraindo novos moradores e, conseqüentemente, outras necessidades e formas de uso dos espaços, foi se formando um pequeno e próspero comércio na Rua de Cima e, nos dias de sábado, surgiu uma feira livre. Essa nova espacialização do lugar continuou em transformação, porém as casas que foram construídas no entorno dessa rua obedeciam a uma decisão de criar novas ruas, em direção ao Sertão, deixando à sua frente, um espaço que lembrava um quadrilátero, tal espaço passou a ser chamado de Quadro da Feira. Observa-se, com essa distribuição das casas e com a ocupação e exploração dos espaços que uma praça começou a ser pensada já naquele final do século XVIII (TORRES, 1973).

O surgimento da feira, a criação de uma área livre e a construção de casas após esse espaço se configura com a ideia de urbanidade e de crescimento que o frei defendia. Desse modo, ao perceber o crescimento da Vila, o frei, metaforicamente, denominou aquela área de Vale da Promissão, por acreditar em uma promessa de desenvolvimento rápido. Assim, o pequeno quadro foi se adequando a função social das praças, o que De Angelis define como “as praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento” (DE ANGELIS *et. al*, 2005, p. 2).

Assim, o quadro da feira foi assumindo ares de praça e, com o passar dos anos, se transformou no principal logradouro da localidade, vindo a definir-se como centro de decisões e ponto de encontros e desencontros, espaço definido por Sitte como aquele onde “concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizava-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis e se realizava todo tipo de eventos semelhantes” (SITTE, 1992, p. 25). Com essa perspectiva de praça como lugar de encontro e palco de grandes eventos, faremos uma narrativa que descreva o lugar, revisitando fotografias e recortes de jornais como importantes fontes documentais coletados e colecionados por Luiz B. Torres e Byron Torres, no século XX.

Assim, aliando texto e imagem, faremos uma viagem ao passado, com o intuito de compreender como a população da Vila de Palmeira dos Índios foi construindo o seu mais importante logradouro público, batizado em 1922, pelo Intendente Francisco Cavalcanti, de Praça da Independência, numa homenagem ao centenário da independência do Brasil.

O QUADRO: da feira, dos encantos, dos sonhos ...

Com a formação do quadro, a criação da feira e a construção das primeiras residências no seu entorno, as famílias começaram a perceber que poderiam abrir pequenos comércios em um dos cômodos de suas casas, preferencialmente, na frente, com acesso para o quadro. A amplitude do espaço, a facilidade de aglomerar o maior número de pessoas, de produtos e até de animais para transporte de cargas foram fatores importantíssimos para, aos poucos, atrair um número significativo de pequenos agricultores da região, que aos sábados expunham os produtos colhidos em suas propriedades. Com isso, o espaço foi ganhando vida e efervescência nos dias de feira.

À medida que o pequeno comércio foi crescendo, a área chamada de Quadro da Feira foi se tornando conhecida na região e, com isso, passou a atrair produtos de outras feiras do Nordeste, notadamente de Recife/PE e Pilar/AL, de onde vinham, em lombos de burros e mulas, produtos variados que asseguravam dinamismo a atividade, deixando de ser apenas de produtos agrícolas e passando a oferecer outros bens e serviços.

As fotografias a seguir foram produzidas no início do século XX e apresentam o Quadro da Feira um século após o início do seu funcionamento; chamamos a atenção para as dimensões do espaço (foto 1), o que nos leva a inferir que o Frei tinha a intenção de imprimir aqui a noção de praça com a qual estava habituado a desfrutar na Europa. Outro elemento que merece ser destacado é o aspecto de vida rural que sobressai sobre o urbano, pois apesar da fotografia apresentar um espaço urbano, tal espaço carrega, em si, os ares da vida pacata e o pouco movimento que caracterizam a vida rural.

Fotografia 01 – O Quadro da Feira em 1908



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado.

As fotografias 2 a 5, apesar das intervenções provocadas pelos seus colecionadores, possibilitam-nos observar que a praça assumiu o papel de socialização de memórias nos finais de

tarde. Mesmo em dias sem feira, o local foi se convertendo em ponto de encontro entre os moradores das diversas faixas etárias. Uma característica da época era o uso das melhores roupas para frequentar tais espaços, pois a missa e a feira ou os encontros na praça eram os principais eventos sociais.

Fotografia 02 – O Quadro em dia de feira - 1913



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado.

Fotografia 03 – O Quadro em dia sem feira – 1913



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado.

Fotografia 04 e 05 – Quadro em dias de feira - 1913



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado

As fotografias 04 e 05 apresentam o Quadro da Feira em um dia de intensa atividade. Apesar dessas fotos terem sido tiradas um século após a formação do quadro, destacamos o quanto as atividades se mantinham próximas do mundo rural, com a presença de animais de carga dividindo o espaço com as pessoas. O público notadamente masculino caracterizava a sociedade da época, na qual as mulheres eram relegadas às atividades domésticas e aos cuidados com as crianças.

Outro elemento importante para compreensão do perfil daquela sociedade é a simplicidade das construções, não denunciando diferenças sociais entre as casas que compunham o entorno do quadro. O passar dos anos nos vai demonstrar que as atividades de comerciantes nas primeiras Vilas estavam

associadas aos mais abastados, dessa forma as moradias das pessoas de menor poder aquisitivo estavam localizadas após o Quadro.

A partir da feira, a Vila foi assumindo novas configurações e espacializações, de modo que o quadro foi se transformando em praça e a Vila em cidade, concebida como uma construção social em diferentes formatos espaciais, dentre os quais, a praça pública se destaca por ser um dos mais significativos instrumentos de integração do espaço urbano e lugar de destaque na história da cidade, enquanto palco dos principais eventos, encontros, desencontros, sonhos e conflitos.

Dos sonhos fomentados durante os encontros frequentes no Quadro da Feira o que mais permeou os anseios dos frequentadores e moradores daquele lugar foi o desejo da emancipação política. No dia 15 de março de 1835, o deputado Miguel Veloso da Silveira Nóbrega e Vasconcelos apresentou (supostamente pela segunda vez) no Legislativo Provincial, um projeto de lei preconizando a emancipação política do Distrito de Palmeira dos Índios, tendo sido aprovado no dia 10 de abril de 1835, através da Resolução Nº 10, que elevava o Distrito de Palmeira dos Índios à categoria de Vila, inicialmente chamada de Vila Nova da Palmeira dos Índios e, posteriormente, de Vila da Palmeira dos Índios⁸².

A inexistência de um prédio apropriado retardou a posse dos primeiros representantes dos palmeirenses até o ano seguinte, quando foi edificado o imóvel. Em 09 de fevereiro de 1836 foram instalados o Conselho Municipal, o Poder Judiciário e a Cadeia Pública. O prédio que abrigou esse importante staff da administração pública foi estrategicamente construído em frente à Igreja, concentrando os diversos poderes em uma mesma rua. A consolidação da feira, a efervescência do

⁸² Documento disponível no acervo do GPHIAL.

movimento de pessoas no Quadro e a implantação de serviços públicos fizeram com que a pequena Vila fosse se tornando ponto de confluência entre o Sertão, o Semiárido, a Zona da Mata e o Estado de Pernambuco, condição que justificou o título de Vale da Promissão, atribuído pelo Frei Domingos de São José (TORRES, 1973).

A história do Quadro é uma parte muito importante da história da formação da cidade, por ser o espaço que representou o início da vida pública da população, por ter sido o ponto de encontro de primeiras manifestações culturais, artísticas e até por ter sido o principal, se não o único espaço de lazer da época. A implantação do Conselho Municipal e a posterior nomeação de um intendente foram imprescindíveis para a conversão daquele espaço em referência de centralidade da pequena Vila. O espaço que congregou o comércio e os serviços mais importantes da vida comunitária foi renomeado e passou a ser denominado de Praça da Intendência.

Em 16 de junho de 1835 foi inaugurada a Coletoria de Rendas, funcionou na antiga Rua dos Italianos, atual Fernandes Lima. No dia 09 de dezembro de 1837, ocorreu a eleição do Conselho Municipal; na ocasião, conforme o modelo da época, apenas os ricos e abastados puderam votar. Em 03 de fevereiro de 1838, os primeiros conselheiros tomaram posse no Conselho Municipal da Vila de Anadia, tendo como primeiro presidente eleito o Padre João Felisdônio, efetivando-se a emancipação política de Palmeira dos Índios (TORRES, 1973).

Em 30 de setembro de 1874, teve início a construção do açougue público no Quadro, utilizando o material da velha cadeia pública, localizada no Pátio da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo. Em 02 de outubro de 1877, o Conselho Municipal lançou um documento fixando um prazo de 60 dias para que os proprietários de imóveis naquela vila construíssem calçadas por toda a extensão de sua

propriedade, com 1,50 metro de largura (Ibidem). Assim começou a ser delineada a praça central da cidade.

DA INTENDÊNCIA A INDEPENDÊNCIA: mudanças no nome e na função da praça

A Proclamação da República Federativa do Brasil, em 1889, e a criação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, promoveram mudanças de ordem estrutural em todas as regiões do país. Com essa mudança, os chefes do Executivo passaram a se chamar de Presidente, Governador e Intendente; os membros do Legislativo, de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Conselheiros da Intendência e os do Judiciário, de Juiz e Promotor Público. Esses poderes foram sendo implantados a partir dos maiores centros urbanos e mais lentamente nas vilas de menor porte e mais distantes das capitais.

A construção do prédio da Intendência e a nomeação do primeiro intendente deram novos ares ao Quadro da Feira, imprimindo-lhe aspectos de centro urbano, condição que, em 1917, justificou a aprovação, pelo Conselho Municipal e sanção pelo Intendente, da Lei que criou a feira livre em dias de quarta-feira, além da manutenção da já existente feira do sábado, ato que aumentou o movimento na pequena Palmeira dos Índios e atraiu um fluxo maior de pessoas, fazendo aparecer a necessidade de novas configurações naquele espaço, transformando-o, tempos depois, em praça, pois “nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre entre edifícios, é denominado praça” (ROBBA; MACEDO, 2003, p. 16).

Nessa perspectiva, o quadro foi sendo configurado, exigindo uma espacialização em praça, um dos espaços públicos mais importantes da estrutura urbana, lugar de encontro e convívio de múltiplos

grupos sociais, de diversos interesses, um lugar de comércio, formação de identidades e de cidadania, além de ser palco de eventos. Enquanto espaço público, a praça tem um sentido histórico para cada sociedade, sendo que

Na Grécia antiga, a Ágora era o coração da cidade, estava localizada em pontos movimentados com acesso livre para todo cidadão, nela ocorria atividades: religiosa, cultural, comercial, social, administrativa e até jurídica. Em Roma, o Fórum era o centro comercial da urbe e espaço político de grande importância. O que diferencia o Fórum da Ágora são as características físicas, pois no Fórum romano aparecem espaços destinados a atividades específicas: religião, justiça, comércio, além dos espaços abertos. Durante a idade média, a praça era apenas um espaço vazio e irregular no meio da cidade, mantendo as mesmas funções da Ágora e do Fórum: comércio, encontro, e circulação de pessoas (BOVO; HAHN; RÉ, 2016, p. 438).

Em Palmeira dos Índios, a praça foi formada a partir da concepção medieval, pois sua principal função era abrigar a feira e só após a consolidação dessa atividade é que outras funções foram sendo agregadas aquele espaço. Assim, a vida cotidiana da vila esteve associada a atividade comercial, sendo assim temos uma configuração onde praças distintas como a da feira/mercado e a da igreja são intimamente relacionadas na trama urbana (SEGAWA, 1996). Na Europa, a praça só passou a ganhar destaque na urbe durante o Renascimento Cultural, quando valores estéticos foram agregados e tal espaço passou a ornamentar a cidade, convertendo-a em importante elemento urbanístico.

No Brasil, segundo Robba e Macedo (2002), as praças brasileiras passaram por quatro períodos, de acordo com a sua utilização ou função na cidade: o colonial, o eclético, o moderno e o contemporâneo, porém em cada período, sua importância é evidenciada, pois foi no seu entorno que se descortinaram os principais eventos e definiram-se os destinos da vida urbana. Os períodos,

destacados no quadro a seguir, não acontecerem em todas as cidades, pois muitas das funções se mantiveram, como no caso de Palmeira dos Índios.

PERIODOS	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Função social da praça	Convívio social	Contemplação	Contemplação	Contemplação
	Uso religioso	Passeio	Recreação	Recreação
	Uso militar	Convívio Social	Lazer esportivo	Lazer esportivo
	Comércio e feiras	Cenário	Lazer cultural	Lazer cultural
	Circulação		Convívio social	Convívio social
	Recreação		Cenário	Comércio
				Serviços
				Circulação
				Cenário

Fonte: Robba e Macedo, 2002, p. 152.

Na maioria das cidades brasileiras, a praça central congrega os principais prédios públicos, a igreja matriz, o clube, o fórum e a delegacia, configurando-se como o centro administrativo da cidade. Convém destacar que a formação do Quadro da Feira e sua posterior transformação em praça se deu a partir do modelo europeu implantado na Colônia. Um exemplo dessa transformação é o Palácio da Águia, sede da Intendência e atual prédio da Prefeitura.

Fotografia 06 – Palácio da Águia - 1919



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres.
Autor ignorado

Fotografia 07 – Palácio da Águia -2019



Fonte: acervo do GPHIAL – Autor: Adelson Lopes

A fotografia 06 retrata a espacialização da praça como centro administrativo. O prédio tem sua construção associada ao Coronel Lauro de Almeida Lima que ao assumir o controle político da pequena urbe, contratou os serviços de um adolescente de 14 anos, chamado Adalberon Cavalcanti Lins, para desenhar a fachada da nova Intendência. A construção foi executada pelo mestre de obras José Horácio e no dia 20 de agosto de 1919 foi inaugurado o novo Paço da Intendência e o Quadro da Feira passou a ser denominado de Praça da Intendência; em 1922 houve a última mudança no nome, sendo denominada de Praça da Independência. A fotografia 07 apresenta o mesmo prédio no seu centenário, conservando a arquitetura original.

A praça, objeto da nossa pesquisa, traz na sua história um passado glorioso, motivo pelo qual os mais velhos habitantes se referem a ela com muito orgulho. O Palácio da Águia, além de abrigar o Executivo Municipal, funcionava como espaço de atividades do Tribunal do Júri e das reuniões do

Conselho da Intendência. O tempo imprimiu muitas mudanças a esse espaço, as primeiras residências foram, gradativamente, dando lugar aos pontos comerciais que foram criados. Muitas das velhas casas de taipa foram reformadas e em seus lugares surgiam lojas.

No ano de 1922, quando o Brasil comemorava o centenário da Independência, o Governo Federal determinou que todos os municípios brasileiros fizessem algumas construções em alusão à libertação do país do domínio português. O Intendente do município, o comerciante Francisco Cavalcanti ciente de que a cidade não dispunha de uma praça e sim de largos existentes em algumas artérias submeteu a proposta à apreciação e aprovação do Conselho da Intendência e logo após, sancionou a Lei que denominava o logradouro, a partir do dia 07 de setembro de 1922, de Praça da Independência.

A inauguração foi bastante festiva, envolvendo um grande desfile cívico, uma missa campal celebrada pelo padre Francisco Xavier de Macedo, vigário da freguesia e o seu jornal “O Índio” publicou uma edição especial denominada de “Álbum de O Índio” trazendo vários aspectos da história do município e destacando os ilustres palmeirenses que ajudaram a edificar esta cidade.

No pátio da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo o intendente mandou realizar uma retreta com a participação de músicos locais, além de um grande show pirotécnico. A festa continuou a noite, com a realização de um baile no prédio da Intendência. A praça foi testemunha dos principais eventos políticos, religiosos, estudantis ocorridos em Palmeira dos Índios. Ali, a população recebeu vários Presidentes da República e presenciou as grandes festas como as maratonas carnavalescas, os comícios, as tradicionais festas de Natal e os desfiles cívicos.

Palmeira dos Índios cresceu rapidamente, impulsionada pela produção agrícola, notadamente o cultivo do algodão que impulsionou a instalação de filiais de várias empresas beneficiadoras do

algodão e produtoras de tecidos. Em 1950 teve início um período de prosperidade econômica conhecido como ciclo do café, o que veio a se consolidar na região serrana do município, junto ao cultivo do algodão e ao beneficiamento da cana-de-açúcar. Nessa época, na zona rural da Vila da Palmeira dos Índios, existiam 17 engenhos de cana que fabricavam rapadura, açúcar de forma e mascavo.

A década de 1960 trouxe uma realidade que fez a região perder parte da mão-de-obra para as primeiras usinas que começaram a se instalar na Zona da Mata e, paralelo a isso, uma praga abalou sensivelmente a produção de algodão; esses fatores contribuíram para a considerável redução na produção agrícola da região, chegando a causar sérios problemas na circulação de mercadorias da feira livre. Com isso, a praça perdeu a euforia e a presença dos comerciantes, sendo convertida em espaço de lazer e ponto de encontro dos casais que ali se namoravam após a missa ou o cinema.

Boa parte das praças coloniais se desenvolveram no entorno das igrejas⁸³ e lá surgiram os principais prédios da cidade: lojas de comércio, as melhores moradias e os principais prédios públicos. Eram os espaços nobres da cidade e residir ali denotava o poder e o prestígio da nobreza. O segundo período, eclético, destacou-se pela implantação de jardins e as praças deixaram de ser espaços vazios e passaram a servir para a contemplação, o passeio, o convívio social e como cenário. Nessa fase, o espaço ganhou um novo ícone, o coreto, dando-lhe um aspecto mais urbano e menos comercial.

⁸³ Em Palmeira dos Índios, sua principal praça foi construída nas proximidades do prédio da administração municipal, local onde por muitos anos aconteceu a feira livre. Inicialmente, o espaço foi denominado de Quadro da Feira, passou a ser chamado de Praça da Intendência e, atualmente, é chamada de Praça da Independência.

Fotografia 08 – Praça da Independência - 1943



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado

Fotografia 09 – Praça da Independência - 1943



Fonte: Acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado

As fotografias 08 e 09 já apresentam a Praça com características urbanas, pois o coreto e a arborização (fotografia 08) e o Educandário Sete de Setembro (fotografia 09) foram lhe conferindo a visualidade de um ponto de encontro que testemunhou os principais acontecimentos da história local. Isso marcou o início das transformações que se seguiram, no período moderno, quando as praças foram sendo concebidas como espaços de convívio social e reformadas para garantir a permanência das pessoas; com isso, se converteram em centros de lazer e espaço de prática de esportes ou recreação, além da feira e da prestação de serviços que continuaram existindo naquele logradouro, como pode ser observado no conjunto das fotografias que são apresentadas a seguir:

Fotografias 10 – Desfile Cívico do Centenário da Independência - 1922



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado

Fotografia 11 – Cine Ideal - 1951



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção Luiz B. Torres.
Autor ignorado

Fotografia 12 - Casa do Juiz Alípio Minervino - 1930



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres.
Autor ignorado

As fotografias ilustram a utilização da praça para além da feira, o que confirma a definição apresentada no período moderno que a define como espaço onde as pessoas são levadas a permanecer. A fotografia 10, produzida em um momento de comemoração, marcou também a mudança do nome Intendência para Independência, pois naquela ocasião um desfile cívico (7/9/1922) reuniu a sociedade local, na praça, para comemorar o centenário da independência do Brasil e prestigiar a cerimônia de inauguração da principal praça pública da cidade.

Com a mesma perspectiva de apresentar o logradouro como espaço de prestação de serviços e lazer, elencamos as fotografias 11 e 12, por apresentarem o cinema e a residência do juiz, respectivamente. O cinema se converteu em ponto de encontro da sociedade, com suas seções sempre lotadas, impulsionando as famílias mais abastadas a estudarem a língua inglesa para ler as legendas dos filmes e aparecerem como mais inteligentes e destacadas na sociedade da época. Já a residência do juiz se converteu em local de importantes tomadas de decisões, pois possuía um escritório onde a elite se reunia para discutir temas ligados a política e economia.

No período contemporâneo, com o surgimento dos condomínios fechados nos grandes centros, a elite local foi se deslocando do centro para bairros residenciais, mais afastados da efervescência e do barulho provocados pelos eventos públicos e pela feira. Além disso, a praça foi se convertendo em ponto de encontro e, no governo do prefeito Helenildo Ribeiro, uma reforma a transformou em cartão postal da cidade. Essa reforma consistiu em um belíssimo projeto paisagístico, com a criação de uma cascata e um espelho d'água e na parte inferior foi construído um centro comercial que ligava a praça ao calçadão ladeado por um conjunto de estabelecimentos comerciais.

Com essa reforma, a gestão municipal desencadeou uma série de ações para transformar Palmeira dos Índios em cidade turística. A bela praça ganhou um prédio de vários andares, para a

abrigar um moderno hotel e nos seus dois primeiros andares uma galeria comercial. Assim, a Praça da Independência transformou a vida na cidade, pois um conjunto de bares, choperias e restaurantes promovia a efervescência das noites, atraindo jovens e adultos para desfrutar da boa música e da comida local.

O final dos anos 1980 e a primeira década do século XXI deram a essa praça a sua melhor espacialização, porém os anos que se seguiram, foram marcados pelo abandono e pela desertificação do lugar. Recentemente, a praça foi revitalizada, em um projeto iniciado pelo Prefeito James Ribeiro e concluído pelo atual prefeito, Júlio Cezar, porém suas concepções paisagísticas alteraram definitivamente aquele lugar. A cascata, o bar e as árvores foram substituídos por um amplo espaço vazio com alguns bancos de madeira espalhados entre o piso de tijolos que recobrem todo o espaço. Mudou-se a concepção de espacialização do lugar e os três anos de obras concretizaram o deserto em que fora convertido. Temos agora, um espaço de saudosas memórias, um ponto de desencontro e de desencantos.

Nas fotografias que apresentamos a seguir, procuramos destacar as transformações que marcaram os dois últimos períodos (o moderno e o contemporâneo), enfocando a praça como espaço de lazer, de socialização, de comércio e centro de poder político, deixando de ser palco dos grandes eventos como as festividades de carnaval, juninas, cívicas ou natalinas. Atualmente, a praça que abrigou a feira e fomentou a criação do município foi convertida em via de tráfego daqueles que frequentam a cidade em horário comercial, pois as ruas no seu entorno são disputadas como estacionamento público. Temos assim uma nova função da praça, além das descritas por Robba e Macedo (2002)

Fotografia 13 – Praça da Independência - 1989



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres.
Autor ignorado

Fotografia 14 – Praça da Independência - 1995



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres.
Autor ignorado

Fotografia 15 – Praça da Independência - 1997



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres.
Autor ignorado

Fotografia 16 – Praça da Independência - 1997



Fonte: acervo do GPHIAL – Coleção: Luiz B. Torres. Autor
ignorado

A fotografia 13 apresenta a praça tendo ao fundo o imponente prédio do São Bernardo Hotel, construído no final dos anos 1980, período em que o prefeito Helenido Ribeiro tentou criar uma imagem da cidade como ícone do progresso e colocar o município no cenário turístico do Nordeste, inclusive construindo um teleférico para transportar passageiros do centro da cidade para a estátua do Cristo Redentor⁸⁴. As fotografias 14, 15 e 16 destacam a paisagem tão importante para a praça, pois a sede do município está localizada em uma zona de transição entre o Semiárido e o Sertão, possuindo dias bastante quentes, sendo o logradouro convertido em ponto de descanso para muitas pessoas, por oferecer o frescor das sombras das árvores como atrativo durante o dia.

A fotografia a seguir apresenta a mesma praça após a última reforma, ação que lhe deu nova configuração, com menos árvores, sem a cascata e com poucos espaços para sentar. Observa-se um grande espaço vazio ao centro e o piso de tijolos que lhe confere maior sensação térmica durante o dia. Ao visitar a praça em horários diversos, constatei a ausência de movimentação ou permanência de pessoas; durante o dia, por causa do calor e a noite pela impressão de deserto após a derrubada do “Cascatinha Bar” que era o único ponto de vida noturna daquele espaço.

⁸⁴ O teleférico partia das imediações de um grande açude localizado na Praça Moreno Brandão, nas proximidades da Praça da Independência e tinha como destino final a imponente estátua do Cristo Redentor, encravada no topo da serra do Goití, de onde parece proteger todo o vale no seu entorno. Em apologia a serra, convencionou-se denominar o açude de Açude do Goití e a estátua de Cristo de Goití.

Fotografia 17 – Praça da Independência - 2019



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: José Adelson Lopes Peixoto.

A transformação imposta ao outrora centro da cidade também é perceptível nas duas fotografias (18 e 19) que apresentamos na sequência. Em uma comparação entre as duas, destaca-se a vegetação presente na primeira e a sua escassez na segunda. A galeria de lojas que ocupava o Centro Comercial foi fechada e no seu lugar apenas uma porta dá acesso ao espaço onde existe um tímido comércio. Também foram retiradas as escadarias que davam acesso a praça acima, apenas o Hotel São Bernardo continua firme como testemunha de um passado de grande movimentação da praça.

Fotografia 18 – Praça e Centro Comercial – 2005



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 19 – Praça e Centro Comercial - 2019



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: José Adelson Lopes Peixoto

Observando as fotografias que descrevem a história da Praça da Independência, percebemos o quanto as suas funções e papel social foram variando conforme o passar do tempo e a ótica dos gestores que estiveram à frente da Prefeitura. Por isso, chegamos ao período atual, definido como contemporâneo por Robba e Macedo, constatando que “as praças, agora espalhadas por todos os bairros, são elementos necessários para a vida na cidade, tornando-se objeto de interesse político” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.37). Isso nos ajuda a compreender os esforços empreendidos, no passado, para dar ao local um ar de urbanidade e modernidade e depois, lentamente convertê-lo em um espaço ocioso no centro da cidade, fugindo totalmente das funções de ser local para a contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio cultural e cenário.

O ENCANTO DO PASSADO: o desencanto e a realidade do presente

A Praça da Independência já sediou escola, agência bancária, cadeia pública, consultórios médicos, mercado de carne, padarias, fábrica de refrigerantes e de colorau, cinemas, farmácias, bomba de combustível, foi o ponto preferido dos desfiles familiares aos domingos, após a missa na catedral, testemunhou grandes eventos e foi o recanto ideal para namorar. O constante ir e vir naquele espaço fez circular a moda, as informações, os sonhos, os conchavos políticos e as tramas que marcaram o cotidiano do lugar. Para alguns autores, as praças são locais de bate papo, reencontro, para outros significam ambientes de trocas de experiências, lazer, meditação e ainda, “lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias” (DE ANGELIS *et. al*, 2005, p.2).

Com essa concepção de espaço de troca, a praça é, de acordo com Casetti e Lietti (1995), definida “como o âmbito da visibilidade, onde aparecer significa existir na qualidade de ator social”. Spim (1995), afirma que as praças são lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política ou lugar privilegiado e tradicional de trocas, ponto de convergências de ruas e teatro de todas as forças sociais, eixo de cada movimento.

Por último, Robba e Macedo (2002) as definem como espaços públicos e urbanos, celebrados na convivência e lazer dos habitantes. Esses ambientes se alteraram no decorrer do tempo histórico, indo da função comercial para a de lazer, da contemplação ao cartão postal, do projeto paisagístico a impessoalidade do banco de madeira embaixo de uma árvore solitária e dos grandes espaços vazios preenchidos por tijolos coloridos onde poucas pessoas pisam. É a transformação em deserto, no meio do cotidiano caótico da modernidade.

Para Serpa (2011), a praça é a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros. O difícil em ter de suportar a sociedade de massa não é tanto a quantidade de gente que ela abarca, mas o fato de que o mundo perdeu literalmente a força de juntar essa imensa quantidade de indivíduos, dialeticamente relacionando-os e separando-os, como o fazia em passado recente. Nessa direção, buscamos compreender as praças tomando as pessoas como referência, considerando que elas tendem a usar o espaço conforme suas necessidades e aspirações, não se afastando do estudo das estruturas que as compõem, pois proporcionam a qualidade da atividade humana nesses ambientes.

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

BARROS, Ivan. **Palmeira dos Índios: terra e gente**. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

_____. **Abrindo a janela do tempo**. Maceió: Editora Graciliano Ramos, 2006.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas, imagens e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR**. (Tese de Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Presidente Prudente, 2009.

BOVO, Marcos Clair; OLIVEIRA, Michelli Alvares. **Centro e centralidade urbana: uma análise da pequena cidade de Peabiru (PR), Brasil**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 36, p. 104–123, 2014.

BOVO, Marcos C; HAHN, Fábio A.; RÉ, Tatiane M. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. IN **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, MS, v. 18, n. 31, Jan. / Jun. 2016, p. 431 – 456.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos de. **A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: História, Usos e Funções.** Editora da Universidade de Maringá - Fundamentum (15), 2005.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; DE ANGELIS NETO, Generoso. **Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR.** Acta Scientiarum. Technology, v. 22, 2008. p. 1445-1454.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências no espaço público.** Salvador: SEI, 2012. p. 63-79. Estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 187-194.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1980.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibriçá.** João Pessoa, UFPB, 2013. (Dissertação de Mestrado em Antropologia)
PUPPI, Ildelfonso C. **Estruturação Sanitária das Cidades.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual do Paraná, 1981.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras.** Public Squares in Brazil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SITTE, Camillo. **A construção de cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Suzane Tosta. Relação campo-cidade: em busca de uma leitura dialética para compreensão desses espaços na atualidade. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. p. 196-207.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

TORRES, Luiz B. **Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4 Ed. Ampliada e Revisada. Palmeira dos Índios: Ed. do autor, 1974.

_____. Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios. In **Revista do Inst. Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió, 1973. (Vol. 30).

_____ **A terra de Tilixi e Txiliá** – Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

ENTRE FOTOGRAFIAS E MEMÓRIAS: o cotidiano na Feira do Quadro em Palmeira dos Índios – Alagoas (1947-1960)⁸⁵

Vinícius Alves de Mendonça⁸⁶

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: o prelúdio na alvorada

Pensar uma História sensivelmente mais próxima dos viveres cotidianos, protagonizados por sujeitos há muito tempo legados ao campo das generalizações e periferias do conhecimento científico, vem se configurando enquanto um dos objetivos de nossa ciência desde o início do século XX, de modo que, produzimos neste trabalho uma análise historiográfica sobre o cotidiano da feira livre realizada em Palmeira dos Índios, Semiárido alagoano, entre os anos de 1947 e 1960. Nossos estudos

⁸⁵ Esta produção é oriunda das atividades de pesquisa realizadas no projeto “Entre o Passado e o Presente: memórias, documentos e imagens de Palmeira dos Índios”, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

⁸⁶ Graduando no curso de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, campus III, Palmeira dos Índios. Membro do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, bolsista no Programa Institucional Residência Pedagógica, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e bolsista voluntário no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Atualmente realiza pesquisas entre populações indígenas no estado de Alagoas, especificamente junto aos Jiripankó, onde estuda as práticas de pintura corporal. E-mail: viniciusalvesmendonca@hotmail.com

partiram das fontes presentes no acervo fotográfico e documental do GPHIAL⁸⁷, sediado na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III.

Trabalhamos com 40 fotografias produzidas ao longo de 1947 pelo Major João de Barros Torres⁸⁸, irmão de Luiz Barros Torres⁸⁹, nas quais o militar registrou diversas atividades comuns à feira livre naquele período. Considerando o potencial histórico e antropológico dos registros, cruzamos as fontes com outros documentos como o jornal *Correio Palmeirense*, publicado entre as décadas de 1950/60, e entrevistas com moradores do município, frequentadores da feira nesses períodos.

Ao analisar as manchetes jornalísticas sobre a produção agrícola em Palmeira dos Índios, percebemos o anonimato ao qual o pequeno produtor familiar, principal fornecedor e trabalhador na feira livre, foi legado. Através das entrevistas realizadas com moradores do município, procuramos evidenciar a presença dos referidos trabalhadores no intuito de acessar parte das memórias sobre o recorte temporal escolhido, mapeando o cotidiano feirante dentro das balizas teórico-metodológicas da História em diálogo interdisciplinar com a Antropologia. Portanto, buscamos compreender a organização e importância da “Feira do Quadro” – como era conhecida – para o município, destacando as particularidades do trabalho feirante e o próprio posicionamento geográfico/social dessa atividade semanal no cotidiano palmeirense do século XX.

⁸⁷ Acervo documental e fotográfico do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas – GPHIAL – sobre a história do município de Palmeira dos Índios e região.

⁸⁸ Irmão do escritor e memorialista Luiz B. Torres. Participou como combatente na Segunda Guerra Mundial. Produziu fotografias sobre o cotidiano de Palmeira dos Índios na primeira metade do século XX.

⁸⁹ Luiz Barros Torres foi o responsável pela formação do acervo atualmente pertencente ao Professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto, coordenador do GPHIAL e professor adjunto da UNEAL, após tais arquivos serem doados pela esposa de Luiz Byron Torres, filho de Luiz B. Torres.

Sobre as fontes fotográficas, as compreendemos enquanto testemunhos e resquícios do passado, logo, sendo passíveis de uma interpretação historiográfica sobre seus detalhes na relação com o contexto social onde foram realizadas (GINZBURG, 1989). Assim como, também, não anulamos o caráter discursivo dessas expressões imagéticas (MENDONÇA, 2012) no possibilitar da busca pela consonância de tais discursos em outros registros como os documentos jornalísticos e as memórias sobre o período. Metodologicamente, os processos da pesquisa se caracterizaram em torno do trabalho documental no acervo do GPHIAL, realização de entrevistas (ALBERTI, 2004) e inter cruzamento desse material sob a ótica de escrita dos aspectos cotidianos (CERTEAU, 1998) da feira livre entre o final da década de 1940 e o início dos anos 1960 em Palmeira dos Índios.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS ENTRE ANONIMATOS E DISCURSOS

Nosso percurso pelo passado dos sujeitos que não podemos ao menos citar os nomes, em função de não os conhecermos ou podermos encontrar tais registros, tem início a partir da localização espacial e histórica do ambiente estudado. Palmeira dos Índios é uma cidade localizada no Semiárido alagoano, distante cerca de 133 km da capital Maceió, estando posicionada em meio a um circuito de serras que circundam o vale onde se encontra o município.

A localidade é marcada pela vivência “comum” e relativamente pacata, característica do interior, sendo por vezes rotulada, através dos discursos de alguns palmeirenses relatados em conversas informais, enquanto uma cidade pequena e até mesmo “atrasada” em comparação a outros municípios circunvizinhos. No entanto, por diversos motivos, essas narrativas não encontram eco nos registros históricos da cidade em relação aos aspectos de sua formação.

Sobre o início da história de Palmeira dos Índios, nos remetemos a meados de 1773 quando D. Maria Pereira Gonçalves, herdeira da Sesmaria de Burgos, realizou a doação de meia légua de terras ao Frei Domingos de São José para que fosse construída uma capela e iniciado um trabalho missionário de catequese dos indígenas que ali habitavam (PEIXOTO, 2013). Posteriormente a essa doação,

A criação da igreja e o estabelecimento do padre na região foram elementos propulsores para um considerável fluxo de pessoas no vale, entre elas alguns comerciantes e tropeiros que foram lentamente estabelecendo residência no entorno da capela, criando, desse modo um pequeno aglomerado populacional de não índios no sopé da serra enquanto que a parte mais alta do território era habitada pelo povo Xucuru-Kariri (PEIXOTO, 2013, p. 35).

Os indígenas Xucuru-Kariri foram empurrados para as periferias do povoado em função do desenvolvimento crescente, se tornaram os primeiros indivíduos invisibilizados nos discursos dos demais moradores, com exceção dos momentos onde eram citados de forma pejorativa. Os tropeiros e comerciantes que se estabeleceram no local formaram as bases do comércio e produção agrícola do povoado⁹⁰, assim como suas características rurais.

Oficialmente em 1835 foi registrada a elevação do povoado à categoria de Vila, por força da lei aprovada na Assembleia Provincial (BARROS, 2006), após seu notável crescimento. Contudo, tal condição não durou muitos anos, visto que em 4 de maio de 1846, “Palco de crimes pavorosos e lutas

⁹⁰ Salientando que os Xucuru-Kariri, principalmente após o realdeamento ocorrido em 1952, passaram a exercer uma parcela considerável no fornecimento de produtos agrícolas para o município. Não podemos afirmar se ocorria atuação indígena no comércio agrícola palmeirense no final do século XVIII, contudo os indígenas não estavam alheios aos processos de desenvolvimento, estando, em caminho contrário, articulados frente aos diversos contextos experienciados (PEIXOTO, 2013).

fraticidas, Palmeira dos Índios, sendo Vila, foi rebaixada à Distrito, sob jurisdição de Anadia” (BARROS, 1969, p. 29) devido aos problemas sociais e disputas territoriais que vieram adjuntos ao desenvolvimento crescente.

Apenas em 1873, após ter seu status de vila restaurado no ano de 1853, Palmeira dos Índios foi elevada à categoria de comarca e, posteriormente, registrada em 1889 como cidade pela Lei nº 1113 de 20 de agosto daquele ano (PEIXOTO, 2013). A partir desse contexto de desenvolvimento permeado por diversos trâmites políticos nas “elevações” e “rebaixamentos” percebemos a consolidação, ao longo do século XIX, de grupos sociais compostos por sujeitos detentores de influências na sociedade palmeirense. Nos deparamos, portanto, com aristocracias capazes de medir forças com o Estado e interferir nas experiências políticas da população (TENÓRIO, 2009). Como exemplo dessa afirmação, encontramos os eventos de 1846 e as dinâmicas na posse dos territórios locais envolvendo indígenas, moradores e latifundiários, os últimos se impondo através de suas influências políticas.

Assim, chegamos aos idos de 1920 e 1930, seguidos de 1960 e 1970 onde Palmeira dos Índios manteve o acentuado progresso (BARROS, 2006), de maneira que o segundo recorte temporal citado nos interessa para os objetivos desta produção, especificamente os anos entre 1947 e 1960. Em meio a um município caracterizado pela notável estratificação social, onde oligarquias latifundiárias detinham influências sobre o caminhar político e econômico palmeirense (TENÓRIO, 2009) frente a uma classe pobre que visava táticas diversas de sobrevivência nesse contexto (CERTEAU, 1998), o Major João de Barros Torres, personagem ao qual devemos a produção de nossas fontes imagéticas de pesquisa, se propôs a registrar o cotidiano da feira livre realizada na cidade.

De autoria do militar, analisamos um total de 40 fotografias, nas quais são retratados diversos ângulos do cotidiano feirante, estando as “toldas”⁹¹, ruas, compradores, comerciantes e produtos negociados entre seus registros. Desse modo, buscamos apresentar as impressões do fotógrafo sobre o cotidiano da feira livre, caracterizado, como pudemos constatar através de seus registros imagéticos, documentos escritos e narrativas dos palmeirenses entrevistados durante a pesquisa, por uma pluralidade de atividades. Assim, iniciaremos nossas análises pela fotografia apresentada seguir, em função dos detalhes que esse registro possui em comum com o contexto social no qual foi produzido.

Fotografia 01 – agricultor chegando à feira livre - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

⁹¹ Denominação, encontrada nos registros documentais e depoimentos orais, referente às mesas rústicas de madeira e/ou tendas onde os feirantes mantinham os produtos expostos para a venda.

A fotografia 01, produzida no dia 5 de fevereiro de 1947, retrata um agricultor em meio às ruas de Palmeira dos Índios, esse que, segundo a legenda original do fotógrafo, se encontrava chegando à feira livre. Notamos suas roupas simples e o meio de transporte utilizado, possivelmente tratava-se de um pobre trabalhador rural, o que fomentou uma das primeiras problemáticas da pesquisa: qual trabalhador rural?

Como observaremos ao longo das fotografias expostas, grande parte dos frequentadores e trabalhadores da feira possuem características semelhantes às do indivíduo retratado na fotografia 01; não fazemos referência apenas às condições financeiras, mas também, ao próprio lugar social dos sujeitos. Sobre o agricultor fotografado, não sabemos seu nome, de onde vinha ou podemos apresentar com precisão em qual rua da cidade a fotografia foi tirada, devido à falta de informações. Sobre esses problemas, comuns em acervos fotográficos anteriores ao século XXI, Borges descreveu:

Não podemos nos esquecer que nos primeiros anos do aparecimento da fotografia, os fotógrafos eram, na sua maioria, homens comuns [...]. Não possuem vínculos diretos com as Academias e suas imagens abordavam temas e motivos quase sempre distantes da ação dos homens considerados produtores da História (BORGES, 2005, p. 30).

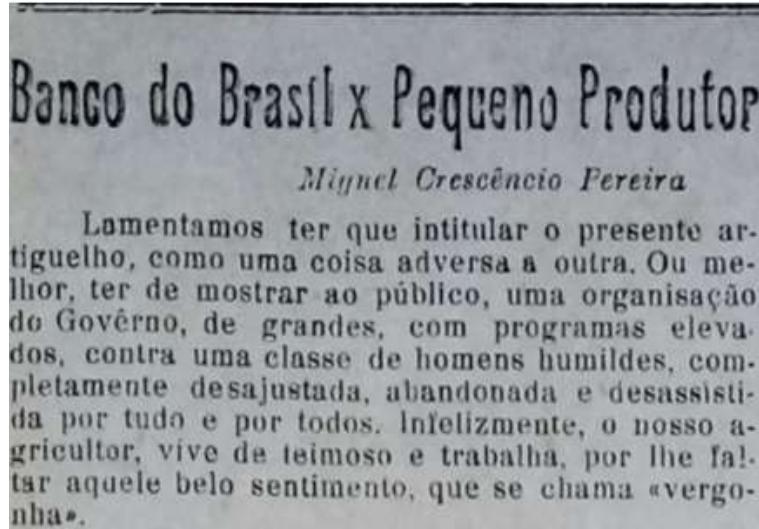
Mesmo tendo sido produzidas mais de 100 anos após o advento da máquina fotográfica, o trato com as fotografias realizado pelo Major João de B. Torres não se distanciou da falta de rigor acadêmico (BORGES, 2005). Os exercícios historiográficos não estavam entre os conhecimentos ou cuidados do militar autor de nossas fontes, assim como seus registros se encontravam distantes dos olhares produtores de conhecimento científico e, até mesmo, das próprias elites palmeirenses, visto que a feira livre não transitava, como veremos, entre os interesses econômicos dos latifundiários e fazendeiros.

O contexto de anonimato habitado pelo sujeito retratado na fotografia 01 expressa as vivências da população pobre de Palmeira dos Índios em meados do século XX, sendo as fotos, produzidas pelo Major, registros da concepção de um personagem mais abastado da cidade em relação a essa parcela menos favorecida. Sobre tal questão financeira, o Sr. Antônio Ferreira Filho⁹², de 86 anos, morador na zona rural de Palmeira dos Índios, relatou em entrevista, ao ser questionado sobre a renda no início da década de 1950 e os valores dos produtos vendidos na feira livre, que “Era barato, mas pro cabra arrumar dinheiro era difícil, talvez hoje seja mais fácil de arrumar dinheiro do que no passado” (FERREIRA FILHO, 2019).

O entrevistado apresenta em sua narrativa um depoimento da vivência econômica no período estudado, de forma que, apesar da expressiva produção agrícola da região, o pequeno produtor e o morador da zona rural mantinham um padrão de vida desproporcional a realidade econômica divulgada como possível de ser alcançada por habitantes do município. Desse modo, foram mencionados nas manchetes, na esmagadora maioria dos casos, apenas como uma “classe de homens humildes” desassistidos pelo Estado.

⁹² Entrevista concedida pelo Sr. Antônio Ferreira Filho ao pesquisador Vinícius Alves de Mendonça no dia 3 de outubro de 2019 em sua residência localizada na aldeia Fazenda Canto, zona rural de Palmeira dos Índios.

Imagem 01 – manchete do jornal *Correio Palmeirense* - 1953



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: Miguel Crescêncio Ferreira.

O pequeno produtor é, quando citado na imprensa, posicionado dentro do anonimato descrito no início deste trabalho, visto que não tem sua identidade registrada seja pela enorme quantidade de sujeitos na sua condição, consequência devida à falta de possibilidades de ascensão social em meio aos mais pobres, ou simplesmente em função de ser ignorado pela elite enquanto personagem ativo na economia, mesmo quando as manchetes citam o município enquanto “Palmeira dos Índios – agrícola”⁹³.

⁹³ Título de Manchete utilizado pelo Jornal *Correio Palmeirense* em 1953 ao tratar da necessidade de investimentos do Estado a fim de potencializar a crescente produção agrícola no município de Palmeira dos Índios.

Nos recortes apresentados na imagem 01, fica evidente a polarização entre o Governo, representado pelo Banco do Brasil, e o pequeno produtor, descrito como um pobre indivíduo desassistido; sendo essa balança social desregulada, ainda, pela atuação das oligarquias que pesavam, em sua maioria, para o lado governamental, o qual mantinham sob seu controle a nível municipal. Encontramos exemplos da influência política dos latifundiários e fazendeiros nos conflitos com os pequenos produtores vigentes desde os anos 1890, período de várias disputas⁹⁴.

Os pequenos agricultores que mantinham as dinâmicas de fornecimento da feira livre e protagonizavam o trabalho feirante se encontravam citados nos discursos apenas como personagens passivos/anônimos e sem influência direta na economia palmeirense, dominada pelas grandes famílias de fazendeiros através de atividades como a pecuária, sendo, portanto, esses pequenos produtores considerados enquanto dependentes da assistência governamental, principalmente no que se refere ao crédito bancário. Longe de negar as necessidades desses sujeitos, visamos destacar suas atuações sociais e táticas (CERTEAU, 1998) no intuito de driblar as tensas realidades na relação com as oligarquias, apresentando a Feira do Quadro enquanto uma de suas articulações de sobrevivência e resistência.

⁹⁴ Conflitos pelo usufruto das terras palmeirenses entre pequenos agricultores e os coronéis do município, nos quais as criações bovinas dos últimos recorridas vezes destruíam as plantações dos primeiros e, nos casos mais problemáticos, os pequenos produtores perdiam partes de suas terras para os latifundiários. Para mais detalhes ver: Câmara municipal de Palmeira dos Índios. **Dados históricos das antigas legislaturas e gestões municipais**. Disponível em: <https://www.palmeiradosindios.al.leg.br/institucional/historia> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

O COTIDIANO FEIRANTE ATRAVÉS DE UMA ETNOGRAFIA VISUAL FOTOGRAFICA⁹⁵

Após compreendermos o contexto social vigente em Palmeira dos Índios entre o final da década de 1940 e início dos anos 1960, tentaremos discutir o lugar social daqueles indivíduos anônimos nos discursos da elite palmeirense, mas portadores de identidades representadas em suas vivências diárias, pautadas principalmente pelo trabalho agrícola e atividades feirantes. Adentraremos no cotidiano a partir da problematização de informações, infelizmente, longe de nosso alcance, como os nomes ou origens dos trabalhadores da feira livre; assim, nos adaptaremos à natureza lacunar da história, “costurando” esses “espaços vazios” de informações com o exercício de interpretação balizado pelos paradigmas da historiografia (GINZBURG, 1989).

A feira livre, conhecida entre parte da população como Feira do Quadro, ficava localizada nas ruas em torno à praça denominada Praça da Independência, de modo que os corredores de “toldas” formavam um grande quadrado circundante ao local citado, fazendo jus ao nome da feira realizada as quartas e sábados, segundo narrativas orais e datas registradas nas fotografias analisadas. A Sra. Jovelina Alves de Souza⁹⁶, de 77 anos, ao lembrar-se do lugar onde ficava a feira, nos informou que

⁹⁵ Aqui fazemos referência ao processo metodológico, descrito por Mendonça (2000), no qual interligamos texto e imagem de modo a produzir um discurso etnográfico coerente sobre os sujeitos, contextos e ações retratadas nas fotografias, ajustadas sob o formato de pranchas fotográficas, sendo as últimas um complemento ao texto escrito.

⁹⁶ Entrevista concedida pela Sra. Jovelina Alves de Souza ao pesquisador Vinícius Alves de Mendonça em 3 de outubro de 2019. Aldeia Fazenda Canto, zona rural de Palmeira dos Índios.

Ficava em frente o São Bernardo⁹⁷, bem ali naquela praça, tinha de tudo ali na feira, vendia de tudo. [...] Ali de tudo que quisesse ali tinha, tinha as repartiçõeszinhas, feira disso, feira daquilo [...] feira dos fatos que vendia, feira dos peixe, tudinho ali era misturado. [...] As frutas era nesse lugar que tô dizendo, em frente à Catedral, essa feira ia pra lá quase na esquina do São Bernardo, era só de frutas [...] Já chegava já no quadro da feira, ali era verdura também, era frutas e verduras que chegava lá e quando chegava lá no meio, no centro como chamava, lá era que tinha de tudo que precisasse, porque não tinha mercado, era saco de feijão, saco de arroz, saco de farinha (SOUZA, 2019).

Na entrevista acima, podemos notar algumas particularidades da Feira do Quadro, principalmente o papel determinante do espaço social feirante dentro da vivência dos palmeirenses mais pobres, apesar de não aparecer nos registros, esse suprindo suas demandas alimentares e necessidades. Sobre o local da feira, citado pela Sra. Jovelina, apresentamos as fotografias a seguir.

Fotografia 02 – coreto da Praça - 1960



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: Luiz B. Torres.

Fotografia 03 – obelisco da Praça - 1960



Fonte: acervo GPHIAL. Autor: do Luiz B. Torres.

⁹⁷ Hotel inaugurado em 1989, estando localizado em frente à praça onde era realizada a Feira do Quadro é, ainda nos dias atuais, o maior prédio do município. Foi o ponto de referência escolhido pela entrevistada a fim de nos localizar espacialmente em seus relatos

Um obelisco na parte elevada (foto 03) e um coreto no compartimento mais baixo (foto 02) caracterizavam a praça utilizada como palco da feira livre. Neste ponto, destacamos a forma que “Os feirantes persistiram e modelaram táticas para conviver na urbe [...] frente à organização de um centro planejado, movidos por variadas razões” (PACHECO, 2009, p. 23) como a própria sobrevivência pautada pela necessidade de geração de renda a partir de suas produções familiares, causando assim, uma adaptação ao patrimônio palmeirense e a urbanização em expansão.

O ambiente em torno do coreto e do obelisco proporcionava o lugar arejado e dotado de espaço necessário para as atividades feirantes. Nos dias de feira, quartas e sábados, o local aparentemente pacato se convertia em um campo plural de atividades dos mais variados gêneros comuns à feira livre, assim como era frequentado pelos palmeirenses, principalmente os mais pobres, no intuito de adquirir os produtos agrícolas e outros itens a venda.

Fotografia 04 – venda de cereais na feira - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres

Fotografia 05 – vista parcial da feira - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

Na fotografia 05, notamos, como legendado por João de B. Torres, “uma vista parcial da feira livre de Palmeira” onde, ao fundo, o coreto da praça se faz presente e no seu entorno o aglomerado de pessoas e “toldas”, demonstrando a articulação dos feirantes na área urbana. Atentamos para os trajés dos sujeitos, especialmente dos indivíduos, ao centro da foto 05, que aparentam posar para o retrato, notamos a sua simplicidade, semelhantemente compartilhada pelos demais indivíduos retratados, demonstrando o perfil humilde de alguns frequentadores do local.

A foto 04 corrobora com o relato da Sra. Jovelina⁹⁸, apresentado anteriormente, no que se refere aos produtos expostos na feira com o objetivo de serem avaliados pelos compradores. A entrevistada complementou sua descrição lembrando-se que: “Eu sei que eu me lembro de um negócio chamado coreto bem no meio, ali onde os ‘cabra’ ficava ‘coisando’ [engraxando] sapato. Tinha em cima e embaixo, tudo isso tinha né nesse quadro da feira” (SOUZA, 2019).

Percebemos que a Feira do Quadro era um polo inclusivo dos “sujeitos anônimos” no complexo comercial do município. Seja como engraxates, vendedores ou produtores, esses indivíduos detinham a feira enquanto uma tática de compra e venda dos itens indissociáveis a sobrevivência, sendo essa uma engenhosidade dos mais fracos com o intuito de tirar algum partido dos fortes, desembocando em um sistema de politização do cotidiano (CERTEAU, 1998), dinâmica descrita no relato do Sr. Antônio Ferreira Filho⁹⁹:

⁹⁸ Entrevista concedida pela Sra. Jovelina Alves de Souza ao pesquisador Vinícius Alves de Mendonça no dia 3 de outubro de 2019 em sua residência localizada na aldeia Fazenda Canto, zona rural de Palmeira dos Índios.

⁹⁹ Entrevista concedida pelo Sr. Antônio Ferreira Filho ao pesquisador Vinícius Alves de Mendonça no dia 3 de outubro de 2019 em sua residência localizada na aldeia Fazenda Canto, zona rural de Palmeira dos Índios.

Eles [fazendeiros] eram criadores, isso aí [produtos vendidos na feira] eles não vendiam não. Os mais pobres que não tinham do que se 'rimir' bem, aí a valência deles abaixo de Deus era a verdura, plantava uns quiabinho, plantava verdura couve, alface, pimentão, tomate essas coisas, era assim dessa natureza (FERREIRA FILHO, 2019).

Logo mais prosseguiremos a abordagem sobre os aspectos do que era vendido na feira, visto que separamos uma parte deste trabalho especificamente para tratar dos produtos. Por hora, vamos nos debruçar sobre a polarização social e uso da feira livre enquanto forma de sobrevivência. Como citado no relato do Sr. Antônio, os fazendeiros e latifundiários não se envolviam no trabalho feirante, esse que era utilizado pelos sujeitos menos abastados com o objetivo de venda das suas produções.

Entre outras particularidades de trabalho dos pequenos produtores e feirantes que expressam as difíceis condições de vida e distanciamento das elites, analisamos os espaços de venda, denominados enquanto “toldas”, pois “os feirantes montam seus produtos de acordo com a estrutura de banca condizente com sua condição econômica – existem bancas de diferentes tipos e preços – provavelmente é a questão vivencial que estabelece o padrão ‘estético’” (MORAES, 2013, p. 86). Sobre isso, apresentamos a próximas fotografias.

Fotografia 06 – comércio de produtos medicinais - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

Fotografia 07 – comércio de cereais - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL.
Autor: João de B. Torres.

Fotografia 08 – trabalho do feirante - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

Notamos, nas fotografias 06 e 07, os modos de venda de alguns produtos expostos, no caso da foto 06 itens medicinais e no da foto 07 cereais. Sejam em sacos no chão, sobre panos ou em rústicas mesas de madeira, esses detalhes da venda dos produtos conferem ainda mais notoriedade ao aspecto humilde da vida e cotidiano dos feirantes. Na foto 08, apresentamos a imagem da circulação dos trabalhadores através do meio de transporte mais utilizado e acessível em suas atividades, à tração animal, em específico o asno. O cotidiano difícil da Feira do Quadro pode ser percebido enquanto reflexo das relações sociais e uma possibilidade de sobrevivência para os pequenos produtores e feirantes palmeirenses. A simplicidade retratada nas fotos não era um acaso do destino, mas uma consequência da notável distância entre ricos e pobres.

NEGÓCIOS DA FEIRA: alimentos e utensílios

Com o avançar das décadas, o desenvolvimento de Palmeira dos Índios e os interesses políticos dos administradores do município, a Feira do Quadro foi transferida para outro local da cidade¹⁰⁰, sendo modificados diversos aspectos do seu cotidiano. Contudo, os gêneros negociáveis, em sua maioria, continuaram sendo vendidos nas décadas seguintes, principalmente os alimentos, a exemplo das verduras, demonstrando a continuidade da situação social e econômica dos feirantes apesar do novo espaço.

¹⁰⁰ Apesar da mobilidade e inquietude social causada pela mudança, desta restaram apenas às esparsas memórias dos moradores sobre sua data exata, as últimas não oferecendo um panorama confiável sobre a modificação, devido as variantes notadas nos relatos. Após a mudança, causada pelo desenvolvimento da cidade e os interesses dos políticos, a “Feira do Quadro” perdeu essa denominação, sendo remodelada em uma nova parte da cidade sem uma denominação específica.

Assim, consideramos os produtos negociados na feira entre as décadas de 1940/60 enquanto itens importantes e detalhes rastreáveis das relações sociais apresentadas neste trabalho. Logo, realizamos uma reflexão partindo do que era vendido, como era negociado e por que era produzido; por consequência, percebemos aspectos importantes sobre as condições de vida cotidianas em que os pequenos produtores e feirantes viviam (MORAES, 2013), dimensionando um panorama da sociedade e relações econômicas entre os sujeitos.

Recorrendo a alguns depoimentos anteriormente citados, segundo o Sr. Antônio Ferreira Filho: “a valência deles [pequenos produtores] abaixo de Deus era a verdura, plantava uns quiabinho, plantava verdura couve, alface, pimentão, tomate” (FERREIRA FILHO, 2019). Em afirmação semelhante, a Sra. Jovelina Alves de Souza, em relato também comentado neste trabalho, informou que se vendia na feira “saco de feijão, saco de arroz, saco de farinha” (SOUZA, 2019). Ambos os discursos demonstram exemplos de seleção e memorização daquilo que era importante, sendo, por consequência, “pistas” históricas sobre o período (ALBERTI, 2004). Assim, apresentamos as fotografias a seguir.

Fotografia 09 – comércio de hortaliças - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL.
Autor João de B. Torres.

Fotografia 10 – comércio de hortaliças - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL.
Autor: João de B. Torres

Fotografia 11 – comércio de cereais - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

O feijão e as hortaliças como a cebola e o pimentão, retratadas na fotografia 10, estavam entre as principais vendas dos pequenos produtores, devido, principalmente, à dinâmica tradicional dos seus cultivos. A farinha, vendida nos sacos registrados na fotografia 11, era a base alimentar junto ao feijão, assim como se constituía enquanto um dos resultados do beneficiamento manual da mandioca trabalhada nas casas de farinha¹⁰¹. Em meio a esses produtos, outros se faziam presentes como: Inhame (foto 09), tomate (foto 10), manga e abacaxi.

Os “cultivos tradicionais” e vendas desses alimentos pelos sujeitos menos abastados eram realizados devido ao não envolvimento competitivo das oligarquias rurais no âmbito das suas plantações e negociações, expressando “maneiras de fazer” caracterizadas por pequenos sucessos ou “golpes” (CERTEAU, 1998) marcados pela falta de competição direta com as oligarquias ocupadas em outras variantes de negociação e produção, essas táticas se tomando tradicionais ao longo das gerações de pequenos produtores.

A pecuária, em larga escala, era a principal atividade dos fazendeiros, de modo que tal manejo fugia a realidade humilde dos produtores familiares em função da impossibilidade de seu exercício nas poucas terras que dispunham e, também, devido à necessidade de espaço para o cultivo dos gêneros tradicionalmente vendidos na feira, pois alguém precisava suprir as demandas sobre os produtos básicos e carentes no cotidiano palmeirense.

Plantar e vender o tomate, a cebola e outros gêneros comuns à feira não era uma atividade imposta pela elite aos pequenos agricultores, mas uma articulação e exploração da necessidade

¹⁰¹ Estabelecimentos de trabalho rurais onde os agricultores beneficiavam a mandioca colhida nas pequenas propriedades, a transformando em farinha e derivados utilizados como uma das principais bases alimentares do período.

urbana realizada pelos últimos. Portanto, esses sujeitos anônimos nos discursos e registros detinham potencial atividade no comércio e politização social, mesmo que inconscientemente, em suas atividades feirantes.

Fotografia 12 – comércio de redes - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

Fotografia 13 – Comércio de “fatos” de bois - 1947



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor: João de B. Torres.

Semelhante a cupins que exploram e abrem caminho em meio às frestas de uma grande estrutura de alvenaria deixando pequenos rastros de sua passagem, os feirantes se articularam na lógica e demanda comercial vigente em Palmeira dos Índios através de suas produções familiares de baixo custo, chegando a se apropriarem de produtos oriundos das elites, como registrado na fotografia 13, onde, segundo a legenda original produzida pelo fotógrafo, “Uma vendedora de fatos de boi expõe seus produtos que serão utilizados em sarapatés, buxadas e etc”.

Assim, essas mercadorias, resultantes do descarte das elites, eram vendidas pelos feirantes às camadas populares da sociedade palmeirense que não dispunham de recursos para comprar alimentos

mais nobres. Como descrito pelo entrevistado 01¹⁰², de 82 anos, “Era movimentada, era feira boa, ali na rua do colégio Sete de Setembro de Dona Rosinha, ali era a ‘rua dos fatos’, ali vendia chifre de boi, cabeça, todos desmantelo, peixe, tudo vendia ali” (ENTREVISTADO 01, 2019).

As roupas e redes também eram comercializadas na feira (foto 12), pois os vestuários dos moradores, em sua maioria, eram comprados na Feira do Quadro. O comércio feirante foi caracterizado pela negociação de uma gama de produtos: frutas, verduras, carnes, roupas, utensílios e outros, logo, “a feira se encontra, justamente, em um espaço delimitado por expressões materiais e tradições, um traço significativo de identidade cultural” (MORAES, 2013, p. 82).

Os “negócios da feira” eram representações dos cotidianos e identidades culturais dos feirantes articulados na atividade comercial, visto que os gêneros vendidos, além de serem utilizados como táticas de sobrevivência, estavam interligados a sua identificação enquanto agricultores, funileiros¹⁰³, vendedores de cereais ou vendedores de “fatos”¹⁰⁴. Sobre os principais responsáveis pela alimentação e suprimentos do município pouco foi mencionado ou registrado na história da cidade, contudo os estudos das práticas de compra e venda comuns ao espaço da feira possibilitaram uma riqueza de detalhes na compreensão do dia a dia enraizado em contextos sociais particulares (PACHECO, 2009).

¹⁰² Por questões pessoais o entrevistado não se sentiu disposto a divulgar seu nome neste trabalho. Desse modo, respeitamos sua escolha pelo anonimato, tendo em vista a reponsabilidade científica sobre as narrativas alheias, não o identificamos. Entrevista concedida pelo entrevistado ao pesquisador Vinícius Alves de Mendonça. 5 de outubro de 2019, área urbana de Palmeira dos Índios.

¹⁰³ Sujeito responsável pela negociação de artigos de aço como panelas, copos e funis.

¹⁰⁴ Denominações utilizadas por João de B. Torres, enquanto legendas das fotografias, ao referenciar os trabalhos desenvolvidos na feira. Destacamos a importância de análise de tais detalhes, visto que as legendas complementam as concepções do fotógrafo sobre suas produções, apresentando, assim, indícios do seu lugar social e dos sujeitos retratados.

O que era vendido e como era negociado, mesmo sem sabermos as identidades dos feirantes, demonstrava as relações entre os vendedores e a sociedade que os englobava. Pelo observado na documentação sobre o período, inferimos dizer que nenhum oligarca palmeirense do Novecentos se submeteria a venda de verduras na Feira do Quadro ou outros produtos, no entanto, comprava esses produtos, demonstrando a sua dependência e contato com o ambiente feirante. As particularidades cotidianas da Feira do Quadro são, portanto, representações e articulações das relações econômicas e do poder vigente no século XX em Palmeira dos Índios, mesmo sem essa atividade estar presente nos registros oficiais e jornalísticos do município, destacando sua importância e de seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: o desfecho no entardecer

As ações cotidianas protagonizadas pelos moradores do município, em especial os pequenos produtores familiares e feirantes, se configuravam enquanto, mesmo que sem a consciência desses sujeitos, atividades políticas na relação com a estratificação social existente. Negociar na feira livre era uma resposta à necessidade de sobrevivência contrastante às melhores condições de vida usufruídas pelas oligarquias rurais, de modo que os “modos de fazer” operados pelos feirantes em suas atividades, retratadas nas fotografias existentes no acervo do GPHIAL e memórias dos entrevistados, demonstram articulações e táticas de resistência e sobrevivência frente ao aparelho social manipulado pelos indivíduos influentes politicamente na região (CERTEAU, 1998).

Os feirantes se encontravam intrinsecamente estruturados na vivência econômica do município, de fato, em tensas condições de vivência e anonimato no que se refere as suas identidades sociais, mas ativos em suas “escolhas silenciosas” e “investidas anônimas” com o intuito de se manterem no sistema comercial. Assim, os produtos, formas de venda e ambientes de trabalho

registrados pelo Major João de B. Torres, através de suas fotografias, atuaram como portas de entrada nesta pesquisa para as particularidades e estudo das práticas cotidianas realizadas na Feira do Quadro em Palmeira dos Índios entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1960.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARROS, Ivan. **Palmeira dos Índios**: terra e gente. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

_____. **Abrindo a janela do tempo**. Alagoas: Editora Graciliano Ramos, 2006.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. - 2 ed. – Belo horizonte: Autêntica, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ENTREVISTADO 01. **O comércio palmeirense durante a década de 1950**. Out. 2019. Entrevistador: Vinícius Alves de Mendonça. Palmeira dos Índios-AL, 2019. Entrevista gravada no formato mp3.

FERREIRA FILHO, Antônio. **Lembranças da Feira do Quadro**. Out. 2019. Entrevistador: Vinícius Alves de Mendonça. Aldeia Fazenda Canto – Palmeira dos Índios-AL, 2019. Entrevista gravada no formato mp3.

FERREIRA. Miguel Crescêncio. Banco do Brasil X Pequeno Produtor. **Correio Palmeirense**, Palmeira dos Índios, Alagoas, ano II, n. 56, 6 dez. 1953.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

MENDONÇA, João Martinho de. **Os movimentos da imagem da etnografia a reflexão antropológica**. Experimentos a partir do acervo fotográfico do professor Roberto Cardoso de Oliveira. Dissertação de Mestrado em Múltiplos Meios. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 2000.

MORAES, Ariana Salete de. **A Feira no Centro Histórico do Penedo**: um cotidiano urbano. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Maceió: Universidade Federal de Alagoas – UFAL. 2013.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costume de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Dissertação de Mestrado em História. Feira de Santana-BA: Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. 2009.

PALMEIRA dos Índios – agrícola. **Correio Palmeirense**, Palmeira dos Índios, Alagoas, ano I, n. 22. 1953.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e Imagens em Confronto**: Os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. Dissertação de Mestrado em Antropologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2013.

SOUZA, Jovelina Alves de. **As verdureiras da minha adolescência e o trabalho feirante**. Out. 2019. Entrevistador: Vinícius Alves de Mendonça. Aldeia Fazenda Canto – Palmeira dos Índios-AL, 2019. Entrevista gravado no formato mp3.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009.

A FORMAÇÃO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS NO DISCURSO DE LUIZ BARROS TORRES

Andrêina Stephane Alves Farias¹⁰⁵

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar documentos do acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas - GPHIAL, colecionados pelo escritor, romancista e memorialista Luiz Barros Torres, sobre a origem de Palmeira dos Índios/AL, os quais fazem referência aos Xukuru-Kariri e a lenda de amor entre o casal de índios Tilixi e Txiliá.

Luiz B. Torres nasceu no município de Quebrangulo/AL em um sobrado, localizado na Praça da Independência, mas viveu a maior parte da sua vida em Palmeira dos Índios¹⁰⁶, se envolveu em várias atividades no município: em 1947, com outros jovens, fundou o Centro Literário Palmeirense e jogou profissionalmente no Centro Social Esportivo – CSE. Escreveu a sua primeira crônica, no ano de 1948, publicada no jornal “Correio do Nordeste” (TORRES, 2003).

Na década de 1950 fundou o diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, tornando-se o seu primeiro presidente. Criou o grupo “Os cruzados Pró-Pacificação e Progresso de Palmeira dos Índios” e passou a escrever para o jornal “O Boletim”, de propriedade do grupo. Assumiu

¹⁰⁵ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios/AL. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL. E-mail: stephanealves616@gmail.com

¹⁰⁶ No ano de 1992, Luiz B. Torres foi submetido a uma cirurgia; pela gravidade de sua doença foi realizar o tratamento na cidade do Rio de Janeiro. No dia 24 de maio de 1992, faleceu vítima de um edema pulmonar.

o cargo de diretor-presidente no jornal “Opinião Pública”, de propriedade do Centro Literário Palmeirense, para o qual também passou a escrever.

Em 1970, lançou seu primeiro romance, “Procissão dos Miseráveis”, que lhe rendeu o prêmio “O Moinho do Nordeste”. Dois anos depois, publicou sua primeira obra resultante de pesquisas sobre a história local, intitulada “Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios”, essa obra teve quatro edições. Em 1973, escreveu o livro “A Terra de Tilixi e Txiliá – Palmeira dos Índios nos Séculos XVIII e XIX” que lhe rendeu uma Menção Honrosa por seus méritos como “historiador”¹⁰⁷, concedida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL.

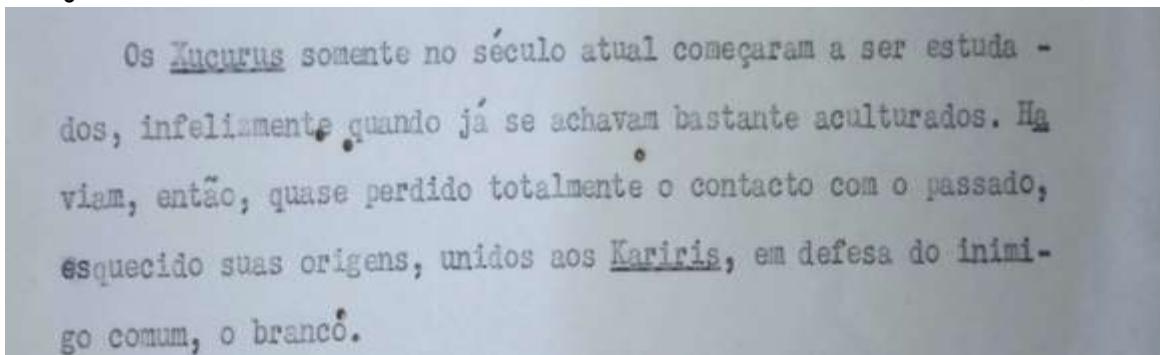
Luiz B. Torres escreveu sobre a história de Palmeira dos Índios, a partir de documentos coletados referentes aos séculos XVII ao XIX. Na década de 1970, influenciado pela escrita literária, produziu uma narrativa intitulada: “Tilixi e Txiliá: lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios” para explicar simbolicamente a origem da cidade, atribuindo-lhe o epíteto “Cidade do Amor”. Em 1988, produziu um documentário sobre a lenda da cidade de Palmeira dos Índios, em VHS, tendo como atores alguns indígenas Xukuru-Kariri.

Segundo Luiz B. Torres (1973) dois grupos indígenas ao chegarem à região fizeram um acordo, os Kariri ocupariam a lombada da serra da Boa Vista e os Xukuru ficariam com a Cafurna e os vales próximos. Com o passar do tempo, se fundiram e formaram a etnia Xukuru-Kariri, desconsiderando o acordo inicial de divisão do território (PEIXOTO, 2013).

¹⁰⁷ Apesar de não possuir formação acadêmica, em função de suas pesquisas e produções sobre a história palmeirense, Luiz B. Torres era reconhecido e referenciado em documentos oficiais e jornais locais como historiador (PEIXOTO, 2013).

Boa parte dessa história se perdeu por falta de registro à época, o pouco que se sabe sobre a fusão dos Xukuru com os Kariri¹⁰⁸ deve-se à tradição oral e, no século XX, aos escritos de Luiz B. Torres. Pode-se afirmar que as pesquisas atuais são ancoradas em suas produções, dentre elas, algumas não publicadas. A imagem a seguir, recortada do manuscrito original de um de seus livros, reitera a escassa produção sobre o tema:

Imagem 01 – recorte do livro A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX, 1973.



Fonte: acervo do GPHIAL.

No recorte anterior, percebemos que o estilo de escrita e linguagem reflete a normatização, a imagem e o pensamento daquela época; o autor escreve “os xucurus” e não “os Xukuru”, como é adotado atualmente. Portanto, é importante observar a linguagem do passado e perceber a visão do autor de acordo com o seu lugar de fala (CERTEAU, 1982). A escrita de Torres, além de refletir as concepções da época, se filia às correntes teóricas e metodológicas que embasaram sua vida no seminário, quando aprendeu que o contato extinguiu a cultura nativa. Essa visão é corroborada na

¹⁰⁸ Ver Peixoto (2013) e Martins (1994).

afirmação de que “Numa época de dúvida e desespero, considerou que era particularmente importante para ele como um historiador examinar e expor sua própria compreensão do presente e visão do futuro” (CARR, 2002, p. 29).

Desse modo, tal como o historiador, as produções do memorialista foram marcadas por suas percepções, interpretações e aspirações, caracterizando a narrativa como fruto do meio e reflexo das suas projeções enquanto escritor. Essa atitude, segundo Carr, é típica do historiador, pois este “pertence à sua época e a ela se liga pelas condições de existência humana” (CARR, 2002, p. 49).

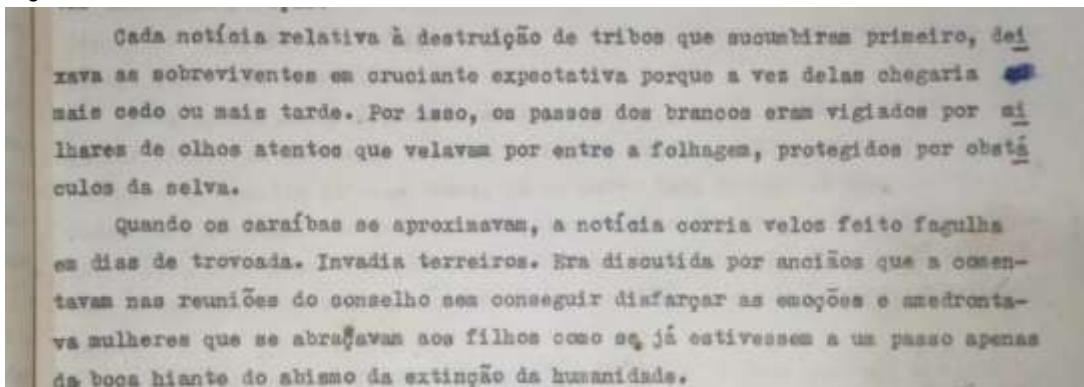
Ainda sobre o recorte (imagem 01), destacamos o uso do termo “aculturação”, utilizado para inferir que os indígenas “perderam” muito da sua identidade, do seu modo de viver e da sua cultura, após a invasão e o contato com o branco. No entanto, percebemos a generalização promovida por esse termo, uma vez que o processo não se deu de forma pacífica e hegemônica, pois, ocorreram variadas formas de interações nesse momento, proporcionando ressignificações e alteridades (OLIVEIRA, 2004).

As pesquisas de Luiz B. Torres evidenciaram a presença indígena no município, estabelecida desde a fundação do aldeamento na missão que deu origem a vila de Palmeira dos Índios, segundo o autor essa interação foi iniciada por volta de 1770 quando chegou à região o Frei Domingos de São José, com objetivo de converter os Xukuru e Kariri ao cristianismo, motivo pelo qual, em 1773, solicitou a doação de um lote de terras da Sesmaria de Burgos e nessa área edificou uma pequena capela.

Com a fundação da referida vila, iniciaram-se conflitos pela ocupação das terras do vale, o que, conseqüentemente, empurrou os indígenas para o topo das serras, iniciando a necessidade de protegerem seu território (PEIXOTO, 2013). Segundo Torres, os indígenas viviam amedrontados pela

possibilidade do encontro com não índios, o que justificava um permanente estado de alerta. O fragmento a seguir corrobora com tal afirmativa:

Imagem 02 – recorte do livro A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX, 1973.



Fonte: acervo do GPHIAL.

A narrativa descrita na passagem anterior apresenta a forma como os indígenas foram idealizados e descritos enquanto indivíduos receosos diante dos conflitos, ocasionando fugas e disputas fundiárias. Ainda, segundo o autor, durante a colonização, vários povos foram dizimados, “voltando ao pó da terra”, colaborando com o discurso do desaparecimento. Nessa perspectiva, só haveria liberdade para o branco, nem o índio e nem o “preto” poderiam ter algum tipo de privilégio. Tal narrativa justifica os embates que se sucederam a partir do estabelecimento do pároco e fundação da vila.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS: cidade do amor e berço de Tilixi e Txiliá

Em seu principal livro sobre a história local, Torres (1973) afirmou que em pesquisas arqueológicas, por ele realizadas na região de Palmeira dos índios, conseguiu descobrir seis cemitérios indígenas localizado nas Serras: Coité das Pinhas, Goití, Mocó, Verde, Leitão e Alto Vermelho. Nos quais desenterrou diversas urnas funerárias indígenas (igaçabas), contendo restos mortais e pertences; parte do material foi doado por ele ao Museu Xukuru¹⁰⁹, que se encontra em Palmeira dos índios.

As terras que atualmente compõem o município eram ocupadas por um aldeamento dos Xukuru-Kariri. Sendo, a denominação Palmeira dos Índios influenciada pela presença indígena e existência de palmeiras nas serras no entorno do vale. Além das características regionais, a fundação e o nome do município são explicados pela lenda de Tilixi e Txiliá, a qual relaciona a denominação Palmeira dos índios a morte do casal de índios.

Segundo a lenda, há mais de 200 anos Txiliá foi prometida ao cacique Etafé, contudo, era apaixonada pelo seu primo, Tilixi. Um beijo proibido o condenou a uma morte exemplar, preso ao solo e exposto ao sol, para que morresse de inanição. Proibida de visitar seu amado, Txiliá desobedeceu a ordem do cacique e foi ao encontro do prisioneiro, sendo atingida por uma flecha de Etafé, morrendo ao lado do primo. No local da morte do casal nasceu, milagrosamente, uma palmeira, tomada como símbolo do amor intenso.

Em uma ampliação da lenda, publicada por Luiz B. Torres (1973), foi descrito que este ato foi motivado pela fé da indígena, confirmando a eficácia do processo de catequese empreendido pelo Frei

¹⁰⁹ Ver: Teixeira (2013)

Domingos, pois, diante do sofrimento de seu primo, Txiliá teria plantado um crucifixo ao lado do amado, rogando que nesse lugar nascesse uma árvore e que sua sombra pudesse aliviar o sofrimento de Tilixi.

Essa versão foi discutida pelo antropólogo Clóvis Antunes (1973) em um texto no qual apresentou relatos do cacique Miguel Celestino sobre a lenda ser desconhecida entre o seu povo e da indígena Iraci Lourenço de Melo que afirmou ser o nome do município derivado de uma palmeira, que era a “mãe de todas as palmeiras” e de tão alta poderia ser avistada de qualquer ponto, servindo de referência para quem vinha de longe. Essa narrativa, mesmo na atualidade circula em Palmeira dos Índios, inclusive em versões adaptadas para crianças, como revistas em quadrinhos. Em consequência da lenda, Palmeira dos Índios também é chamada de “cidade do amor”, visto estar edificada onde o lendário casal foi morto devido a um amor proibido.

Influenciados pela lenda, muitos aspectos do município foram moldados, dentre os quais: a criação dos símbolos oficiais (bandeira e hino) influenciados pela narrativa, nomeação de logradouros públicos, estabelecimentos comerciais e criação de monumentos representativos dos indígenas descritos por Luiz Torres (PEIXOTO, 2013; SOARES, 2019), conforme observado na fotografia a seguir:

Fotografia 01 - Monumento de Tilixi e Txiliá na UNEAL 2019.



Fonte: acervo da autora.

Apesar do cognome cidade do amor e da existência da escultura (produzida a pedido do Prefeito Albérico Cordeiro) apresentada na foto anterior, Palmeira dos Índios negou o protagonismo dos indígenas quando o sucessor do referido prefeito mandou retirar as estátuas e descartá-las. Essa ação não foi concretizada, pois os monumentos foram colocados nos jardins da UNEAL, campus III, as margens da rodovia AL – 115, tornando-se testemunhas incontestes de um passado centrado na história de amor descrita por Luiz B. Torres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se propôs a analisar a formação de Palmeira dos Índios na concepção de Luiz B. Torres, utilizando seus escritos centrados na lenda de Tilixi e Txiliá, apresentando fragmentos de documentos produzidos pelo referido escritor. Para não cometer anacronismos históricos, discutimos os usos da lenda a partir do contexto social, político e cultural da época, relacionando-o à criação dos símbolos oficiais e de uma consolidada imagem indígena idílica no cotidiano local.

Buscamos discutir a visão, atualmente, ultrapassada atribuída a explicação do desaparecimento e da “aculturação” do indígena em Palmeira dos Índios, discursos veiculados em jornais e rádios locais para negar a presença indígena no município e legalizar a usurpação territorial. Portanto, pensamos contribuir com uma abordagem que não descarte a produção de Luiz B. Torres e não a relegue a mera condição de lenda, pois o referido escritor, ao seu modo, destacou a presença indígena deste município.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1973.

A ORIGEM de Palmeira dos Índios. Gazeta de alagoas. 03/04/ 2016. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=284951>. Acesso em: 08/11/2019.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERREIRA, Cosme Rogério. **Palmeira dos Índios**. 20 anos sem Luiz B. Torres 24/05/2012. Disponível em: <http://cosmerogerio.blogspot.com/2012/05/20-anos-sem-luiz-b-torres.html>. Acesso em: 11/11/2019

_____. **Palmeira dos Índios: Princesa do... Sertão?** 12/12/2011. Disponível em: http://cosmerogerio.blogspot.com/2011/12/palmeira-dos-indios-princesa-do-sertao_12.html. Acesso em: 08/11/2019.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Departamento de Ciências Sociais; Curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 1994. 1910/50 por 1910/60.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna. Tradição e cultura do povo Xucuru-Kariri**. Maceió: Catavento, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2013.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande, 2019. Disponível em: <https://www.gphial-uneal.com.br/disertacoes>. Acesso em: 16 de jul, 2019.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da “pedra e caco”**: o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas. Monografia (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio

Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/ Superintendência Estadual de Alagoas, Rio de Janeiro, 2012.

TICIANELI. Palmeira dos Índios, o berço de Tilixi e Tixiliá. Palmeira dos Índios. 18/09/2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-de-palmeira-dos-indios.html>. Acesso em: 08/11/2019.

TILIXI E TIXILIÁ – Lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios (AL). CIDADIA COM FRANÇA MOURA. 20/08/2019. Disponível em: <http://programacidadania.com.br/tilixi-e-tixilia-lenda-da-fundacao-da-cidade-de-palmeira-dos-indios-al/>. Acesso em: 11/11/2019.

TORRES, Luiz Barros. **A terra de Tilixi e Txiá:** Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

VIDA e obra do escritor Luiz B. Torres. APALCA. 18 de agosto de 2012. Disponível em: <https://apalca.com.br/vida-e-obra-do-escritor-luiz-b-torres/>. Acesso em: 09/11/2019.

OS CARNAVAIS PALMEIRENSES NOS ESCRITOS DE LUIZ BARROS TORRES

Maria Hortência César de Góis¹¹⁰

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Carnaval é considerado por muitos uma das maiores festas populares do Brasil, fazendo parte da sua identidade nacional. Os dias de comemoração desse festejo, constituem o maior feriado do calendário nacional. Nessa época, turistas de diversas partes do mundo se deslocam para este país tropical, paraíso do samba, da feijoada e do futebol (GERMANO, 1999).

Esta celebração pode estar relacionada a alguns festejos de origem greco-romana dedicados a Baco e Dionísio, deuses do vinho. Nesses eventos as pessoas costumavam embriagar-se, comer muito e entregar-se aos prazeres da carne “antes do catolicismo ganhar a Europa [...] e determinar a higienização das festas pagãs, todos os povos realizavam seus carnavais, que eram a festa da colheita; a comemoração dos mortos e da manutenção da saúde” (MORONI, 2011, p. 7).

Com a ascensão do cristianismo, o carnaval, do latim *cama vale* significou “adeus à carne”, tornou-se a oportunidade dos fiéis se despedirem da carne temporariamente, pois, tal festividade é comemorada três dias antes da quarta-feira de cinzas, já que a partir dela é iniciado o período da

¹¹⁰ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios/AL. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL. Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. E-mail: hortenciagois11@gmail.com

Quaresma. Para a Igreja Católica Romana, essa época é um momento de abstinência sexual, jejum e conversão espiritual. Após os festejos, a Igreja aconselhava os seguidores a não consumirem carnes e se absterem de práticas tidas como pecaminosas.

O rito carnavalesco precedia esse momento de reclusão e jejum, pois era o período de euforia e descontração. Segundo Burke “o carnaval pode ser visto como uma peça imensa, em que as principais ruas e praças se convertem em palcos, a cidade se torna um teatro sem paredes, e os habitantes eram os atores e espectadores” (BURKE, 1999, p. 206).

As referências à obediência e restrições alimentares da Quaresma no Brasil e ao dia do Entrudo¹¹¹ permitem supor que algum tipo de festividade carnavalesca já acontecia na Colônia, em 1553. A partir de 1608, os representantes da Coroa portuguesa não queriam abrir mão desses dias festivos, mas desejavam excluir da festa elementos oriundos do cotidiano colonial. Buscava-se criar uma nova forma de folia, o Baile Mascarado, e assim, com o passar dos anos, outras maneiras de comemorações começaram a surgir no Brasil, como: o uso de fantasias, o carnaval de rua, os blocos e os desfiles das escolas de samba. O Carnaval no Brasil é uma das poucas manifestações culturais que sobrevive aos séculos envolvendo um grande público.

O carnaval de rua surgiu no século XIX e logo em seguida apareceram as marchinhas carnavalescas, como a música de Chiquinha Gonzaga, “ô abre alas”. Tal festividade é comemorada em vários estados de diferentes formas, de acordo com suas culturas, no Rio de Janeiro, por exemplo, o Carnaval é comemorado com desfiles de escolas de samba, porém, em Palmeira dos Índios, essa festividade se configurou como importante elemento identitário e de finidor de uma época.

¹¹¹ Antiga celebração que acontecia nos três primeiros dias antes da Quaresma e que foi substituída pelo atual Carnaval.

Tendo em vista que o carnaval foi uma prática cultural que contribuiu para a construção da identidade cultural de Palmeira dos Índios, realizamos pesquisas com o objetivo de analisar documentos reunidos pelo memorialista Luiz Barros Torres¹¹², sobre os carnavais em Palmeira dos Índios, disponíveis no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados: manuscritos, fotografias e folhetos relacionados ao carnaval como forma de representação que se estabelece entre a presença e a ausência da festa, portadora do simbólico, carregando sentidos ocultos, que são construídos social e historicamente, se internalizando na memória coletiva (PESAVENTO, 2005).

A COMEMORAÇÃO DOS CARNAVAIS EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS

No início do século XX, em Alagoas, o reinado do Momo, personagem mitológico que foi adaptado para festas carnavalescas, tomou-se um dos principais símbolos do Carnaval no Brasil, era comemorado em Maceió, São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios. Esses três municípios ofereciam aos habitantes e visitantes o que melhor existia nessa comemoração. Segundo alguns estudos, tais municípios faziam o melhor carnaval do estado de Alagoas, Luiz B. Torres afirmou:

As melhores orquestras dos estados de Alagoas e Pernambuco, eram contratadas na época pelos grandes comerciantes de Palmeira dos Índios, para animarem as festas do momo na cidade. Neste período de carnaval, a cidade praticamente dobrava sua população, tal o número de visitantes que viam prestigiar e participar dos bailes carnavalescos noturnos

¹¹² Nascido em Quebrangulo em 1926, residiu no Rio de Janeiro e em Palmeira dos Índios, onde tornou-se escritor, comerciante, político e grande incentivador da cultura local, coletando materiais que resultaram na criação do Museu Xucurus de história, artes e costumes e de importantes acervos e coleções. Ver Peixoto(2013).

promovidos em vários locais, principalmente nas sedes dos blocos. Durante as manhas, assistiam aos grandes desfiles de sambas¹¹³.

Observa-se a imponência do carnaval palmeirense, sua repercussão na economia, impactando na formação identitária local e projetando essa cidade no cenário cultural da região. A grandiosidade do evento pode ser observada a partir da quantidade de blocos que foram criados, entre as décadas de 1910/50, para atender aos interesses e especificidades dos foliões, conforme o quadro a seguir:

BLOCO	CRIAÇÃO	FUNDADORES	SEDE	ESPECIFICIDADES
Os Abanadores	1918	José de Freitas e Manoel Origenes	Rua Floriano Peixoto	Extinto em 1926
Os Batutas	1923	Luiz de Mello Motta, Manoel de Passos Lima, Nicéfaro Cavalcante e Juvenal Brena Wanderley	Rua José e Maria Passos	Suas vestimentas eram preto e branco; extinto em 1926
Os Cangaceiros	1956	Gileno Costa Sampaio		Características e performances de cangaceiros; extinto em 1983
Os Gaviões	1931	Lourival de Mello Motta	Rua Costa Rêgo	Participou apenas de dois carnavais
Bela Rosa	1922	Mestre Simão e Manoel Gomes	Antiga Rua da Pitombeira, atual Manoel Gomes Barros	Extinto em 1923

¹¹³ Carnavais Palmeirenses, autor ignorado, s/d, fonte: acervo do GPHIAL.

Negra da Costa		Chico Urubu	Praça Minervo Pimentel	Vestiam saias rodadas e usavam balangandãs
Night Clube Copacabana		Prostitutas e pessoas que trabalhavam no baixo meretrício	Rua Chico Nunes	Desfilava pela manhã e era considerado uma ofensa por alguns moradores
Cana Verde e Cana Preta		Otávio Cavalcante, Francisco Cavalcante e José Tobias da Costa Filho		Dois blocos formados pelos mesmos foliões, não tinham sede própria
União das Flores	1928	Mestre Jau, Manoel Orígenes e José Mendes Ferreira	Praça da Independência	
Os Chaleiras	1920	Antônio Salustiano	Rua Deodoro da Fonseca	Extinto em 1926
Sossega Leão	1935	Marçal Oliveira		Extinto em 1938
Os Parafusos, Navegantes e Vassourinhas				Formado por foliões de baixa renda, que animavam os carnavais nas periferias da cidade.

As fotos a seguir dialogam com momentos de alguns dos blocos citados na tabela acima, ícones das animações das festas carnavalescas em Palmeira dos Índios, colocadas como lembranças nostálgicas, de acordo com a documentação consultada, descrições que possibilitou pensar os grandes carnavais na cidade como características de uma época tida como os anos de ouro da cultura e da economia local.

Fotografia 01 - Bloco Os Cangaceiros. s/d



Fonte: acervo do GPHIAL – coleção: Luiz B. Torres. Autor: ignorado.

No bloco Os Cangaceiros, os foliões usavam fantasias que eram réplicas da indumentária e das armas utilizadas pelo bando de Lampião Durante suas performances, o grupo, consideravelmente numeroso, desfilava montado a cavalos e invadia algumas residências simulando os ataques que o bando fazia. Esse bloco foi um dos mais famosos da época, em Palmeira dos Índios, suas apresentações atraíam curiosos e foliões de outras agremiações, pois, além de bloco carnavalesco, representava um fragmento da história regional, conforme observado na fotografia 01.

Fotografia 02 - Bloco Night Clube Copacabana – s/d



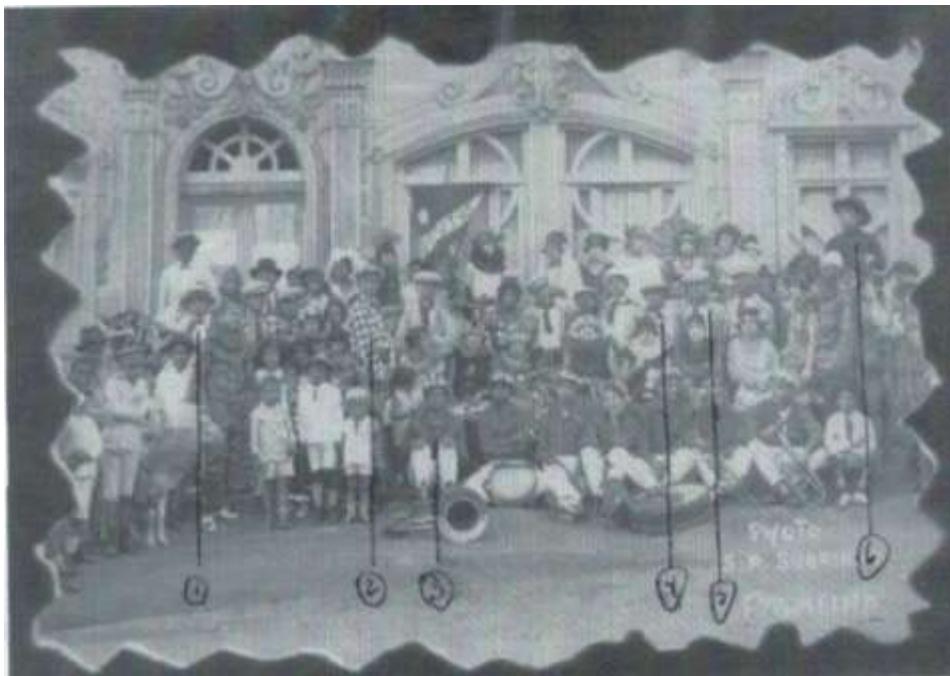
Fonte: acervo do GPHIAL – coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado

As foliãs, membros do bloco Night Clube Copacabana eram prostitutas, moradoras do "baixo meretrício", famosa "Rua da Gandaia" ou "Pernambuco Novo", atual rua Chico Nunes. Tais mulheres encontraram nos blocos carnavalescos uma forma de se incluírem na sociedade, já que estavam fantasiadas. Quando as pessoas souberam sobre a verdadeira identidade dos componentes do bloco, ele foi considerado por muitos moradores uma "ofensa", sentimento que vai de encontro ao espírito do carnaval, que se caracteriza como festa popular sem segregação social, cultural e econômica.

Enquanto um bloco precisava do anonimato e da clandestinidade para proteger os seus membros do preconceito e da segregação social que imperavam à época, outros grupos se

destacavam por terem entre seus membros os sobrenomes mais eminentes da sociedade e por tal condição tinham sua participação registrada nas fotos em frente ao Palácio da Águia, conforme as fotografias apresentadas a seguir:

Fotografia 03 - Bloco Os Batutas - 1923



Fonte: acervo do GPHIAL - coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado.

Fotografia 04 – Bloco Os Batutas - 1923



Fonte: acervo do GPHIAL – coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado.

Contrapondo a ideia de liberdade, cor e movimento que simbolizam o carnaval, observou-se nas fotografias anteriores a postura estática, típica das fotos posadas, nas quais as personagens encontram-se com semblantes sisudos, roupas “formais”, como: calças compridas, camisa com mangas, sapatos sociais e amplos chapéus, inspirados na cultura mexicana. Segundo a documentação consultada, tal opção por esse estilo de fantasia era um marcador social.

O carnaval é o momento que as pessoas são “livres” para fazer o que quiserem e quase tudo é possível e permitido, porém, nas fotografias do acervo produzido por Luiz B. Torres, percebe-se claramente que elementos como posição social e regras do recato no vestir não foram abolidas no reinado de Momo, destacamos ainda que essa festa se caracterizava por gastos excessivos com roupas, bebidas e comidas, se convertendo em importante fomentador da economia local. Tal manifestação, vista como um momento de descaracterização do real “em oposição ao cotidiano era uma época de desperdício justamente porque o cotidiano era uma época de cuidadosa economia” (BURKE, 1999, p. 202). O desperdício econômico acontecia pela necessidade de comprar fantasias e roupas, além de ser o momento de exageros alcoólicos e gastronômicos.

O carnaval era temporada de hilaridade, da sexualidade, e os jovens se esbaldavam – um período em que a juventude restava as fronteiras sociais, através das irrupções limitadas de desordens, antes de ser outra vez assimilada pelo universo da ordem, submissão e seriedade da quaresma. Tudo terminava na terça-feira de carnaval (DARNTON, 2006, p. 113).

Esse período era comemorado com muita euforia e alguns exageros, visto que a época carnavalesca é marcada pela bebedeira e pela comilança na cultura popular, “o tipo de cenário mais importante era a festa, festas de família [...], e por fim o carnaval. Era ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, e bebiam tudo o que tinham (BURKE, 1999, p. 202).

Além das festas de rua, aconteciam os bailes de salão no Aeroclube de Palmeira dos Índios, criado em 1944, a primeira entidade recreativa da cidade a ter sede própria, localizada na antiga Rua de Baixo, atualmente, Rua Major Cícero de Gois Monteiro. A instituição foi palco de grandes carnavais palmeirenses, como mostra a fotografia 05, isto é, os ritos carnavalescos não eram comemorados

apenas nas ruas. Além do Aero clube, outras entidades foram criadas, entre elas: Associação Atlética Banco do Brasil, Clube Campestre, Clube Montepio dos Artistas, entre outras, que foram palcos dos carnavais da época e contribuíram para as animações dessa festividade.

Fotografia 05 - Baile de carnaval no salão do Aero clube, s/d



Fonte: acervo do GPHIAL – coleção: Luiz B. Torres. Autor ignorado.

Os carnavais palmeirenses eram comemorados por grande número de pessoas, mesmo que em espaços distintos; as ruas se transformavam em palcos para as manifestações carnavalescas, com diferentes fantasias, máscaras e ornamentos. Nos quatro dias de folia na rua não havia distinções sociais, porém, nos blocos mantinham-se as segregações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Palmeira dos Índios foi, até os anos de 1960, uma cidade de relevante importância no cenário cultural no estado de Alagoas; naquela época, seu calendário festivo era divulgado nos diversos extratos sociais e nos mais variados locais, inclusive, fora do referido estado, atraindo foliões e incrementando a economia local. O período que antecedia o reinado de Momo era marcado por ampliação na variedade de tecidos nas lojas, filas nas costureiras, estoques em bares e restaurantes e ampliação nas relações sociais vivenciadas nos diversos blocos descritos neste trabalho.

Pois, como pudemos observar nas fotografias apresentadas ao longo do trabalho, apesar de terem existido blocos carnavalescos, destinados a públicos específicos, procuramos discutir a festividade, de modo a perceber e evidenciar diferentes histórias, pautadas nas distintas interações proporcionadas pelos preparativos nas confecções das fantasias e na proximidade entre os diferentes grupos sociais no momento das comemorações.

A movimentação alterava o cotidiano, pois, dias antes da festa já se registrava um aumento no fluxo de pessoas que desembarcavam na cidade. Apesar da efervescência do evento, não encontramos dados ou registros sobre casos de violência, nos levando a inferir que a sociedade daquela época era mais ordeira e via nas comemorações carnavalescas um momento de socialização, euforia, confraternização e, sobretudo, uma possibilidade de consolidar Palmeira dos Índios no cenário cultural e econômico estadual.

Os festejos carnavalescos em Palmeira dos Índios foram momentos de muita alegria e comemoração para as pessoas que participavam das folias do carnaval, considerado um elemento que compôs a identidade cultural da cidade e é lembrado pelas pessoas que participaram, como um

momento de boas recordações e de muito saudosismo, sendo o carnaval, um momento desse universo cultural que é muito festivo.

REFÊRENCIAS

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Média**. Trad. Denise Bottmann, 2ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural**. 5 ed. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GERMANO, Iris. **O carnaval no Brasil: da origem europeia à festa nacional**. Toulouse; Caravelle, 1999.

MORONI, Benedito de Godoy. **Carnaval: origem, evolução e Presidente Epitácio**. Benedito de Godoy Moroni: editora do autor, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carnaval carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

A FÉ EM MOVIMENTO: práticas religiosas e devoção em Palmeira dos Índios – AL (1950-1970)

Luana Moraes dos Santos¹¹⁴

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo resulta das atividades desempenhadas durante os anos de 2018/2019 no projeto intitulado “A memória da cidade: História local, patrimônio e imagem em Palmeira dos Índios”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, desenvolvido na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus Palmeira dos Índios. Objetivamos discutir as práticas religiosas e devoção materializadas através de festividades e monumentos, durante as décadas de 1950 a 1970. Para tal, será utilizado o acervo documental do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL.

Primeiramente, as festividades religiosas são dotadas de atribuições referentes um campo de expressividade e representação de crenças associadas à vivência da fé e religiosidade, na qual, cada elemento presente é envolto por memórias. Assim, o ponto de partida para compreender as práticas do catolicismo e religiosidade popular no referido período serão o paralelo memória/história, como influenciadoras de representações culturais, a partir de eventos ligados à Igreja Católica, dentre os

¹¹⁴ Graduanda do curso em História na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; membro do Grupo de Estudos sobre Patrimônio, Identidade e Memória – GEPIM, Estagiária da Biblioteca Sebrial e foi bolsista voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC na UNEAL, Campus III; luamoraes512@gmail.com.

quais a Procissão de Canafistula realizada em homenagem a Frei Damião e uso do monumento Cristo Redentor como ambiente de materialização de interesses políticos e religiosos.

Procura-se refletir sobre questões do universo cotidiano da religião, tradição popular e suas representações simbólicas do sagrado, pois, as manifestações populares de religiosidade apontam um trânsito contínuo e intenso entre o institucional e o dessacralizado. As imagens serão o meio intermediário de expressão da fé em exercício prático durante o dia a dia no município, perspectiva apoiada nos pressupostos de Burke, nos quais as imagens “são ambíguas e podem ser ‘lidas’ de muitas maneiras” (BURKE, 2004, p. 7), além de permitirem “imaginar” o passado de forma mais vívida. Está pesquisa se constitui metodologicamente como pesquisa documental associada a revisão bibliográfica de alguns autores como: Candau (2016), Burke (2004), Woodward (2014).

Passado e presente são uma circularidade quando o assunto é religiosidade e festa religiosa, possibilitando uma gama de olhares e expressões de fé que se traduzem à maneira sobre a qual a população vê e concebe sua maneira de conexão com o sagrado. São semelhantes aos fenômenos culturais, descobertas e modificadas de maneira fértil durante toda a história da humanidade, um campo que transcende a base comum de investigação histórica ao revelar uma vivência marcada pela identidade.

A história é caracterizada por alternâncias as quais contam com momentos de destaque na historiografia, pontos elevados a categoria máxima para menção e rememoração no que diz respeito ao assunto memória e identidade da sociedade. Entre os fatos históricos existem momentos de ruptura e silêncio, intrínsecos no discurso, seja ele oficial ou popular. Em uma constante investigação por explicação as pessoas desenvolveram meios capazes de suprir indagações primordiais na compreensão de mundo.

Em um primeiro momento, iremos apresentar uma reflexão a respeito do catolicismo e suas atribuições, englobando aspectos da religiosidade popular, bem como a materialização da fé através de eventos que envolvem devoção e crença. A seguir, será analisado o papel das procissões e monumentos para a religião e construção da identidade, tomando como base imagens da procissão realizada em Canafistula de Frei Damião¹¹⁵ e a estátua do Cristo do Goití¹¹⁶. Assim, o presente estudo buscar discutir o catolicismo e elementos da religiosidade popular, de maneira a exemplificar a relação da expressividade do sagrado no presente, a partir do diálogo entre história e memória.

CATOLICISMO EM PERSPECTIVA: refletindo sobre práticas e devoções

Formular perguntas é um processo essencial para a construção de uma visão de mundo. Utilizamos as nossas capacidades individuais para determinar conceitos e instituições divisoras no que se refere à construção de mundo, realidade essa que destaca, por exemplo, o uso do intelecto para traçar uma linha imaginária sobre a história, a qual funcionará como meio de diálogo entre os períodos. Para Le Goff, essa “dialética da história parece resumir-se numa oposição – ou num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado)” (LE GOFF, 1990, p. 4), espécie de posição complementar onde cada um tem por finalidade aperfeiçoar o entendimento do acontecimento.

A resignificação da herança em nome da perpetuação da cultura, constitui salutar ação de reflexão sobre como a festividade religiosa está envolta por elementos ligados a acontecimentos

¹¹⁵ O distrito de Canafistula passou por uma mudança na nomenclatura após a morte de Frei Damião que era um missionário respeitado na localidade por seu desempenho em causas voltadas a religião e a ajudar a população.

¹¹⁶ Estátua do Cristo Redentor, localmente conhecida como Cristo do Goití, nome dado em apologia a abundância de árvores de oitizeiro.

passados. Logo, a religião aparece em um cenário de diálogo entre meio físico e o intangível, trazendo em si o esclarecimento particular, o qual varia de um indivíduo para o outro, através dela solicita uma prévia de ensinamentos e comportamentos, responsáveis pela conexão com o lado espiritual.

Na busca por estreitar relações com o transcendente o ser reflete sobre os fatos que ultrapassam a explicação circunstancial e passa a observar a metamorfose dos símbolos sagrados de maneira que o invisível se transfigure no intangível. O sagrado, evidenciado através da expressão social e religiosa das crenças, promove uma analogia entre espaço físico e transcendental (lado espiritual/campo da fé), fundamentada na criação de concepções místicas resultantes da influência social existente nas atividades e práticas cotidianas, que podem ou não ser a fonte responsável por exemplificar de maneira satisfatória uma vida devotada a religião.

O foco central desse estudo é o catolicismo e suas festividades realizadas no município de Palmeira dos Índios, em especial, a procissão realizada em Canafistula em homenagem a Frei Damião¹¹⁷ e a Procissão da Sexta-feira Santa, na qual muitas pessoas sobem a Serra do Goití, rezando o terço e parando nas estações, em alusão ao sofrimento vivenciado por Jesus no Calvário, até alcançarem os pés da imagem do Cristo Redentor, conhecido como Cristo do Goití, na localidade.

Palmeira dos Índios é um município que integra a microrregião do Semiárido alagoano a 137 km da capital Maceió, contando com uma diversidade cultural aparente, onde existe a presença indígena Xukuru-Kariri em 08 aldeias reconhecidas e 02 em processo de tramitação para o

¹¹⁷ Era um “capuchinho Italiano. Simples e austero como os antigos monges do deserto, acolhido em todo o Nordeste, como se fosse o próprio Padre Cícero, que debaixo de outro invólucro tivesse regressado à terra” (TRIBUNA DO SERTÃO, 1997). Esse fragmento retirado de uma matéria divulgada no jornal da região retrata, a imagem da personalidade adotada pela população que englobava aspectos de sua conduta social e religiosa.

reconhecimento, além da presença negra representada pela comunidade quilombola Tabacaria, formada por dissidentes do Quilombo dos Palmares, outrora localizado na Serra da Barriga (MARIA NETA, 2014; SANTOS, 2019).

Desde sua fundação, o município conta com grande expressividade no que diz respeito à Igreja Católica Romana e sua visibilidade popular. Graças às raízes colonizadoras do país, o catolicismo estabeleceu influência sob a população de maneira geral, se configurando como um dos pilares formadores de nossa sociedade, ao apresentar uma forma pessoal de relacionar os devotos com os santos, maneira intimista e até mesmo familiar (DA MATTA, 1986).

O catolicismo é expresso através de várias manifestações que sofreram modificações durante a história, em especial no Brasil pós-colonização, que foi de encontro com a teoria sobre hibridismo, na qual os processos socioculturais possuíam estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada e se combinavam para gerar novas estruturas, objetos e práticas, não mais puras, mas híbridas de caráter multifacetado (CANCLINI, 2013).

A citada multiplicidade é responsável por criar inovações nos diferentes campos da vida dos seres que constituem uma comunidade. De um ponto de vista micro, a cultura assume um grau de crescimento gradativo na medida em que o indivíduo passa a compreender suas influências e reexecuções. Então, cada faceta da religião ganha significado excepcional para que a identidade seja envolvida em um véu sagrado transcendente da aplicabilidade do ato de crer e praticar os preceitos referentes a fé.

A religião assume, na vida dos indivíduos, um papel caracterizador, não apenas na construção da identidade, mas também na explicação de uma realidade. Desse modo, o universo cosmológico, ligado a crença, é encarado do ponto de vista religioso, em uma tentativa de transmutar as práticas

tradicionais, fé e memória em um discurso, muitas vezes deixado de lado em nome da praticidade, entretanto, um “lugar deixado em branco ou escondido pela análise que exorbitou a relação de um sujeito individual com seu objeto, é uma instituição do saber” (CERTEAU, 1982, p. 59).

Se o campo da religiosidade é um terreno investigativo fértil, como cada ordem classificatória da religião se desenvolve frente às dificuldades do presente? Assim, iniciamos abordando como o catolicismo foi introduzido no Brasil, para compreender de que maneira sua trajetória culminou na criação de inúmeras festividades religiosas relacionadas ao exercício de seus ensinamentos.

Os elementos de ordem espiritual ou científica buscam, permanentemente, explicar o visível e invisível e são abstratos e complexos; deve-se observar primeiramente como eles são vistos no cotidiano. Para isso, são utilizadas estratégias de observação da realidade social vivenciada, vozes até então silenciadas serão evocadas para contrastar com o discurso oficial, considerando a herança de cada indivíduo, que exerce em caráter parcial a rememoração dos fatos expostos, pois:

Em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada (POLLAK, 1992, p.4).

Devido às flutuações da memória, cada ser ultrapassa as nuances maleáveis do tempo e se materializa em condutas/comportamentos sociais. Assim, será de grande importância na análise dos fatos históricos, bem como na organização de instituições que serão responsáveis por fundamentar visões de mundo, noções de sagrado/profano e certo/errado.

Situações que conduzem diretamente para a forma sobre como é praticado o catolicismo, visto que, em território brasileiro, acontecem choques entre o oficial e o popular desde a colonização. Visando traçar um panorama sobre as festividades ligadas a Igreja Católica no município, iniciamos a discussão a partir da referida instituição no território nacional. Difundida pelos colonizadores, ganhou características particulares devido ao cenário local e às disparidades da realidade a época. Desse modo, a corrente de catolicismo popular será o ponto de reflexão que norteará a discussão sobre religiosidade e devoção entre as décadas de 1950 a 1970 em Palmeira dos Índios.

EXPRESSANDO A RELIGIOSIDADE: procissões e monumento do Cristo do Goiti

O paralelo oficial/popular atua como elemento divisor de águas em momentos de estabelecimento das festividades que sofreram mudanças à medida que as fronteiras territoriais são alteradas, seja pela legislação (aplicação de leis que alteram os limites e distritos do município) ou dia a dia (as pessoas modificam seus hábitos para adaptá-los a sua realidade social).

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município passou por vários estágios de transformação do território, nos quais perdeu alguns de seus distritos, ao longo do tempo, entre os anos de 1950 e 1963 as transformações territoriais foram uma constante.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 5 distritos: Palmeira dos Índios, Cacimbinhas, Caldeirões de Cima, Igaci e Minador do Negrão. Pela lei municipal nº 150, de 04-11-1952, é criado distrito de Canafistula ex-povoado e anexado ao município de Palmeira dos Índios. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 6 distritos: Palmeira dos Índios, Cacimbinhas, Caldeirões de Cima, Canafistula, Igaci e Minador do Negrão. Pela lei estadual nº 2087, de 27-12-1957, desmembra do município de Palmeira dos Índios o distrito de Igaci. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 2108, de 19-09-1958, desmembra do município de Palmeira dos Índios o distrito de

Cacimbinhas. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Palmeira dos Índios, Caldeirões de Cima, Canafistula e Minador do Negrão. Pela lei estadual nº 2470, de 27-08-1962, desmembra do município de Palmeira dos Índios o distrito de Minador do Negrão. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Palmeira dos Índios, Caldeirões de Cima e Canafistula. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014 (IBGE, 2019).

Assim, os anos que demarcaram um período de fortes transformações não apenas territoriais, mas também políticas e culturais constituem base consolidada na conexão entre diversidade e tradição; o município é um verdadeiro refúgio da complexidade presente nas manifestações populares, sejam elas ligadas ao catolicismo, aos indígenas e/ou quilombolas. Até mesmo as expressividades manifestadas com base na junção de princípios de diferentes origens ou religiões e as transformações geográficas contribuíram na maneira de expressar a crença através de festas religiosas, uma vez que a ligação com a Igreja estabeleceu fortes raízes no território, com várias comemorações em destaque, são alguns exemplos:

Cenáculo Mariano, Cenáculo com Maria, Encontro da Ressurreição, Sexta da Paixão e Procissão de Ramos, festas das Paróquias de São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida, São Cristóvão, São Vicente, Nossa Senhora Aparecida e Mãe Rainha, São Vicente, Procissão de Nossa Senhora do Amparo, Natal, Ano Novo, Festa de Padre Cícero, dentre outras¹¹⁸.

Festas de caráter popular que expressam também a individualidade de uma sociedade marcada pela diversidade religiosa; ponto de partida que inclui uma reflexão minuciosa sobre o

¹¹⁸ Site oficial da prefeitura de Palmeira dos Índios/AL.

universo tradicional da religiosidade municipal. Se por um lado existem muitas festas ligadas a Igreja na região, por outro não é a única instituição que exerce influência no comportamento e postura social adotada pelos moradores.

Vale citar que as práticas religiosas surgem da necessidade de construir algo que ligue concepções, ações e interesses em nome da materialização da fé, ou seja, cada festividade relacionada à religião traz em seu interior um elemento fomentador da identidade individual e coletiva na comunidade que a prática (POLLAK, 1989). Uma vez exercida, a identidade é (re)construída e baseada em características do tempo presente.

Conforme Woodward “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (WOODWARD, 2014, p. 10), envolvendo pessoas e símbolos cada prática religiosa move a sociedade, suavemente, modificando os traços místicos, podendo ou não conservar atitudes, até então indiscutíveis. Pois, o entrelaçamento entre o ato de lembrar e associar interesses com costumes aprendidos é um modo de legitimar o papel da crença no cotidiano, e assim, promover um movimento constante da fé em relação às maneiras de expressá-la, individuais ou coletivas; a exemplo disso, citamos a Procissão de Canafistula de Frei Damião¹¹⁹, a qual acontece anualmente no município,

ocorre desde o falecimento do frei em 1997, porém desde de 1936 o frei realizava as pregações das missões atraindo milhares de pessoas vindas de várias cidades vizinhas e do estado de Pernambuco, o Frei realizava os sermões que se baseavam em conselhos religiosos e sobre o cotidiano do sertanejo o que gerava bastante identificação e acolhimento, assim um número elevado de fieis buscavam ao frei como

¹¹⁹ Distrito do município de Palmeira dos Índios, que adquiriu a nomenclatura de Canafistula de Frei Damião devido a importância social da personalidade, “Missionário e pregador nos sertões nordestinos, criando próprios conflitos internos devido a seu caráter mais tradicionais” (SARMENTO JUNIOR, 2019, p.11).

forma de identidade e fé, depois de sua morte ficou a tradição de celebrar a cada segundo domingo do mês de maio e anos mais tarde também no segundo domingo do mês de novembro a missa em homenagem ao Frei (ALVES; AZEVEDO, 2019, p. 03).

Na ocasião, são celebradas representações da religiosidade popular, dentre as quais: procissão, cânticos religiosos e outras atividades de cunho sagrado ligado ao catolicismo, compostas por uma série de elementos simbólicos que enriquecem a festa, além de contribuir na continuidade dessa tradição, a partir da participação de novos sujeitos que ressignificam o ritual associando-o com seu cotidiano.

Expressando a religiosidade e memória através da perpetuação das particularidades apreendidas a partir do catolicismo entrecruzadas com a vivência. Nesse sentido, é importante consideramos que as memórias são fomentadoras da construção da identidade, uma vez que “o presente e passados se interpenetram (BLOCH, 2002, p. 65), de maneira que ao praticar a crença o sujeito evoca parte de um passado ao presente para que possa empregar sua fé.

Vale destacar que, o diálogo entre memória e história contribui para a pesquisa histórica, uma vez que a História é uma construção contínua e conflitante, desse modo, entendemos que as pessoas buscam expressar concepções sobre si e sobre o grupo ao qual pertencem, a partir de memórias, representações e narrativas permeadas por concepções de mundo, emoções e sentimentos, sem os quais nada permanece edificado.

De acordo com os pressupostos de Mendonça, a escrita e a imagem possuem papéis recíprocos que as caracterizam como suportes comunicacionais e meios representacionais; aliados as formas de conhecimento específicas contribuem para fornecer ‘estilos cognitivos’ com modos singulares de compreensão e de interpretação (MENDONÇA, 2000, p. 16). Responsáveis por nortear a

discussão do papel da imagem enquanto instrumento de representação, situação que corrobora para a compreensão de como o evento 'procissão' materializa a crença, bem como a tradição presente na festividade religiosa no município de Palmeira dos Índios.

As imagens a seguir retratam a procissão realizada no ano de 1968, em Canafistula, na qual representações de santos cultuados pela Igreja Católica Romana são levadas em um cortejo até o ambiente onde foi realizada uma missa em homenagem ao Frei Damião, em agradecimento pelas graças alcançadas.

Fotografia 01 - Procissão em Canafistula de Frei Damião em 1968



Fonte: acervo de GPHIAL, 1968. Autor ignorado.

Fotografia 02 - Procissão em Canafistula de Frei Damião em 1968



Fonte: acervo de GPHIAL, 1968. Autor ignorado.

Nas fotografias 01 e 02 podemos perceber dois momentos distintos do cortejo religioso; o primeiro, representando a procissão na qual uma escultura do Coração de Jesus é levada em peregrinação, o segundo, ilustra o processo de romaria da escultura de Nossa Senhora de Nazaré, ambos realizados em momentos distintos do mesmo ritual e em função do agradecimento por graças alcançadas.

Na primeira, o andor é carregado por homens que levam sobre os ombros a escultura em cortejo, rumo ao ponto de encontro “à praça” local onde será realizada a missa; na presença da esculturas retratadas nas imagens 01 e 02, é importante mencionar que a procissão conta com simbologias, por exemplo, na segunda imagem as mulheres levam a escultura em cortejo e portam um elemento (fita vermelha envolta do pescoço associada a vestimenta da cor branca) referente a uma repartição (movimento) da Igreja Católica, o que embasa uma expressividade física não só da religião, mas, também crença.

Levadas pelos indivíduos (fieis) como forma de agradecimento, esforço em nome da crença e sacrifício momentâneo, representando a materialização da fé. Assim como, do profundo respeito pela figura religiosa, no caso, duas personalidades de grande estima no catolicismo. Que segundo Torres faz parte da história do município a vinculação com a religião, toda a “civilização e toda a história palmeirense estão impregnadas de catolicismo, pois o instante em que o primeiro homem branco, um frade, pisou esta terra, trazia como bagagem o catolicismo” (TORRES, 1991, p. 11). Originando então a ligação primaria dos indivíduos de busca no campo da religião características para definir sua forma de pensar e agir.

Assim, a festividade adquiriu a característica originaria do ato de buscar explicação na religião e, conseqüentemente, aporte para demandas cotidianas, dentre as quais se encontram a devoção à “santos” (católicos) como forma de expressar o sagrado e a fé; a “procissão” enquanto ação de abdicar do conforto em nome de vivenciar as dificuldades do percurso até a culminância do evento, momento de agradecimento.

Em resumo, é por meio das práticas de religiosidade que os indivíduos buscam legitimar o processo de construção da identidade e memória. O que só acontece porque a “memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAUI, 2016, p. 16); características fundamentais para entender como a tradição funciona, conduzindo subsídios em um conjunto para representar a cultura, enquanto herança transmitida de geração em geração.

Desse modo, a Procissão realizada em Canafístula de Frei Damião encontra um lugar de destaque, não apenas para o catolicismo, mas também para a religiosidade popular, ao mesclar

elementos de ambas as práticas. Já que as festas expressam a tradição de grupos e representam a cultura popular, conforme o contexto é capaz de

diluir, cristalizar, celebrar, ironizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam. É ainda o modo de se resolver, ao menos no plano simbólico, algumas das contradições de vida social, revelando-se como poderosa mediação entre estruturas econômicas, simbólicas e míticas e outras, aparentemente inconciliáveis (AMARAL, 1998, p. 7-8).

Ao analisar o universo da religião e festividade, percebemos uma interação entre duas instâncias aparentemente distintas, mas que a partir da mediação e subjetividade dos sujeitos são ressignificadas, assumindo aspectos de ambas. Sobre isso, o gráfico a seguir apresenta a intersecção entre tais elementos, representados pelo diálogo entre os rituais componentes da tradição católica e a fé expressa em rituais populares, a exemplo das romarias.

Gráfico 1: Relação entre Religião e Festividade - 2019



Fonte: acervo da autora.

Os eventos realizados com base na doutrina católica envolvem a religiosidade popular e contam com a integração dos elementos mencionados no Gráfico 1, a partir do qual a materialização do invisível (fé) pode ser “percebida” no “visível” (procissão). Ainda, essa transfiguração pode ser percebida nos monumentos (estátuas e imagens sacras) característicos de cortejos populares (fotografias 01 e 02).

A monumentalização da fé pode ser representada a partir da edificação¹²⁰ de um Cristo Redentor no município de Palmeira dos Índios, em 1979, conhecido localmente como Cristo do Goití. Ao longo do tempo, a estátua adquiriu uma caracterização associada a visitas e festividades religiosas católicas, a exemplo da tradição local de caminhar até o topo da serra durante a Semana Santa em procissão (evento ritualístico ligado ao catolicismo). As imagens a seguir ilustram momentos da construção da estátua.

¹²⁰ Torres em um texto não publicado faz um mapeamento da história de Palmeira dos Índios, discorrendo sobre pontos importantes para a formação e personalidades da localidade. Aponta brevemente sobre a construção e reforma da estrada que conduz ao monumento, citando a influência de personalidades políticas na reforma, bem como o cenário político do período (TORRES, 1973).

Fotografia 03 – Construção do Cristo Redentor em 1978/79



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 04 - Construção do Cristo Redentor em 1978/79



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

A partir de análises da documentação consultada, observamos que a construção do monumento foi impulsionada, possível, por motivos religiosos, turísticos e, principalmente, políticos. Segundo Hall, a cultura é mutável, baseada em um sistema representacional circular permeado por signos e símbolos, que pode ser percebido por meio da interpretação, que é, na verdade, “um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados” (HALL, 2016, p. 18). Nesse contexto, o Cristo do Goití representa uma materialização de interesses políticos, devido a sua pose que expressa acolhimento e proteção, aliados a significados religiosos, como justificado na matéria a seguir:

Antes do sol nascer, às 4h, católicos iniciaram a procissão da Via Sacra, que é marcada pela parada em 14 estações que representam para os fiéis os últimos passos de Jesus Cristo até o calvário. Centenas de católicos saíram da Catedral Diocesana no centro da cidade e percorreram as ruas do Centro até o Cristo do Goití. O roteiro é uma tradição no município na data em que, para os fiéis, Jesus Cristo foi crucificado, na chamada Sexta-Feira da Paixão (TODO SEGUNDO, 2015).

Evento realizado anualmente, envolve um público diversificado entre católicos e visitantes, presenciando a concretização da festividade popular enquanto instrumento transformador de gradativa modificação histórica das concepções, condutas e instituições sociais, sejam elas relacionadas ou não com as demandas físicas e espirituais dos indivíduos. Portanto, nasce a necessidade de compreender a aplicabilidade do sagrado e profano para a religião, conseguintemente para os indivíduos inseridos nesse cenário.

Segundo Eliade, sagrado e profano “constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história” (ELIADE, 1992, p. 14-15). Igualmente, esse homem que produz a história, participa e interfere em sua criação, seja qual for sua instância, de minorias ou oficial, alavancando traços de um passado não tão longínquo para fomentar o presente.

Deste modo, a religião funciona como influenciadora no processo de construção do ser, moldando sua concepção da realidade e das interações sociais, a partir de dogmas e restrições por ela impostas. Interligando a maneira de “ver” e “interpretar” os elementos, sejam eles parte de um ritual ou integrante do cotidiano. Iniciando o sujeito a uma situação decisiva na qual deverá empregar seu olhar mediante ao novo, que escapa do padrão. Porque a cultura é dinâmica e fluida, ultrapassando os condicionamentos apreendidos.

Logo, “o modo de ver o mundo, as aparições de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2007, p. 68). Operação essa que movimenta constantemente os limites da aprendizagem ao ponto de choque com as particularidades do ser interferir na reprodução, iniciando “a prática” que sofre flutuações do presente tanto quanto do passado. Afinal o hoje resulta do ontem, envolvido por um longo processo de construção. Em grande parte, constituído por interrupções e permanências em todas as áreas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhamos até aqui como a fé é materializada em eventos religiosos, bem como seu papel fomentador de criação de sentidos e significados contribui para a construção de monumentos com características turísticas, mas, também atendendo a demandas de origem religiosa as quais expressam o sagrado, crenças e cultura.

Além de divulgar a identidade através da perpetuação da memória e prática passada por gerações, a ação de frequentar eventos com a natureza tradicional ligada a religião problematiza a modificação da cultura e costumes, possibilitando uma reflexão sobre como o município passou por modificações ao longo de sua história. Edificando gradativo grau de rememoração individual e coletiva para com a localidade, os festejos religiosos são uma extensão da preservação cultural.

O que possibilita uma continuidade na dinamicidade das representações sociais, através de estratégias simples, entretanto, eficazes para a permanência da fé enquanto instância norteadora, frente a desafios do presente utilizando as noções de presente/passado, sagrado e profano como

instrumentos capazes de romper o silêncio que virá a resultar em um imaginário popular contraditório, garantindo assim um cuidado especial para com todos os assuntos referentes a expressividade materializada da crença.

Por fim, esse estudo objetivou provocar inquietação sobre a representação da religiosidade e expressividade da devoção, utilizando os festejos religiosos e monumento o Cristo Redentor como elementos de interligação entre fé, crença e aplicação cotidiana, já que as atividades realizadas nos eventos de caráter místico envolvem questões sagradas e mobilidade na postura do interlocutor que crê no sobrenatural, profere a oração ou agradecimento buscando-se conectar com sua fé.

Mais do que necessário é essencial refletir sobre religião e história, independente de qual sejam os fundamentos religiosos, práticas tradicionais ou se é um local/nação, somente através de uma profunda ponderação é possível compreender a cultura, memória e identidade de um povo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jéssika Silva; AZEVEDO, Denio Santos. **A Cultura Popular na Festa Religiosa de Canafístula em Palmeira dos Índios AL: tradição e religiosidade.** Anais: XV ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Salvador: agosto, 2019. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult/> Acesso em: novembro de 2019.
- AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira: significados de festejar, no país que “não é sério”.** (Tese de doutorado) Antropologia. Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102004-134208/publico/tesecapa1.pdf>. Acesso em: novembro de 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lília Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 3 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. 6 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DAMATTA, Roberto. Uma religião democrática. In: Explorações: **ensaios de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 139-147

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IBGE, Palmeira dos Índios – AL. In: **Biblioteca dos municípios brasileiros**, Rio de Janeiro: IBGE, 1959. V. 19 P.110-114. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/alagoas/palmeiradosindios.pdf> Acesso: outubro de 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MARIA NETA, Francisca; BEZERRA, Deisiane da Silva. **Patrimônio Cultura e Territorialidade no Agreste Alagoano**: a comunidade remanescente Quilombola Tabacaria. Anais - Congresso de história, 2014. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(95\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(95).pdf) Acesso em: 10 de novembro de 2019.

MENDONÇA, João Martinho de. **Os movimentos da imagem da etnografia à reflexão antropológica**: experimentos a partir do acervo fotográfico do professor Roberto Cardoso de Oliveira. Campinas: UNICAMP, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SARMENTO JÚNIOR, Paulo Cezar. **'Santo' Espúrio – Frei Damião De Bozzano**: histórias e memórias no Sertão Paraibano. (Monografia) Curso de História - Universidade Federal De Campina Grande. CAJAZEIRAS: Paraíba, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/6679/1/PAULO%20CEZAR%20SARMENTO%20JUNIOR.%20TCC%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HISTÓRIA.2019.pdf> Acesso em: novembro de 2019.

SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xukuru-Kariri e as elites**: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios – AL (1979-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TRIBUNA DO SERTÃO. **Frei Damião de Bozzano**: o santo patriarca do Sertão. Ano I n° 03, 24/fev a 02/mar, 1997. pág. 12 e 13. Palmeira dos Índios: Alagoas.

TODO SEGUNDO, **Sexta-feira Santa começa com procissão em Palmeira dos Índios**. Municípios, Postada em 03/04/2015 09:52 | Atualizada em 04/04/2015 10:49. Disponível em: <https://todosegundo.com.br/editoria/municipios/sexta-feira-santa-comeca-com-procissao-em-palmeira-dos-%C3%8Dndios/1/3680> Acesso: 17 de outubro de 2019.

TORRES, Luiz Barros. **O catolicismo e sua influência em Palmeira dos Índios**. Manuscrito não publicado, 1991.

_____. **A história de Palmeira dos Índios**. Manuscrito s/d.

XUKURU-KARIRI: migrações e viagens para trabalho, pesquisas no acervo do GPHIAL¹²¹

Adauto Santos da Rocha¹²²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É possível discutir os deslocamentos dos indígenas em Alagoas para trabalhos sazonais a partir de fontes documentais escritas? No acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL, constam boletins, relatórios, cartas, fotografias, planos de trabalhos, biografias, manuscritos, jornais (com artigos inéditos do escritor Graciliano Ramos), mapas, cartas de alforria, entrevistas gravadas em vídeo, escrituras fundiárias, etc. Um importante acervo que possibilita pensarmos as experiências migratórias vivenciadas pelos Xukuru-Kariri entre os séculos XIX e XX para trabalhos no Semiárido e na Zona da Mata em Alagoas.

O acervo documental/bibliográfico do GPHIAL foi doado por parentes do escritor Luiz B. Torres ao professor José Adelson Lopes Peixoto em 2006 e transferido em 2007 para o Centro Educacional

¹²¹ As reflexões apresentadas nesse texto são parte das pesquisas realizadas no acervo do GPHIAL entre novembro de 2018 e outubro de 2019, para elaboração da Dissertação de Mestrado no PPGH/UFCG, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Silva.

¹²² Mestrando em História no PPGH/UFCG como bolsista da CAPES. Licenciado em História pela UNEAL/Palmeira dos Índios. Foi voluntário no PIBIC no projeto intitulado *Palmeira dos Índios em fontes documentais primárias e secundárias: patrimônio e memórias*, realizado no acervo do GPHIAL entre 2015 e 2016, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Membro do GPHIAL. E-mail: adauto-rocha49@gmail.com

Cristo Redentor em Palmeira dos Índios/AL. Em 2010 foi levado para o Campus III da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, também em Palmeira dos Índios.

A partir de 2015 foram criados projetos para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Pesquisa (PIBIC), financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), para digitalização e conservação documental com o propósito de facilitar o acesso de alunos e pesquisadores ao citado material. Ao longo dos anos, em ação conjunta com integrantes do GPHIAL e voluntários no trato documental, o acervo dispõe de 16.000 arquivos digitalizados.

Pesquisas arquivistas no citado acervo resultaram em vários Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em História na UNEAL e na produção de Dissertações de Mestrado em História e Antropologia em outras instituições do Nordeste, como a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e Universidade de Pernambuco – UPE.

As contribuições acadêmicas possibilitaram uma nova escrita da história local e a nível de Alagoas, onde os indígenas; trabalhadores rurais; afrodescendentes; mulheres e outros atores sociais invisibilizados pela historiografia tradicional foram evidenciados como protagonistas nas mobilizações em busca de direitos e do reconhecimento pelo Estado brasileiro.

Iniciamos as pesquisas no acervo do GPHIAL em novembro de 2018, na ocasião, nosso interesse foi pela documentação referente aos povos indígenas em Alagoas, especificamente no século XX, entretanto, por ser esparsa temporalmente e não estar totalmente disponível, consideramos ser importante estudar os deslocamentos indígenas para trabalhos em busca de melhores condições de vida.

Após meses de visitas e pesquisas, soubemos que o acervo recebera uma doação documental do Laboratório de Antropologia Visual em Alagoas – AVAL, sediado na Universidade Federal de Alagoas, no Campus I, em Maceió. A documentação doada pelo AVAL encontra-se digitalizada, dividida em seis caixas: duas sobre o povo indígena Wassú-Cocal (Joaquim Gomes/AL); uma sobre os Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio/AL); uma sobre os Tingui-Botó (Feira Grande/AL) e duas sobre o povo Xukuru-Kariri (Palmeira dos Índios/AL), totalizando mais de 4.000 documentos. O material constando nas duas caixas sobre o povo Xukuru-Kariri possibilitou aprofundarmos as pesquisas sobre as relações de trabalho indígena no Semiárido em Alagoas.

Portanto, nosso artigo discutirá os deslocamentos dos indígenas Xukuru-Kariri a partir dos documentos do acervo do GPHIAL, na busca por trabalhos e melhores condições de vida. O recorte temporal definido para a pesquisa foi entre 1872 com a *extinção dos aldeamentos*¹²³ em Alagoas e consequentemente os deslocamentos compulsórios de índios para trabalhos sazonais e em obras públicas em Alagoas, forçados pelas invasões de fazendeiros aos territórios indígenas e estada nas periferias em Palmeira dos Índios.

Outro importante marco temporal para a pesquisa foi a aquisição da Aldeia Fazenda Canto em 1952 e o assentamento de 13 famílias Xukuru-Kariri. Entretanto, nossa pretensão não foi resolver uma lacuna historiográfica indígena em Alagoas de quase um século, mas, discutir dois importantes momentos históricos para as mobilizações Xukuru-Kariri em referência às posteriores retomadas e exigências dos indígenas para a efetivação da demarcação territorial pelo Estado.

¹²³ Ver Silva Júnior (2013).

Além do acervo do GPHIAL pesquisamos no acervo do Museu do Índio (Rio de Janeiro/RJ), que dispõe de relatórios, memorandos, petições, processos judiciais, dados demográficos, boletins, telegramas e outras correspondências oficiais do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, no Nordeste. Analisamos a documentação referente a 4ª Inspeção Regional do SPI (IR-4), sediada no Recife, relativa especificamente ao Posto Indígena Irineu dos Santos, instalado na Aldeia Fazenda Canto, território Xukuru-Kariri. As relações trabalhistas e fundiárias no Posto Irineu dos Santos, impulsionaram deslocamentos indígenas para atividades sazonais, mobilizações por demarcação territorial e cumprimento de outros direitos fundamentais como saúde e educação diferenciadas.

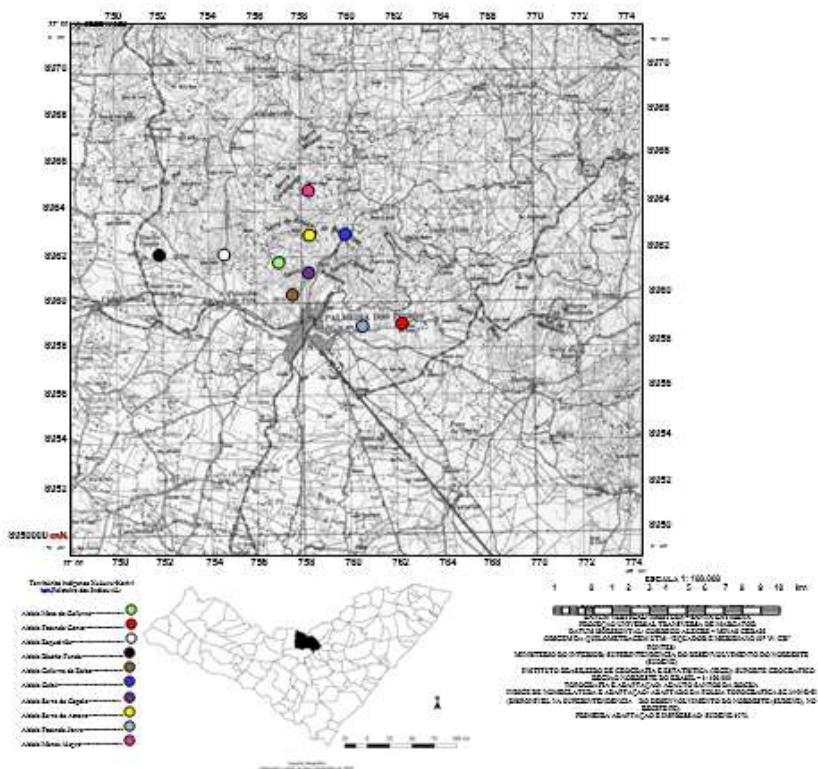
As migrações de indígenas Xukuru-Kariri para trabalhos sazonais foram expressadas “como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da experiência coletiva histórica” (HALBWACHS, 2003, p. 13). As lembranças sobre as “experiências coletivas”, foram expressadas para referirem-se aos deslocamentos como alternativas de trabalhos na agricultura dos territórios indígenas e em atividades na Zona da Mata alagoana, arregimentadas por parentes e empreiteiros nos locais de destinos através de redes migratórias que viabilizavam a exploração da mão de obra indígena com descumprimentos de direitos trabalhistas, pela facilidade em “recrutar” trabalhadores para onerosas, desoladoras e mal remuneradas jornadas de trabalhos no Semiárido e na Zona da Mata alagoana (SILVA, 2014).

Em Palmeira dos Índios o povo Xukuru-Kariri habita em bairros periféricos como: Cafurna, Alto do Cruzeiro e Xucurús; e em 10 aldeias, conhecidas como “ilhas de resistência”¹²⁴ nos arredores da

¹²⁴ Sobre a área territorial Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios um jornal publicou: “Após séculos enfrentando diversas formas de esbulho, o povo Xukuru Kariri vive hoje em [...], ‘ilhas’ de resistência dentro do seu próprio território”. “Em busca do bem viver”. In: **Jornal Porantim**, Brasília, setembro 2013, p. 8. Disponível no acervo do CIMI, em Maceió.

referida cidade: Fazenda Canto, Coité, Capela, Fazenda Jarra, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Riacho Fundo, Amaro, Boqueirão e Monte Alegre¹²⁵. A distribuição espacial dos Xukuru-Kariri no município de Palmeira dos Índios é observada no mapa a seguir:

Mapa 01 – territórios indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios /AL



¹²⁵ O grupo Xukuru-Palmeira, habitando na Aldeia Monte Alegre, está em processo de reconhecimento por parte dos pares e da FUNAI. Ver Peixoto (2013).

A “EXTINÇÃO” DOS ALDEAMENTOS EM ALAGOAS

Historicamente as invasões nas terras indígenas no Nordeste foram realizadas por posseiros¹²⁶, senhores de engenho e fazendeiros interessados no aumento de propriedades para a criação de gado¹²⁷, instalação de fábricas e plantações de frutas nos territórios indígenas¹²⁸. Entre os indígenas Xukuru-Kariri as perseguições e esbulhos territoriais¹²⁹ remetem à época de fundação do antigo “Aldeamento da Palmeira dos Índios” em meados do século XVII (ANTUNES, 1973).

Em 1862 o então Diretor da “Missão da Palmeira dos Índios”, Alexandre Gomes de Oliveira, enviou um relatório para Tertuliano de Almeida Lins, Presidente da Província das Alagoas, informando sobre a “índole, costumes e inclinações dos índios Xukuru-Kariri”, fruto de observações e análises dos quatro anos em que esteve na chefia da Diretoria. O documento tratou dos desvios de conduta supostamente praticados por índios Xukuru-Kariri, ao amedrontarem invasores nos territórios indígenas, pois segundo o documento, “os índios são naturalmente preguiçosos e vadios, não tem outro modo de vida, mui raro são os que plantam”¹³⁰.

¹²⁶ A definição de *posseiros* a partir dos relatos de índios Xukuru-Kariri significa detentores de glebas territoriais transferidas compulsoriamente para fazendeiros locais por meio de vendas ilegais.

¹²⁷ “São todos terrenos de melhor qualidade, e por isso se prestão a toda especie de cultura, sendo os de Palmeira e do Colegio de mais pretadios em parte para criação de gados”. Fala dirigida à Assembléia Legislativa das Alagoas, pelo Presidente da Província Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió. Typographia do Diario do Commercio, 1862. In: (ANTUNES, 1984, p. 27).

¹²⁸ Ver Silva (2014, p. 211-212).

¹²⁹ Ver Torres (1973, p. 12).

¹³⁰ Informações de Alexandre Gomes de Oliveira, diretor da missão da Palmeira dos Índios ao Presidente da Província das Alagoas, Tertuliano de Almeida Lins. 26/11/1826. Disponível no acervo do GPFIAL.

Ao citar o uso ritualístico da Jurema e da Catingueira pelos indígenas, Alexandre Gomes justificou a ingestão das bebidas alucinógenas como “vinhos nocivos que embriagam e ocasionam morrerem a cada passo éticos e, por isso, longe de aumentar vai em diminuição a aldeia”¹³¹. Para fundamentar as discussões acerca da mortandade indígena pelo excessivo consumo dos vinhos sagrados, o Diretor da missão mencionou o pároco local como testemunha do “desprezo Xukuru-Kariri à Santa Religião” Católica.

O relatório expressou a posição do Diretor da “Missão da Palmeira dos Índios” em classificar índios Xukuru-Kariri como indolentes, moleirões e fugitivos de outras aldeias, a exemplo de Atalaia, Colégio, Uruba e Panema, em fluxos migratórios que segundo Alexandre Gomes, foram motivados pela impunidade encontrada na referida missão indígena.

Após rotulações impostas aos índios Xukuru-Kariri o Diretor da Missão pediu ao Presidente da Província das Alagoas a extinção do aldeamento em Palmeira dos Índios, pela indolência indígena e secas periódicas que assolavam a região, que provocavam migrações a procura por trabalhos ¹³² fora da missão¹³³. No acervo do GPHIAL constam fotografias com situações das frequentes secas em Palmeira dos Índios, usadas para justificar os compulsórios deslocamentos dos Xukuru-Kariri:

Não encontramos informações sobre a transferência do aldeamento para a área litorânea, todavia, os Xukuru-Kariri atuaram com mão de obra em construções e reformas de espaços públicos, abertura de valas e canais e em serviços marítimos na capital alagoana, conforme observado nas

¹³¹ Op. Cit

¹³² Fala dirigida á Assembleia Legislativa das Alagoas pelo Presidente da Provincia Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió. Typografia do Diario do Commercio, 1862” In: Antunes (1984, p. 32-33).

¹³³ Sobre as secas em Palmeira dos Índios, ver Antunes (1973, p. 48).

pesquisas realizadas (SILVA JÚNIOR, 2015). No acervo do GPHIAL contam fotografias com situações das frequentes secas em Palmeira dos Índios, usadas, dentre outros fatores, para justificar os compulsórios deslocamentos dos Xukuru-Kariri para trabalho:

Fotografia 01 – A seca em Palmeira dos Índios (s.d.).



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 02 – A seca em Palmeira dos Índios (s.d.).



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado

A solução apontada por Alexandre Oliveira para o fim do “tormento” provocado pelas secas frequentes e dos conflitos entre fazendeiros invasores dos territórios indígenas e os Xukuru-Kariri, foi à transferência do aldeamento para a Zona da Mata em Alagoas na direção das praias de Maceió, Francês, Barra de São Miguel, Coruripe e Piaçabuçu. Prevendo o emprego da mão de obra indígena em serviços públicos e atividades marítimas:

Sendo pois evidente que os índios só se sustentam da caça e do roubo que fazem no gado e lavouras alheias, claro está que lhes faltando estes recursos ou hão de perecer de fome ou irão buscar o sustento onde o há mais fácil e seguro, o que não se dá nos centros em razão

das secas, o que se comprova com a desgraça por que ainda há pouco passamos. Isto posto, acho que os lugares mais próprios para os aldeamentos dos índios são as praias, e nesta província as de Maceió, Francês, Barra de São Miguel, Coruripe, Piassabuçu, primeiro porque a pesca e o marisco oferecem para o passadio recursos mais prontos e certos do que a caça, que é precária e sujeita a seca, segundo porque são mais fáceis para serem empregados no serviço público, máxime na Marinha, o que não se dá nos centros urbanos donde com muito trabalho e dispêndio se arranca um índio para tal fim.[...] Quando, enfim, para aliviar os sertões do roubo e estragos enormes que os índios fazem nos gados e lavouras, de maneira que esta freguesia chegará de futuro a uma abundância tal que não será fácil exaurir de todo, apesar das secas.¹³⁴

As justificativas apresentadas pelo Diretor para a extinção do aldeamento em Palmeira dos Índios ocorreram, como observamos na documentação consultada, por pressões políticas dos fazendeiros invasores nos territórios indígenas interessados na expansão da pecuária no Semiárido alagoano. Portanto, descaracterizando os Xukuru-Kariri como trabalhadores e os definindo como ladrões de gado a fim de conquistarem a opinião popular e política favorável ao esbulho territorial indígena.

Embora a “Missão da Palmeira dos Índios” não tenha sido extinta em 1826, os Xukuru-Kariri, assim como outros povos indígenas atuaram em serviços e obras públicas na Província das Alagoas pela falta de terras para plantio:

Empregados como mão-de-obra nos serviços públicos em Maceió, a exemplo dos mais de cinqüenta xukurus-kariris que em 1836 trabalhando na construção de um canal ligando Ponta Grossa a Lagoa do Mundaú, tinham descontado em seus pagamentos a porção farinha e carne seca diária que recebiam. Talvez a dureza e as condições do trabalho, justificava a

¹³⁴ Informações de Alexandre Gomes de Oliveira, diretor da missão da Palmeira dos Índios ao Presidente da Província das Alagoas, Tertuliano de Almeida Lins. 26/11/1826. Disponível no acervo do GPPIAL.

distribuição “no fim do dia uma garrafa de aguardente para cada dez homens”, como regulamentava a autoridade provincial (SILVA, 2008b, p. 06).

A construção de canais, os aterros em áreas alagadas, os melhoramentos e aberturas de novas estradas tendo indígenas como força de trabalho barata e disponível não se restringiu a Província de Alagoas. Para o Governo Imperial as obras facilitariam o escoamento de produções agrícolas dos interiores para as capitais provinciais, formações de redes viárias pelas províncias de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul¹³⁵. Além da facilidade para deslocar produtos nas províncias, Dom Pedro II desejava facilitar a comunicação com instâncias federais através de acordos estabelecidos com fazendeiros que cediam partes das propriedades em troca de apoio político.

Ampliar a rede viária, além de necessariamente conservar a já existente, e investir em melhoramentos na produção, era portanto ampliar a rede tributária e, paralelamente, ainda incrementar a rede de apoio político. Para além do desejo direto e imediato de incrementar a agricultura de exportação da província, com todos os seus benefícios econômicos, tributários e políticos, outro fator também concorria para explicar a aplicação concentrada de recursos nessa área: o Império dependia em grande parte de sua capacidade de promover a integração entre as diversas regiões e estender às mais distantes a sua autoridade (DOLHNIKOFF, 2005, p. 177).

Na Província do Ceará a mão de obra indígena foi usada pela insuficiência de escravizados negros desde a década de 1830. Mal remunerados, os indígenas trabalharam na abertura e manutenção de estradas, canais, açudes e limpeza de cidades e vilas cearenses, como sendo “trabalhadores baratos”:

¹³⁵ Ver Dolhnikoff (2005, p. 171-178).

Durante e até depois do Diretório setecentista, os índios trabalharam diretamente para as autoridades cearenses, abrindo e cuidando das estradas locais, melhorando o estado dos açudes, até limpando espaços públicos nas cidades e povoações cearenses. Presente desde o período colonial, a visão do indígena como trabalhador barato, facilmente disponível, iria continuar como um vetor de classificação étnica diante da população cearense de modo geral (VALLE, 2009, p. 113).

Da mesma forma que os indígenas no Ceará, os Xukuru-Kariri foram classificados como “trabalhadores baratos” em fazendas circunvizinhas aos territórios indígenas e em atividades subalternas na zona urbana em Palmeira dos Índios. Ao discutir o processo histórico que resultou nas extinções dos aldeamentos no Nordeste na segunda metade do século XIX, o pesquisador Silva Júnior alertou para a existência do trabalho compulsório indígena em obras públicas através da exclusão imposta por autoridades provinciais aos povos indígenas,

O trabalho dos indígenas em obras públicas caracteriza-se como compulsório, pois compele-os a uma relação de trabalho na qual a parte contratada desconhece ou não está de acordo com os termos do contrato, mas, ainda assim, é levada à sua realização. Esta relação de trabalho resultou em constantes deserções durante a execução da obra públicas, o que pode indicar o não cumprimento dos acordos estabelecidos ainda nos aldeamentos (SILVA JÚNIOR, 2015, p. 217).

Na busca por melhores condições de vida e diante do trabalho compulsório em obras públicas, diversos indígenas migraram para aldeias no interior da Província de Alagoas ou para a Província de Pernambuco. Deslocamentos registrados pelo Bacharel Manoel Lourenço da Silveira, “commisionado do exame e estudo sobre os índios”, e informados a Antonio Alves de Souza Carvalho, então Presidente da Província de Alagoas:

Que notícia há dos índios que abandonaram as aldeias? Como já ficou dito, alguns as tem abandonado por circunstancias diversas e de pouca importância para estabelecerem residências fora dos aldeamentos, mas dentro da província, alguns para viverem á sombra de proprietários que os alimentem, ou com favores, ou com emprego no serviço do campo; sendo certo que nisto não conservão perseverança; outros até tem sahido para a província de Pernambuco em demanda de trabalho á salário nas estradas de ferro.¹³⁶

Fluxos migratórios de índios pela Província das Alagoas decorreram das invasões das terras habitadas pelos índios por senhores de engenho e criadores de gado nas aldeias de Jacuípe, Cocal, Urucú, Limoeiro, Atalaia, Palmeira dos Índios e Collegio. O pedido de demarcação das terras indígenas fora realizado por José Roiz Leite Pitanga, Diretor Geral dos Índios, a José Antonio Saraiva, Presidente da Província das Alagoas em 1874. A insuficiência territorial consta no documento como fator primordial na força de trabalho indígena empregada em indústrias com péssimas remunerações¹³⁷. Sobre o pedido de demarcação das terras José Roiz Pitanga escreveu:

Outro meio de melhorar as circunstancias dos Indios é demarcar-se as suas terras que se achão usurpadas por intrusos moradores e proprietarios de Engenhos sem quererem pagar o respectivo arrendamento, como principalmente nas aldeias de Atalaia e Urucú onde o produto do foro, ou arrendamento das terras ocupadas por esses falsos donos daria meios de viverem os Indios com mais decencia em suas casas e vestuarios.¹³⁸

¹³⁶ “Fala dirigida à Assembleia Legislativa das Alagoas pelo Presidente da Provincia Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió. Typographia, 1862” In: Antunes (1984, p. 32-33).

¹³⁷ Relatório enviado por José Rodrigues Leite Pitanga ao presidente da Província em 1854. (APA. Secção de documentos. M.38 E.11. Directoria Geral dos Indios. 1864-1875). In: Antunes (1984, p. 50-52).

¹³⁸ Op. Cit

As invasões nos territórios indígenas foram legitimadas pela Lei de Terras de 1850 em diversas províncias no Brasil¹³⁹. Ao discutir os direitos territoriais de índios Tupiniquim habitantes no município de Aracruz (Espírito Santo), a pesquisadora Vânia Losada Moreira evidenciou a formação de grandes propriedades rurais nas mãos de posseiros após a promulgação da referida Lei de Terras, provocando morosidade nos processos de demarcação e desintrusão territorial indígena:

Com a promulgação da Lei de Terras (Lei n. 601, de 18/9/1850), a continuidade de formação de novas posses foi expressamente proibida. A partir de então, todos os interessados em novas terras deveriam adquiri-las de forma legal, ou seja, por via da compra. Mas a nova lei e suas regulamentações de 1854 igualmente abriram caminho para a legitimação de antigas posses e sesmarias, isto é, anteriores a 1850. A legalização territorial foi importante sobretudo para os posseiros de maior porte que transitaram dessa condição para o patamar de uma classe social cujo traço distintivo passou a ser a grande propriedade rural. Para eles, a nova legislação significou obter o reconhecimento jurídico de um *status* social anteriormente adquirido (MOREIRA, 2002, p.158).

A legalização das invasões dos territórios indígenas por meio da Lei de Terras de 1850 provocou a subversão de posseiros, pois, “prevaleceu a ideia de que as ‘terras de índios’, isto é, sesmarias e terras de aldeias que não estivessem efetivamente ocupadas deveriam ser consideradas devolutas, retornando ao domínio público” (MOREIRA, 2002, p. 163). A possibilidade de legitimar territórios indígenas acirrou a expulsão dos índios:

¹³⁹ Embora a Lei de Terras tenha sido publicada em 1850, cada província tinha autonomia para efetivá-la de acordo com circunstâncias e interesses que deveriam partir de latifundiários interessados nos territórios indígenas, valendo-se da participação política nas Câmaras Municipais e arranjos com os poderes públicos provinciais. Os aldeamentos foram extintos em Pernambuco em 1860 (SILVA, 1995) e em Alagoas em 1872 (ANTUNES, 1984).

A nova conjuntura criada pela Lei de Terras, seu regulamento e leis complementares foram particularmente nocivos ao patrimônio territorial indígena, não apenas porque as decisões oficiais foram arbitrárias e contrárias aos interesses indígenas, mas também porque a nova legislação foi incapaz de coibir as invasões criminosas que continuaram a ocorrer ao arripio da nova legislação. A continuidade de formação de posses após a promulgação da Lei de Terras era indiscutivelmente um ato criminoso, pois só a compra de terras poderia justificar novas propriedades. Mas quando as posses criminosas eram realizadas em terras indígenas, em vez de serem anuladas, serviam antes de motivo para a expropriação dos índios, que passavam a estar “confundidos com a massa da população civilizada” (MOREIRA, 2002, p. 165).

Em 1872, Silvino Elvídeo Carneiro da Cunha, Barão de Abiaí, decretou a extinção dos aldeamentos na Província das Alagoas¹⁴⁰, tendo como amparo legal as prerrogativas instituídas pela Lei de Terras de 1850, marcando a apropriação dos territórios indígenas pelas Câmaras Municipais¹⁴¹ e fazendeiros,¹⁴² a partir da Portaria publicada no Palácio do Governo das Alagoas:

¹⁴⁰ Ao discutir impasses e lacunas com a extinção do Diretório Pombalino na manutenção da estrutura administrativa dos aldeamentos um pesquisador escreveu: “a elaboração das leis acontecia em um campo de disputa política em que estavam em jogo os interesses de grupos com representação na estrutura do poder, seja imperial ou provincial” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 86). Neste caso, a legislação referente à extinção dos aldeamentos em Alagoas atendeu aos interesses dos fazendeiros e políticos invasores nas terras indígenas.

¹⁴¹ “Os foros dos terrenos das extintas aldeias de índios que não forem remidos nos termos do art. 1º, §1º, da Lei n. 2672 de 20 de outubro de 1875, passarão a pertencer aos municípios onde existem taes terrenos; correndo por conta dos mesmos as despesas da respectiva medição, demarcação e avaliação”. Lei 3.338 de 20/10/1887 sobre a Receita Geral do Império. Disponível no acervo do GPHIAL.

¹⁴² “Segundo [...] o Aviso de 17 de junho de 1872 do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o aldeamento era declarado extinto, por força de ato do Governo de Alagoas datado de 3 de julho daquele ano. Essa declaração de extinção, interpretada articuladamente com a Lei de Terras de 1854, de forma errônea, fez com que as terras dos **Xukuru-Kariri** fossem repassadas ao domínio do Estado de Alagoas e posteriormente ao Município de Palmeira dos Índios e aos particulares, consolidando assim a invasão da área”. “A terra indígena Xukuru-Kariri”. In: **Jornal Porantim**, Brasília novembro de 1994, p. 6. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=5662> Acesso em 28/04/2019.

O presidente da província, autorizado pelo aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datado de 17 de junho último, sob o n° 3, declara extintos todos os aldeamentos de índios existentes nesta mesma província, ficando incorporadas as terras de domínio publico as sesmarias pertencentes aos referidos aldeamentos, na conformidade do aviso citado, e determina que neste sentido se expeção as necessarias comunicações às autoridades competentes, a fim de se tornar efectiva semelhante providência (Palacio do Governo das Alagoas, Maceió, 03 de julho de 1872. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha).¹⁴³

A partir da extinção dos aldeamentos em Alagoas ocorreu

Uma alteração na forma como se apresenta a relação índio e Estado. Era oportuno para o Estado, naquele momento, o entendimento de que não havia mais índios a assistir, por isso iniciou-se um silêncio oficial. A extinção dos aldeamentos representa uma tentativa de acelerar o processo de integração dos índios, mas principalmente de seus territórios, à sociedade nacional (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 34-35).

A extinção dos aldeamentos em Alagoas e a desestruturação fundiária indígena provocaram a dispersão dos Xukuru-Kariri pela zona urbana em Palmeira dos Índios e para cidades adjacentes em busca de trabalhos e moradias¹⁴⁴. A efetivação da Lei de Terras de 1850 provocou um período notadamente caótico para os povos indígenas em Alagoas, marcado pelo silenciamento oficial e intensas perseguições, contribuindo para “invisibilidade étnica” como refúgio para os índios:

Diante desse cenário, os índios elaboraram diversas estratégias de sobrevivência, dentre elas a de invisibilidade: a perspectiva da invisibilidade correspondia a não deixar evidenciar a

¹⁴³ Declaração de extinção dos Aldeamentos na Província das Alagoas. Portarias. 1872. Livro 280, estante 20 do Arquivo Público de Alagoas. Disponível no acervo do GPHIAL.

¹⁴⁴ Em outro estudo discutimos as viagens da família Ricardo à Aldeia Fazenda Canto, com deslocamentos em busca de moradia e sobrevivência a partir da extinção dos aldeamentos em Alagoas e no processo de formação da Aldeia Fazenda Canto em 1952. Ver Rocha (2017, p. 29, 44).

pertença a um grupo étnico, para não sofrer, ou minimizar, perseguições em nível local. Ela foi uma retração aparente dos índios, ou seja, um recuo estratégico ao enfrentamento aberto com a sociedade envolvente. Esta invisibilidade pode ser interpretada como sendo aparente circunstancial e momentânea, pois a elaboração e utilização desta estratégia consideravam, além das diferentes formas de relacionamento dos índios com a sociedade envolvente, os distintos momentos desta relação (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 36).

A solução encontrada por muitos índios Xukuru-Kariri foi trabalhar para fazendeiros, migrar para regiões próximas a Palmeira dos Índios ou perambular nas periferias da cidade, esbulhados dos territórios, exercendo trabalhos temporários¹⁴⁵, em trajetórias marcadas pela invisibilidade, como ocorreu em outros lugares no Nordeste.

No Nordeste, sobretudo após a Lei de Terras de 1850 que determinou os registros cartoriais das propriedades, definiu as terras devolutas oficiais que poderiam ser vendidas em leilões públicos, os senhores de engenho no litoral, os fazendeiros no interior, os tradicionais invasores das terras dos antigos aldeamentos indígenas bem como as autoridades defensoras que possuíam interesses comuns, sistematicamente afirmaram que os índios estavam “confundidos com a massa da população” e por esse motivo não existiam razões para continuidade dos aldeamentos. Com a determinação oficial para extinção dos aldeamentos e no ato de medir, demarcar e lotear com destinação de pequenas glebas de terras para umas poucas famílias, os arrendatários e invasores tiveram suas posses legitimadas. Muitos indígenas migraram para as periferias urbanas, dispersaram-se pelas regiões vizinhas aos aldeamentos, outros passaram a trabalhar “de alugado” em suas próprias terras agora nas mãos de fazendeiros, e umas poucas famílias permaneceram nos “sítios”, pressionadas ao longo do tempo por fazendeiros. Assim, a partir das últimas décadas do Século XIX, ocorreu um silêncio oficial sobre os índios no Nordeste (SILVA, 2011, p. 314-315).

¹⁴⁵ Ver Silva Júnior (2013, p. 55; 90).

As migrações de indígenas para áreas urbanas foram vivenciadas por outros povos, a exemplo dos Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção, interior de Pernambuco. Deslocamentos motivados pelas invasões de fazendeiros¹⁴⁶ que expandiram a agropecuária, a produção de tomates e outras frutas destinadas a produção de doces e conservas por fábricas em Pesqueira.

Agravando a situação social dos índios na cidade em períodos de fome e mendicância compartilhados com moradores pobres nas periferias de Pesqueira, como o “Bairro Xucurus”, fornecedor de mão de obra para a agroindústria instalada naquela cidade (SILVA, 2014, p. 208-210). Sobre os deslocamentos de índios Xukuru para a zona urbana em Pesqueira um pesquisador afirmou:

As difíceis condições de vida na Serra do Ororubá não eram diferentes para a população pobre na cidade. Possivelmente, o fato de muitos índios moradores na Serra, migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros, tornara a situação social muito grave na cidade (SILVA, 2014, p. 201).

Embora os aldeamentos em Alagoas tenham sido declarados extintos em 1872 não havia, efetivamente, constatação da ausência de índios na Província¹⁴⁷. Portanto, era interesse do Estado negar a presença indígena para expulsá-los dos territórios, obrigando-os a habitarem nas periferias das cidades ou a realizarem trabalhos nas fazendas instaladas em terras indígenas esbulhadas pelos políticos locais.

¹⁴⁶ As invasões aos territórios indígenas também ocorreram com o povo Tapeba habitantes no município de Caucaia, litoral do Ceará, na Região Metropolitana de Fortaleza: “Os fazendeiros e posseiros foram se apropriando de todas as terras, por compras ou simples invasão. Os índios foram sendo expulsos ou incorporados à lógica das relações de dominação rural, passando a ser moradores e a trabalharem nas terras “alheias” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 98).

¹⁴⁷ “Antes mesmo de os indígenas desaparecerem, seus aldeamentos são declarados extintos” (ANTUNES, 1984, p. 79).

Para resistir à inviabilidade os indígenas criaram estratégias para o reconhecimento oficial, buscando a instalação de Postos Indígenas do SPI. Em Palmeira dos Índios o Posto Indígena Irineu dos Santos foi instalado em 1952, mas, os deslocamentos indígenas para trabalhos não deixaram de ocorrer. Mesmo aldeados os índios aldeados continuaram migrando, sendo necessário refletir como e para onde migravam e quais os impactos sociais das migrações.

A COMPRA DA FAZENDA CANTO E O RECONHECIMENTO OFICIAL DO ESTADO: conflitos, impasses e deslocamentos sazonais

Embora considerados extintos a partir da segunda metade do século XIX os povos indígenas no Nordeste continuaram as mobilizações políticas para reconhecimento pelo Estado e para instalação de postos indígenas (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 1999). A atuação do SPI no Semiárido em Alagoas ocorreu a partir das mobilizações indígenas lideradas pelo ex Cacique Alfredo Celestino, com o apoio do Padre Alfredo Dâmaso e a ajuda financeira dos indígenas no Paraná, que possibilitou à compra de 346 hectares de uma propriedade do político Manoel Sampaio Luz (Juca Sampaio), Prefeito de Palmeira dos Índios/AL em 1952, para criação da Aldeia Fazenda Canto. O referido político vendeu 276 hectares de terras e na localidade foi construído o Posto Indígena – P.I. Irineu dos Santos, o primeiro no contexto republicano em Alagoas, uma tentativa de aldear índios que perambulavam no Semiárido ou habitavam nas periferias em Palmeira dos Índios, com fome, sem terras e trabalho¹⁴⁸ (BEZERRA, 2018; MARTINS, 1994).

¹⁴⁸ “Fazenda Canto, situada no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas adquirida pelo S.P.I para localização dos da Tribo Xucurus, que viviam espalhados nos arredores da cidade”. Memorando do Inspetor Francisco Sampaio ao

O caráter assistencialista do SPI ligado a produção de trabalhadores em larga escala ocasionou a formação da Aldeia Fazenda Canto como um “laboratório” de testes trabalhistas para “desindianizar” os Xukuru-Kariri, de modo a realizar uma “integração social” pelo convívio forçado com os fazendeiros da região, acirrando conflitos fundiários e reivindicações sóciohistóricas ¹⁴⁹.

Os inspetores que administraram o P.I. Irineu dos Santos expediram boletins, relatórios, memorandos, avisos e telegramas para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da Inspeção Regional 4. Informavam as produções agrícolas, censos demográficos e pediam materiais para o funcionamento do referido Posto (SILVA JÚNIOR, 2013).

As “redes de interações”¹⁵⁰ constituídas pelas relações do ex Cacique Alfredo Celestino favoreceram o deslocamento de indígenas Xukuru-Kariri para à Aldeia Fazenda Canto em 1952. Experiências vivenciadas em habitar terras anteriormente invadidas por políticos locais, com o solo infértil e péssimas condições de moradia, foi a solução encontrada para assumirem o protagonismo indígena após anos de invisibilidade social.

Os inspetores que administraram o Posto Indígena Irineu dos Santos expediram boletins, relatórios, memorandos, avisos e telegramas para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Informavam as produções agrícolas, censos demográficos e pediam materiais para o funcionamento do referido Posto (SILVA JÚNIOR, 2013).

Chefe da SE/SPI em 27 de abril de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc, Caixa 169. Planilha 06, fotograma 311.

¹⁴⁹ Ver Peres (2011, p. 327).

¹⁵⁰ Ver Oliveira (1988, p. 38).

Os inspetores que administraram o Posto Indígena Irineu dos Santos expediram boletins, relatórios, memorandos, avisos e telegramas para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Informavam as produções agrícolas, censos demográficos e pediam materiais para o funcionamento do referido Posto (SILVA JÚNIOR, 2013).

Um documento informou sobre as casas no aldeamento: “são casas de madeira e palha, com piso de terra batida e paredes de taipa. Cobertura de telhas canal ou palha de ouricuri, apresentando estabilidade precária. No interior é utilizado fogão de barro”.¹⁵¹ Uma fotografia de 1955, três anos após o aldeamento, evidencia as precárias habitações na Aldeia Fazenda Canto:

¹⁵¹ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/l, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 06, foto. 297.

Fotografia 03 - Aldeia Fazenda Canto em 1955.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Embora houvesse dificuldades nas moradias, como aparece na fotografia acima, a fixação na Aldeia Fazenda Canto representava a possibilidade de práticas agricultáveis e ritualísticas, reprimidas durante a estada de indígenas Xukuru-Kariri nas periferias em Palmeira dos Índios entre os séculos XVIII e XIX, evidenciadas na pesquisa realizada¹⁵².

Para o SPI, a formação da Aldeia Fazenda Canto traria uma solução nos deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri em busca de trabalhos na zona urbana em Palmeira dos Índios ou fora dos

¹⁵² Ver Silva Júnior (2013, p. 55).

lugares de origens. O Estado pretendia controlar a mão de obra dos indígenas¹⁵³ e fornecia implementos agrícolas na tentativa de cessar as migrações do Posto Indígena Irineu dos Santos¹⁵⁴. A instalação dos postos indígenas previa a formação de “centros agrícolas”¹⁵⁵ para um controle estatal da produção com a fixação de indígenas que migravam para trabalhos sazonais:

Se o *silvícola* era capaz de evoluir, o Estado era o agente mais apto a gerir e acelerar este processo através de métodos racionais, sendo o principal obstáculo a ser superado o seu *nomadismo natural*. Evidencia-se assim o caráter fundiário subjacente a tutela indigenista, cuja principal tarefa era *fixar* e concentrar populações indígenas dispersas em áreas extensas para transformá-los em trabalhadores nacionais (agricultores, pequenos proprietários rurais) inserindo-os em um sistema de intervenção territorializado em postos de atração e fixação, povoações indígenas e centros agrícolas (PERES, 2011, p. 322).

Os fluxos migratórios Xukuru-Kariri permaneceram após a implantação do Posto Indígena Irineu dos Santos, as tentativas de controlar os deslocamentos não foram eficientes, a ausência de

¹⁵³ Idem, 2015, p. 56.

¹⁵⁴ Ver Silva Júnior (2015, p. 56).

¹⁵⁵ “Os centros agrícolas visavam transformar populações *rústicas* num contingente de pequenos proprietários agrícolas, tornando-os úteis para o país através do aprendizado de formas racionais do uso da terra e de um emaranhado de instrumentos normativos que visavam o controle da produção e da circulação dos recursos e da força de trabalho” (PERES, 2011, p. 322).

assistência do SPI observada na documentação, possibilitou a formação de redes¹⁵⁶ migratórias em Palmeira dos Índios com outros povos indígenas no Nordeste¹⁵⁷.

Após secas prolongadas, indígenas Pankararu habitantes no município de Brejo dos Padres/PE, solicitaram ajuda do Posto Indígena Irineu dos Santos: “dada a seca que esta assolando o Sertão, teem chegados, varios índios, da Tribu Pancaru, procurando abrigo passageiro e outros pedindo para demorarem por alguns mesês enquanto teem notícias de chuvas, na região que habitam”¹⁵⁸. Os deslocamentos Xukuru-Kariri para trabalho fora dos locais de origens foram compartilhados com índios Pankararu¹⁵⁹.

No Posto Irineu dos Santos, os indígenas Xukuru-Kariri trabalharam na agricultura, em obras públicas no território indígena¹⁶⁰, como vaqueiros para os fazendeiros invasores das terras

¹⁵⁶ O conceito de “rede” tem sido importante nos estudos sobre fluxos migratórios por definir as relações em prol de um objetivo comum a um determinado grupo, no caso dos Xukuru-Kariri, as migrações foram para trabalhos em determinados momentos e em outros, usadas como subsídios para retomadas e cobranças na demarcação territorial. Ver Mayer (2010, p. 146).

¹⁵⁷ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 04, fotog. 142-143.

¹⁵⁸ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 01, fotog. 148.

¹⁵⁹ Telegrama nº 2 de Mário da Silva Furtado solicitando à IR4 que informe se pode aldear no Posto o índio *Pancaru* (Pankararu) Eduardo Elias Urbano. Palmeira dos Índios, 20 de fevereiro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro. Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 02, fotog. 53.

¹⁶⁰ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 05, fotog. 141-142.

indígenas¹⁶¹, em serviços como empregadas domésticas, na construção civil¹⁶² ou de forma sazonal¹⁶³ no cultivo e corte da cana de açúcar no setor sucroalcooleiro em Alagoas.

A propriedade adquirida pelo SPI não foi suficiente para manter os indígenas Xukuru-Kariri trabalhando no Posto Irineu dos Santos diante das condições precárias de trabalho. A Aldeia Fazenda Canto era cercada por “propriedades particulares” de políticos locais, o que provocou migrações em busca de trabalho a partir de 1953¹⁶⁴. Os deslocamentos indígenas em direção à Zona da Mata alagoana, conhecida pelos índios como o “Sul”¹⁶⁵, eram realizados em caminhões cedidos pelas usinas ou em trens partindo do centro em Palmeira dos Índios chegando ao destino final com maior rapidez, evitando que os indígenas migrantes fossem penalizados por atrasos nos trabalhos como lavradores ou cortadores de cana em Maceió; Atalaia; Cajueiro e em outros municípios da Zona da Mata em Alagoas.

O que nos chamou atenção nas fotografias a seguir, foi a grande quantidade de mulheres, crianças e homens que esperavam os trens da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). A partir de 1933

¹⁶¹ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 03, fotog. 177-178.

¹⁶² “Há muita dificuldade para sobreviver ali, porque a terra é pouca e já não produz com fartura [...], daí que [...] acabam tendo que trabalhar fora, cortando cana, na construção civil e em atividades domésticas”. In: **Jornal Mensageiro**, Brasília/DF, novembro/dezembro de 1986. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemerioIndio&PagFis=14812&Pesq=migra%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 30/05/2019.

¹⁶³ Ao término das atividades, como o corte da cana e o trabalho na construção civil, os indígenas Xukuru-Kariri retornavam para o território indígena em Palmeira dos Índios/AL. Ver Menezes (2002).

¹⁶⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro Museu do Índio/Sedoc, Caixa 169. Planilha 03, fotog. 76.

¹⁶⁵ A expressão “Sul” corresponde a Zona da Mata em Alagoas e é usada pelos indígenas nas referências aos locais com plantações de cana de açúcar. Para uma situação semelhante vivenciada pelos índios Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção/PE) ver Silva (2008a).

com a inauguração da estação ferroviária em Palmeira dos Índios, as viagens em locomotivas tornaram-se frequentes pela facilidade no transporte de passageiros e mercadorias entre o Semiárido e a Zona da Mata em Alagoas.No: acervo do GPHIAL encontramos fotografias sobre o funcionamento da estação ferroviária, como observado a seguir:

Fotografia 04 – Inauguração da Estação Ferroviária em Palmeira dos Índios em 1933.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 05 – Estação Ferroviária em Palmeira dos Índios em 1933



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 06 – Estação Ferroviária em Palmeira dos Índios em 1933.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 07 – Estação Ferroviária em Palmeira dos Índios em 1933.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

O trabalho dos índios no “Sul” era realizado quinzenalmente, terminado o período de estada nos canaviais os indígenas migrantes retornavam à Palmeira dos Índios com o pouco dinheiro que recebiam pelas exaustivas jornadas de trabalho, sob o sol escaldante e as péssimas moradias fornecidas pelos encarregados nas usinas alagoanas.

Passados alguns dias, novamente viajavam na esperança de melhores condições de vida, com o trabalho no cultivo e corte de cana. Portanto, a grande quantidade de homens e adolescentes engrossavam as filas de trabalhadores na Estação Ferroviária em Palmeira dos Índios durante as madrugadas, como observado nas fotografias anteriores.

Os penosos deslocamentos para trabalho também foram vivenciados por mulheres que buscavam, nas relações com os centros urbanos, formas de adquirir escolarização, saúde e independência financeira. As indígenas Xukuru-Kariri trabalhavam como empregadas domésticas em residências de Palmeira dos Índios na segunda metade do século XX. Durante os finais de semana retornavam à Aldeia Fazenda Canto para ajudar os pais na agricultura e em afazeres de casa, como a lavagem de roupas, etc. Caso coincidissem com o fim da jornada de trabalho mensal, as migrantes levavam parte do pouco dinheiro recebido para a aquisição de alimentos e bens de consumo.

Algumas indígenas migravam para Maceió, capital de Alagoas, na esperança de condições trabalhistas mais dignas, fugindo da exploração em residências no Semiárido. Para os deslocamentos, utilizavam os transportes do Expresso Palmeirense, agência rodoviária que funcionou em Palmeira dos Índios até fins do século XX, como consta nos registros fotográficos do GPHIAL:

Fotografia 08 – Propaganda do Expresso Palmeirense em 1964.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 09 – Viajantes aguardando a saída do Expresso Palmeirense em direção à Maceió/AL em 2000.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 10 – Viajantes aguardando a saída do ônibus do Expresso Palmeirense em direção à Maceió/AL em 2000.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

Fotografia 11 – Fachada da Agência de Passagens Expressinho Chucurús (Palmeira dos Índios/Maceió) em 2000.



Fonte: acervo do GPHIAL. Autor ignorado.

O sonho de conquistar melhores condições de vida em Maceió foi revertido em situações parecidas às vivenciadas no Semiárido em Alagoas, como exaustivas jornadas de trabalho, pouca remuneração e impossibilidade de estudar pelas obrigações inerentes à condição trabalhista. Em muitos casos, eram assumidas duplas funções como empregadas domésticas e babás dos filhos de patrões durante a noite. Neste caso, o Expresso Palmeirense novamente era utilizado para transportar as indígenas migrantes que retornavam à Aldeia Fazenda Canto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perseguições de fazendeiros locais aos indígenas e a necessidade de migrarem para trabalhos sazonais acirraram os conflitos fundiários, forçaram os Xukuru-Kariri a abandonarem as fazendas como vaqueiros e criar redes de relações em busca de reconhecimento étnico a partir da atuação do SPI em Palmeira dos Índios em meados do século XX.

O reconhecimento oficial com a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos em Palmeira dos Índios não resolveu os conflitos fundiários dos Xukuru-Kariri com os fazendeiros invasores, pelo contrário, os muitos problemas ocorridos no processo de aldeamento provocaram a formação de novas frentes migratórias para trabalhos compulsórios em Palmeira dos Índios e Maceió.

Por outro lado, o reconhecimento oficial com as mobilizações, possibilitaram retomadas territoriais e formação de outras aldeias, como a Mata da Cafuma em 1979. Portanto, os deslocamentos para trabalho ocuparam lugar de destaque nas relações Xukuru-Kariri com o Ambiente, a vida em sociedade e nos conflitos internos, com insuficiência de terras e frequentes secas na região.

Buscamos evidenciar as trajetórias de homens e mulheres comuns, sonhadores e protagonistas da e na História, os índios Xukuru-Kariri, em histórias de vida marcadas por conflitos com

latifundiários, migrações para trabalho e mobilizações para reconquistas territoriais, contribuindo para as discussões sobre os protagonismos e a História Social do trabalho indígena no Semiárido e na Zona da Mata em Alagoas a partir da documentação disponível no acervo do GPHIAL.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Seara indígena: recriando terras pe(r)didas. In: OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva; SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely. **História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido brasileiro**. Paulo Afonso: SABEH, 2018, p. 89-105.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984.

_____. **Wakona-Kariri-Xukuru**: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Maceió: Imprensa Universitária, 1973.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo**. Campina Grande: UFCG, 2018 (Dissertação Mestrado em História).

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia**: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 139-170.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. João Pessoa: EdUFPB, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. São Paulo: **Revista Brasileira de história**, 2002, v.22, n° 43, p. 153-169.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto**: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa: UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

PERES, Sidnei. SPI, indianidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade do poder tutelar. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 321-329.

ROCHA, Adauto Santos da. **É indo que se volta**: a família Ricardo e a formação da Fazenda Canto (1872-1952). Palmeira dos Índios: UNEAL, 2017 (Monografia Conclusão de Curso em História).

SILVA, Edson. A afirmação dos índios no Nordeste! In: **Crítica Histórica**, 2011. Ano II, n° 04, p. 314-319.

_____. Os Xukuru e o “Sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. In: **Clio**, n°. 26-2, 2008a, p. 215-244.

_____. **Povos indígenas em Alagoas**: afirmação étnica e questionamentos a história. Arapiraca: I Colóquio do Oitocentos em Alagoas, 2008b.

_____. **Xukuru: memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988**. Recife: EdUFPE, 2014.

_____. **O lugar do índio.** Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife: UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado em História).

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. A construção do campo de ação indigenista na Província de Alagoas. In: SILVA, Moisés Sebastião da; SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Olhares sobre a Província de Alagoas.** Arapiraca: EdUNEAL, 2018, p. 75-117.

_____. **A província dos trabalhadores tutelados:** trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na Província das Alagoas (1845-1872). Salvador: UFBA, 2015 (Tese Doutorado em História).

_____. **Aldeando sentidos:** os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano. Maceió: EdUFAL, 2013.

TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixí e Tixiliá:** Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estêvão Martins (Org.). **Na Mata do Sabiá:** contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: IMOPEC, 2009, p. 107-154.

O MUSEU XUCURUS NOS ACERVOS DOCUMENTAIS: extratos de memórias na construção da pesquisa histórica em Alagoas

Aline de Freitas Lemos Paranhos¹⁶⁶

ENTRE HISTÓRIAS, ARTES E COSTUMES: sujeitos, tempos e espaços

Sabemos que nossos territórios trançam fronteiras de mobilidade que deslocam lugares familiares de abrigo para o nosso corpo, passando pelos nossos cultos até nossos afetos. Entretanto, o sujeito não deixa de subsistir apesar de dividido, despedaçado, deslocado pela velocidade de temporalidades fugaz (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 57)

O francês Marc Bloch, em seu estudo sobre as teorias da ciência histórica analisa o homem enquanto objeto de estudo. No entanto, ressalta que essa análise deve ser feita a partir do diálogo entre o homem e o tempo, rompendo com os discursos de que a história é a ciência que estuda o passado. Mais do que estudar o “homem no tempo”, o autor salienta a importância de estabelecer relações entre o tempo e o espaço, uma vez que é a partir dessas referências que o historiador pode dar início ao seu ofício, buscando compreender o passado a partir do presente (BLOCH, 2001).

¹⁶⁶ Licencianda em História pela Universidade Estadual de Alagoas. Ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Bolsista do Programa Residência Pedagógica e Ex-voluntária no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Integrante do Grupo de Estudos sobre o Patrimônio Histórico, Imagem e Memória. Atualmente desenvolve pesquisas voltadas à área de História e Ensino de História com temas ligados à Identidade, Memória, Imagem, Representação e ferramentas didático-pedagógicas de ensino. E-mail: alinefp19@gmail.com.

Dessa forma, antes de adentrarmos nas discussões que envolvem o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, suas narrativas, representações e influência na história oficial de Palmeira dos Índios, levantaremos alguns apontamentos acerca do pensamento dos sujeitos e grupos inseridos naquela sociedade, por meio dos fatos e experiências do vivido presentes na sistematização da relação entre o pesquisador e sua interação com as fontes históricas.

A pesquisa nos acervos históricos permite a construção de narrativas capazes de identificar a presença de várias identidades a partir da travessia do relato individual para a construção do coletivo. O historiador trabalha como produtor de documentação histórica que, como um caleidoscópio, está sempre (re)constituindo e realçando horizontes, fazendo com que a história consista em um conhecimento dinâmico e crítico, nunca perfeito e acabado; ao mesmo tempo em que analisaremos a influência das narrativas historiográficas na construção do pensamento social.

Portanto, os discursos e as narrativas marcam as relações sociais e o lugar de fala de cada indivíduo, uma vez que, são dessas manifestações que nascem demarcações espaciais que determinam o lugar dos sujeitos, fazendo com que os fatos e suas representações sejam vistos a partir dos indivíduos e seus contextos sociais, emergindo assim a história e seus significados por meio dos documentos, imagens e representações.

Nesse sentido, a pesquisa aqui descrita nasce das iniciativas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, com o projeto intitulado de “A memória da cidade: história local, patrimônio e imagem em Palmeira dos Índios”, que tem como objetivo analisar a formação histórica do município a partir de cartas, livros, jornais e outros documentos que constituem um arsenal de fontes primárias e secundárias que pertencem ao

memorialista Luiz Torres e atualmente compõe o acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas – GPHIAL.

Ao discorrer sobre o conflito identitário que ocorre no Museu Xucurus, situado no centro de Palmeira dos Índios, município localizado no interior de Alagoas, sobre as formas de representação de negros e indígenas. Desse modo, o museu que será aqui analisado, conta com um considerável acervo memorialístico constituído a partir de doações feitas por diversos moradores da região. Com isso, será apresentado neste trabalho peças que compõem o acervo e suas relações com a sociedade palmeirense, inclusive, as formas como estão organizados os objetos referentes ao “branco”¹⁶⁷, ao negro e ao índio.

Vale destacar que, o município de Palmeira dos Índios, como o próprio nome já sugere, é marcado pela presença indígena dos Xukuru-Kariri, etnia que nasceu da fusão dos Xukuru da Serra de Ororubá, vindos de Pesqueira/PE, e dos Kariri de Porto Real do Colégio/AL (ANTUNES, 1973; PEIXOTO, 2013); além de dispor da presença da comunidade Quilombola da Tabacaria, cujos membros se estabeleceram na região devido a sua posição geográfica que lhes serviu como rota de fuga das tramas sociais que lhes foram impostas pela estrutura escravocrata.

De acordo com as pesquisas de campo realizadas com remanescentes quilombolas, após a morte de Zumbi dos Palmares, seus antepassados se organizaram e começaram a migrar para outros espaços em busca da sobrevivência. A partir disso, uma parte do grupo étnico dirigiu-se às serras do atual município de Palmeira dos Índios, onde passou a residir no território que hoje pertence à esta

¹⁶⁷ Termo utilizado no Estatuto do Museu Xucurus, publicado no Diário Oficial do Estado (D.O.E/ AL de 20/04/1983) na Portaria nº 497, de 19 de abril de 1983. Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Museu Xucurus.

comunidade, além da presença negra no município proveniente da mestiçagem e integração. Atualmente, a partir de mobilizações fundamentadas em direitos previstos na Constituição de 1988, a comunidade Tabacaria, teve seu território reconhecido em 2005, mas o título da posse coletiva da terra só foi emitido em 2016.

Em relação aos indígenas Xukuru-Kariri, eles se distribuem em nove aldeias, situadas entre serras palmeirenses, sendo elas: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Boqueirão, Serra do Amaro, Serra do Capela, Riacho Fundo, Coité e Jarra. Essa fragmentação do grupo é resultante de dois fatores; o primeiro, relacionado à falta de demarcação de terras, o segundo, referente aos conflitos internos que segmentaram o grupo.

Nesse sentido, a pesquisa se materializou a partir de visitas periódicas ao Museu e seu entorno para a produção de fotografias, conversas informais e entrevistas. Ainda, visitamos a aldeia indígena Mata da Cafurna e a comunidade quilombola Tabacaria, no intuito de analisar a relação desses grupos com o acervo do Museu Xucurus associado à esses povos, como uma forma de lhes ouvir e dar voz, confrontando, desse modo, os aspectos do visível e do dizível.

Além das conversas informais feitas com moradores da cidade, o período de coleta de documentação e informações nos proporcionou a realização de entrevistas feitas com: Kátia Cadengue (professora da rede estadual de ensino e responsável pela última reorganização do Museu Xucurus), Lenoir Tibiriçá (ex-Pajé da aldeia indígena Mata da Cafurna), dona Domicilia Silva (esposa de seu Gerson, um dos membros mais antigo e influentes da comunidade quilombola da Tabacaria) e Maria Aparecida (também quilombola). Outro momento importante durante a pesquisa foi a coleta de matérias referentes ao município e ao Museu Xucurus no acervo do GPHIAL e na Secretária de Cultura do

municipal de Palmeira dos Índios, onde encontramos informações referentes a identificação, Estatuto do Museu Xucurus, a Ata de Assembleia e outros documentos.

Desse modo, buscaremos analisar, neste trabalho, a influência desses grupos tradicionais no cotidiano da sociedade local através da memória coletiva e da cultura material. Serão acentuadas ainda, algumas discussões acerca das formas como os negros e os indígenas são vistos na região por meio das representações impressas no acervo do Museu Xucurus e o que simbolizam para a comunidade palmeirense: relacionando o presente com o passado.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS: um breve panorama identitário e cultural

O município de Palmeira dos Índios é situado no interior de Alagoas; conhecido como a Princesa do Sertão e está na zona de transição entre o Semiárido e o Sertão alagoano. Devido à sua posição geográfica, é marcado por ser rota de passagem de negros fugidos e conta, atualmente, com a presença de remanescentes dos quilombos que formam a comunidade quilombola da Tabacaria e vivem na zona serrana da região.

Nesse contexto, se destaca a necessidade de conhecermos quais os processos históricos e sociais que constituem as formas de interação entre a identidade e a diferença de grupos étnicos distintos. Partiremos da premissa de Laraia, o qual afirma que “é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico” (LARAIA, 1995, p. 21). Nessa perspectiva, percebemos que a presença desses grupos na região repercute na dinâmica social de Palmeira dos Índios e em sua constituição identitária.

Em contrapartida, a presença negra e indígena é negada e até mesmo silenciada pela população, devido a marginalização da imagem dessas comunidades tradicionais, resquícios dos ideais

tidos desde a colonização, que acabam impregnando nas ideologias contemporâneas e servindo de alicerce para um discurso que percorre as narrativas da sociedade que lá vive. Nesse sentido, Maria Neta, destaca que:

Em Palmeira dos Índios, apesar de apresentar uma forte presença de índios e negros, existe uma considerável resistência ao reconhecimento desses povos na dinâmica social, há uma forte negação, ou mesmo indiferença em relação à presença destes como integrantes da sociedade. Os indígenas, apesar de terem sido silenciados por um grande período, constituem uma ameaça porque a cidade foi fundada em suas terras; os quilombos, por terem sido excluídos, ou mesmo inseridos na sociedade branca como mão de obra barata nas fazendas, são relegados a marginalidade [...] (MARIA NETA, 2017, p. 18)

As temáticas referentes aos negros e indígenas são negligenciadas sendo trabalhadas apenas no viés do passado; os primeiros como ex-escravos que fugiram dos quilombos e serviram como mão de obra à sociedade branca e os segundos como personagens presentes apenas na formação da cidade, não sendo associados a um processo de “reorganização social” e de protagonismo na história (OLIVEIRA, 1998). Dessa forma, cada uma dessas concepções constitui narrativas que apresentam um determinado olhar sobre a realidade. Em relação a isso, ao observar os artefatos relacionados aos negros e indígenas, a entrevistada Maria Aparecida afirmou:

Os negros são vistos como uma mercadoria e os índios de uma forma bem primitiva [...] e isso é um desrespeito com a história do Brasil [...] se ela incorpora os ideais europeu de modificar a história, vai sobrar o quê pra nós? Acreditar em uma história que não é história, que foi modificada [...] (SILVA,2019).

Nos relatos de Maria Aparecida, podemos destacar algumas questões referentes à História enquanto área do conhecimento humano que foi, inicialmente, construída a partir da memória dos

“vencedores”, fazendo perpetuar narrativas e construções históricas percebidas através da seletividade e das influências, sejam elas referentes ao tempo ou ao espaço ou até mesmo voltadas as correntes teóricas de quem está escrevendo, fazendo perpetuar um determinado discurso a partir de suas concepções de mundo que reatualiza o passado de acordo com os fatos, imagens e ideais contidos no presente, por isso podemos destacar a importância da memória na construção das narrativas históricas.

O processo de construção memorialística pode ocorrer individual ou coletivamente e está associado à identidade social de um determinado grupo que constrói suas identidades ao relacionar-se umas com as outras no tempo e no espaço no qual estão inseridos, compartilhando entre elas suas histórias, memórias e organizações sociais. Contudo, destacamos que por mais que a história e a memória andem juntas elas fazem parte de processos distintos, pois a história é a representação do passado e a memória é contida no presente (NORA, 1993).

Dessa forma, cada uma delas depende da posição social e institucional de onde parte, o que remete a ideia de “lugar social” proposta por Certeau (2011). Então, uma vez que a memória coletiva está sujeita a interpretação de cada grupo, podem existir nela aspectos que são esquecidos ou ocultados, como acontece com os relatos sobre a presença negra e indígena em Palmeira dos Índios.

A seletividade da memória coletiva está associada a um conjunto de relações de poder que implicam na subjetividade de cada indivíduo. Albuquerque Júnior (2016), defende a ideia de que “a subjetividade é uma dimensão fundamental na construção das relações sociais e que, nesse sentido, estas são tanto relações de poder quanto emanações de afetos, de sentimentos, de vontade” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2016, p.15). Logo, as relações político-sociais podem influenciar a

história oficial de um determinado espaço, designando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

MEMÓRIA COLETIVA: uma construção social

A história de Palmeira dos Índios, desde sua constituição, encontra-se entrelaçada a um processo de disputas de poder. Segundo Peixoto (2013), os dois grupos indígenas que deram início ao povoamento do território, os Xukuru e os Kariri, foram submetidos ao catolicismo pelo frei Domingos de São José, que no ano de 1773 recebeu de D. Maria Pereira Gonçalves, herdeira da sesmaria de Burgos, meia légua de terra para construção de uma capela.¹⁶⁸

Com a documentação lavrada em cartório, começava então a ganhar forma o território de Palmeira dos Índios. Após construção da primeira capela, no topo de uma serra, e com o desenvolvimento da catequese indígena, o frei construiu uma segunda, na parte mais elevada da planície, tendo como principal objetivo o povoamento daquele local. Desse modo, com a construção da igreja, aumentou o fluxo de pessoas naquela região, e entre elas alguns comerciantes foram estabelecendo residência no entorno da capela, criando um pequeno aglomerado populacional.

Diante do processo de povoamento dessa região, tiveram início as primeiras disputas territoriais, tendo em vista que os indígenas eram privados de entrarem em determinados lugares pelos novos moradores da localidade. De acordo com algumas documentações encontradas no acervo do GPHIAL, a elevação do povoamento à categoria de vila foi em 10 de abril de 1835, a partir da

¹⁶⁸ Lembrando que na época, uma légua de terra era equivalente a 6.600 metros. Devida a essa vasta extensão territorial, eram feitas escrituras de doações de terras pertencentes a uma determinada sesmaria, fazendo com que novas sesmarias fossem criadas. Ver Verçosa (2018).

resolução nº 10. Em 1853 foi elevada à categoria de cidade e em 1872 teve a criação da sua comarca. Seu termo fazia parte da comarca de Atalaia, passando para Anadia em 1838.

O memorialista Luiz Barros Torres, ao reunir documentos sobre a origem da cidade, produziu uma narrativa composta por uma série de elementos que contribuem para a criação de um discurso que ecoa pela municipalidade, como uma lenda¹⁶⁹ sobre a fundação do município, sua bandeira, o que inspirou imagens e representações de indígenas encontrados ao longo do território palmeirense. Com o objetivo de fundamentar seus escritos, Torres realizou escavações arqueológicas no município, na segunda metade do século XX, encontrando uma série de igaçabas e outros artefatos indígenas.

A respeito disso, Luana Teixeira discutiu que esse procedimento se fez necessário para que “ocorresse uma apropriação local de valor da cultura material relacionada aos xucurus-karin” (TEIXEIRA, 2012, p. 62). Logo, esse processo exerceu extrema relevância para que a presença indígena fosse considerada como referência histórica para a edificação da cidade. Na mesma perspectiva, durante uma conversa, seu José Pereira¹⁷⁰ afirmou:

Na rádio Palmeira FM, quando aquilo ali foi construído, era uma churrascaria, foi encontrado um quintal de igaçabas, ai o que fizeram?! Quebraram tudinho e passaram pedra por cima, brita. Concretaram e cabousse... [...] é para não perder o prédio... (PEREIRA, 2017).

Se por um lado há um processo de valorização histórica e identitário por meio desses objetos, por outro, os indígenas são vistos como uma ameaça à posse da terra, quando esta é associada à

¹⁶⁹ A lenda da fundação de Palmeira dos Índios, criada por Luiz B. Torres em 1971 foi feita em formato de quadrinhos. A versão original está no acervo de Luiz Byron Torres que se encontram no acervo do GHPIAL da Universidade Estadual de Alagoas, campus de Palmeira dos Índios/AL.

¹⁷⁰ Pseudônimo do entrevistado que solicitou não ser identificado.

presença de artefatos arqueológicos; o que instrumentaria a reivindicação dos indígenas. Segundo Chaves, os artefatos encontrados durante as escavações, tanto na área urbana, quanto na zona rural de Palmeira dos Índios são fundamentais e, talvez, o motivo que impulsionou a criação de um museu que evidenciasse a “[...] preocupação da sociedade palmeirense com a preservação da memória local” (CHAVES, 2014, p. 17). Nesse contexto, destaca-se a importância dos escritos de Luiz Torres, que

Durante o tempo em que viveu em Palmeira dos Índios, de 1943 a 1992, Luiz Torres se dedicou a colecionar fotografias, documentos e recortes de jornal sobre a história da cidade. Deixando um acervo considerável em posse do seu filho Luiz Byron Passos Torres, além de ter fundado o Museu Xucurus de História Arte e Costumes onde expôs muitos dos artefatos que conseguiu arrecadar nos mais variados pontos do município (PEIXOTO, 2013, p. 65)

A partir da contribuição de Luiz Torres, percebemos que, se por um lado a memória, o esquecimento e o silêncio andam juntos, por outro, existe uma teia que as interliga à identidade ao patrimônio. Portanto, o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, construído a partir da ideia de criação de Luiz Torres atua tanto como patrimônio, quanto como espaço de silenciamento, devido aos usos que lhes foram atribuídos. O que para Paranhos (2017) é uma situação na qual o negro e o indígena são vistos, atualmente, de maneira estereotipada, negando em seus discursos que esses indivíduos desempenham um papel de protagonismo no estabelecimento de um sistema cultural.

MUSEU XUCURUS: entre colecionismos, imagens e representações

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações[...]. Pois, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários [...] É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada

sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares. (NORA, 1993, p. 13).

Segundo o autor citado, a primeira década do século XXI é responsável por conceber aos *lugares de memória*, como os museus, arquivos, coleções e monumentos, um reforço para a definição de identidades, por se tratarem de elementos que reafirmam, em sua maioria, o pertencimento à um determinado espaço físico ou grupo social. No entanto, ao removerem as peças “de seu contexto original no espaço e no tempo, e re-contextualizados em outros que buscam ou não recriá-los” (STOCKING JR., 1995, p. 06). Lhes são atribuídos, enquanto instituição, o papel de preservar, exibir e dar sentido aos objetos expostos em suas coleções, tentando manter um diálogo entre o observador e o observado.

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que cada uma dessas representações apresenta um determinado discurso sobre a realidade se recusa a mostrar um outro olhar. Pois, como acredita Samain (2012), as imagens pensam e nos fazem pensar, moldando nosso olhar de acordo com as particularidades de nossas “práticas de significação” e formas de ver o mundo. Corroborando com essa ideia, Hall (2016), defende a tese de que os significados atribuídos à uma determinada cultura ou espaço não são agentes somente de nossa imaginação, mas sim de práticas que estão expostas em nosso contexto social, que acabam regulamentando nossa conduta, uma vez que damos sentido à algo ou alguém pelo modo como interagimos.

Enquanto nos museus “os objetos históricos são subtraídos à história, e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança” (CANCLINI, 1997, p. 08). Salientamos que esses objetos são atemporais; fazendo com que pensemos o museu como um espaço

de diálogo entre o presente e o passado, rompendo com o conceito pré-estabelecido de que “museu é lugar de coisas velhas”. Afinal, cada peça, imagem ou objeto exposto em um determinado acervo expressa vida, à medida em que está associada a memórias, emoções e sensações; proporcionando ao visitante uma experiência única e particular.

O estudo acerca da cultura material deixa evidente que os objetos contidos em um acervo museológico possuem uma representatividade simbólica que dialoga com os visitantes e podem ser interpretados de formas distintas. Seguindo essa perspectiva podemos argumentar em consonância com Funari e Pelegrini ao afirmarem que “os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegadas ao esquecimento” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 46). Portanto, o patrimônio histórico de uma sociedade é fruto de suas escolhas, ideologias e relações sócio históricas. Nesse sentido,

[...] o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes perpetuou-se como local de memórias em Palmeira dos Índios, configurando-se num ambiente que transmite uma imagem própria, uma narrativa sobre a história da cidade, tecida a partir da visão dos seus idealizadores (SOARES, 2017, p. 133).

Ao reafirmar essa ideia, Le Goff (1990) e Ricoeur (1994) destacam a importância das narrativas históricas na construção da história oficial e da memória coletiva, embora estas representações não consistam no fato em si, mas, nas interpretações de mundo, dos sujeitos e da sociedade. Desse modo, o Museu Xucurus traz consigo marcas da compreensão de mundo de alguns atores sociais, o espaço surge como um lugar de memória que tem como objetivo a preservação da história local e a

salvaguarda de documentos históricos, peças de arte e objetos ligados aos costumes e tradições da sociedade palmeirense¹⁷¹.

Nesse sentido, Luiz Torres começou a expressar desde a década de 1950 uma preocupação a respeito da história de Palmeira dos Índios, que de acordo com Brunemberg Soares se deve à “falta de estudos e referências materiais ao passado” (SOARES, 2019, p. 62). Ressaltando ainda a importância de construir um espaço onde a história pudesse ser monumentalizada. Diante desse contexto, Luiz Torres se destacou por sua contribuição significativa na/sobre a história do município, onde comandou uma série de escavações feitas no município, nas décadas de 1960/70, nas quais encontrou igaçabas e outros artefatos indígenas. De acordo com o Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Museu Xucurus, em sua cláusula primeira, o objetivo deste “museu-popular” era promover o desenvolvimento cultural, a conservação do acervo indígena e o fomento da indústria do turismo¹⁷².

O Museu Xucurus foi fundado a partir da parceria entre o memorialista Luiz Torres, o bispo Dom Otávio Aguiar e o tenente Alberto de Oliveira, instalado no prédio que outrora formava a Igreja do Rosário dos Pretos, erguida por escravos que viveram nessa localidade durante o século XVIII¹⁷³ (de acordo com, a construção da igreja que pertencia à irmandade do Rosário dos Pretos teve seu início em 1803, mas só foi consagrada pela Igreja Católica na década de 1880, passando por uma ampliação

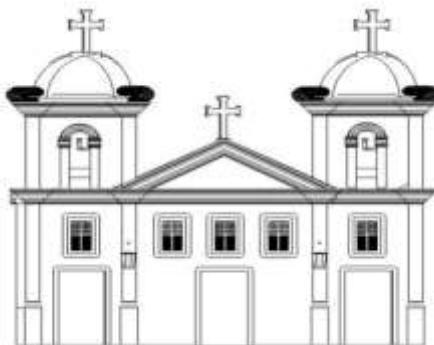
¹⁷¹ Ideia expressa no Estatuto da Sociedade Museu Xucurus, de autoria de Luiz Barros Torres (1973), encontrado no acervo do GPHIAL.

¹⁷² Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Museu Xucurus, publicado no Diário Oficial do Estado (D.O.E de 20/04/1983) na Portaria nº 497, de 19 de abril de 1983.

¹⁷³ De acordo com alguns moradores do entorno eram celebradas missas, velórios, batizados e casamentos, mas depois o número de celebrações foram diminuindo até a igreja ser desativada. No município existe uma discussão sobre o tema: uns acreditam que a igreja foi desativada por ficar próxima da Igreja da Catedral (Igreja Matriz) e outras por acreditarem que a desativaram por ser uma igreja mais simples e construída por negros.

em 1979 quando já era Museu. A estrutura física da antiga igreja preserva traços da arquitetura da época colonial ao contar com torres sineiras, três portas de acesso, cinco janelas frontais), como veremos na imagem a seguir:

Imagem 01 – Desenho arquitetônico da fachada frontal do Museu Xucurus - 2015



Fonte: Silva, 2015.

Face a isso, Luiz Torres objetivou construir uma instituição memorialística para salvaguardar a história local, corroborando com essa ideia, o Bispo cedeu o citado espaço para que essas aspirações fossem concretizadas. Sua participação foi fundamental para a coleta de objetos a serem expostos no Museu, devido à campanha com o apoio da Rádio Educadora Sampaio, que resultou na arrecadação de peças.¹⁷⁴

Desse modo, em 1971 foi fundado o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, contendo um acervo diversificado, constituído a partir de doações feitas pelas elites da região que pertencia à

¹⁷⁴ Dados retirados de acordo com o relatório feito pela Biblioteca de Palmeira dos Índios no dia 25 de novembro de 1974 e assinada por Luiz Torres, presidente do Museu Xucurus, em 16 de julho de 1979.

diocese de Palmeira dos Índios, na época, através dos objetos como armas, louças, moedas, máquinas de escrever, bem como uma parte destinada a arte sacra, correntes e objetos que serviam para subjugar e torturar negros escravizados, além de um acervo de artefatos indígenas. Não encontramos relatos da presença de indígena e/ou quilombola no evento de inauguração do Museu, no entanto, comerciantes, empresários, vereadores e outros personagens que compunham a elite local, estiveram presentes.

Fatos como estes podem ser compreendidos enquanto “dispositivos de poder”, tendo em vista que, instituições como museus, bibliotecas e arquivos articulam um determinado discurso que contribui para indicar o que a população pode saber, o que ela pode lembrar e o que deve esquecer (CHARGAS, 2009). Afinal, os documentos, imagens e narrativas apresentados em entidades como estas não compõem a “verdade histórica”, pois, são vestígios do passado encontrados no presente, sujeitos a uma “leitura intencional”, tornando a visibilidade uma espécie de armadilha. Para o autor:

Seria possível pensar também que a coleção, o acervo, o conjunto de bens históricos, artísticos e naturais é que está sendo retirado das trevas, da penumbra e recolocado num ambiente de luz, de visibilidade plena. [...] Interessa compreender que a exposição do acervo vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber dizer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso [...] (CHARGAS, 2009, p. 56).

Nos dias atuais, ao nos depararmos em o Museu Xucurus, observamos paredes com suas tintas descascadas e ao entrar, a primeira imagem que temos é a de um altar com imagens de santos e vitrines com vestes de religiosos da Igreja Católica Romana que atuaram na cidade. Na nave direita, estão expostas fotografias de alguns prefeitos do município, e à esquerda, uma coleção de santuários e

fotos da primeira encenação da Paixão de Cristo que aconteceu na Serra do Goití. A fotografia a seguir apresenta o salão principal do Museu.

Fotografia 01 - Vestes de padres da igreja católica Diocese de Palmeira dos Índios - 2017



Fonte: acervo pessoal da autora.

Ao subir a escada que dá acesso à parte superior do Museu, nos deparamos com três manequins representando a presença da escravidão negra na região, como observaremos na fotografia 02; à esquerda da foto veremos um boneco com calças brancas, acorrentado e com a frase “Ladrão e Fugão” estampada no peito. No centro desta imagem, a representação de uma mucama que teve seu nariz e a boca, aparentemente, alargados; à direita um manequim acorrentado e com uma mordida tampando-lhe a boca. Na fotografia 03 e 04 observaremos a quilombola Maria Aparecida analisando os

objetos referentes à trajetória negra descrita no Museu, além de telhas e potes de barro, supostamente feitos por escravos ou ex-escravos, e um tronco de madeira onde os cativos eram castigados.

Fotografia 02 – Peças do Museu Xucurus destinadas a retratar a escravidão na região - 2017



Fonte: acervo pessoal da autora.

Fotografia 03 – Quilombola Maria Aparecida durante visita ao Museu – 2019



Fonte: acervo pessoal da autora.

Fotografia 04 – Coleções misturadas no primeiro andar do Museu – 2019



Fonte: acervo pessoal da autora.

Na sala superior do prédio podemos perceber uma variedade de peças que constitui as coleções do Museu, que vão desde armas, relógios, móveis, aparelhos eletrônicos, máquinas de escrever, imagens antigas da cidade, roupas de cangaço, reisado e muito mais; colaborando para que a instituição entrasse na lista dos Museus Brasileiros no final do século XX, passando a fazer parte do Sistema Nacional de Museus, cadastrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (SILVA, 2015). Ainda, neste espaço estão expostos alguns artefatos indígenas como arcos, flechas, igaçabas e vestes religiosas. Na fotografia 05, veremos uma vitrine em madeira e vidro que contém alguns objetos e utensílios indígenas: maracás, cocar de penas, tigelas e bonecos feitos em barro e madeira.

Fotografia 05 – Vitrine com peças indígenas - 2017



Fonte: acervo pessoal da autora.

Uma questão que podemos pontuar a partir das fotografias apresentadas é a respeito das formas como os objetos estão expostos e sujeitos à degradação por fatores físicos, químicos e biológicos resultantes do contato direto com o solo, sujeitando-os à ações da poeira, de traças e bactérias que acabam danificando o acervo. Na foto 06, observaremos vestes e objetos associados à religião indígena, juntamente com vitrines contendo moedas, broxes e outros objetos do cotidiano de diversas localidades, inclusive de fora do Brasil.

Fotografia 06 – Artefatos arqueológicos indígena expostos no acervo do Museu Xucurus - 2017



Fonte: acervo pessoal da autora.

Á respeito das discussões suscitadas a partir das fotografias anteriores, a entrevistada Kátia Cadengue, responsável pela reorganização das peças, em 2013, explicou que decidiu organizar o Museu dessa forma devido à falta de espaço e o excesso de objetos, desse modo afirmou,

eu queria fazer algo que **pelo menos** ficasse compreensível. Iai o que fiz?! organizar [...] essa parte principal aqui no museu com a arte sacra e que desse pra ver o altar [...] Pra quem entrar já ver entender [...] é um museu igreja! Então essa nave principal aqui, a ideia foi colocar a arte sacra e também a apresentação do altar e das vestimentas dos sacerdotes, [...] as armas, no primeiro andar! Infelizmente as laterais, vocês poderão observar, que ainda temos porcelana e algumas coisas do cotidiano... Que realmente não tem espaço no museu. **O museu não tem espaço pra tantos objetos.** [...] Então né. nós fizemos o possível para pelo menos na nave central ela ficar totalmente nessa questão religiosa. No primeiro andar, colocamos mais a questão do negro, do índio e do branco... Então vocês puderam ver lá em cima né, a parte do negro. O negro fazendo parte do **contexto social**, mas mostrando também aqueles objetos de tortura, que vocês viram lá em cima.. [...] no terceiro piso [...] do lado esquerdo indígena e do lado direito mais a questão cultural de Palmeira dos Índios; [...] as curiosidades de Palmeira dos Índios... Eu queria que ele tivesse ficado assim? Não! Eu queria ter mais espaço para organizá-lo de acordo com temas... (CADENGUE, 2017, *grifos nossos*).

Em conformidade com as narrativas da entrevistada, Silva (2015) defende a ideia que o Museu conserva até hoje a estrutura arquitetônica da igreja, embora tenha passado por uma ampliação para abrigar mais objetos, tendo em vista que mesmo depois da inauguração do espaço ainda foram doados mais peças que constituem o acervo da instituição até os dias atuais; o que faz com que, por esses e outros motivos, objetos tenham sido removidos ou modificados com a reorganização do espaço feito por Kátia Cadengue. Nesse sentido, a professora de história afirmou que os objetos referentes à cultura negra

ficavam na entrada do museu, mas eu achava aquilo muito chocante... Não deixou de estar chocante, porque eu botei em um ponto estratégico, quem subir já tem medo. Ai ele andava com isso mesmo, o negro que fugia saia desfilando ai na praça da independência no meio da feira arrastados assim para que as pessoas pudessem identifica-los, porque se ele fugisse novamente sabiam... (CADENGUE, 2017).

Corroborando com esta ideia, um morador da cidade, durante entrevistas realizadas na construção da pesquisa, nos revelou que por muito tempo as imagens dos negros ficavam logo na nave central do Museu. Percebemos, que essa presença foi resultante da influência dos negros na construção do prédio que abriga a Instituição. Quando perguntado se já havia visitado o Museu Xucurus durante sua infância, o entrevistado relatou que

Não, eu sempre tive medo de entrar no Museu Xucurus porque aqueles negros que ficam lá em cima ficavam logo na frente, ai quando eu passava pela frente tinha um receio de entrar e a escola nunca me levou [...] só depois de adulto eu entrei lá (ENTREVISTADO, 2017).

Acentua-se a partir das fotos e narrativas uma discussão acerca das formas como estão expostos os artefatos da “cultura branca, negra e indígena” e como cada um dos grupos se percebe neste espaço. Quando questionada sobre possíveis visitas ao Museu, Dona Dominícia Silva afirmou que nunca o visitou, mas que ouviu falar nessa igreja que havia sido construída por negros e que hoje abriga a Instituição. Então, ao observar algumas fotos referentes aos artefatos associados à escravidão negra (fotos dos manequins acorrentados, do tronco e das telhas e potes de barro), emocionada, afirmou:

É muita, é muita coisa minha fia... [...] Eu sinto muito problema, porque você ver a gente que é negro... [...] no tempo dos antepassados a gente era humilhado [...] Tudo isso a minha mãe que era negra, ela já faleceu, a gente fazia esses pote, fazia coisas e tudo [...] tudo isso ela fazia, pote, panelinha [...] (SILVA, 2019).

Na mesma perspectiva, durante uma visita ao Museu, outra entrevistada, a quilombola Maria Aparecida, em relação aos manequins dos negros expostos no Museu Xucurus, relatou:

Olha a estética... Esse negro está totalmente europeu, não que ele não tenha havido a miscigenação, só que pra um negro requinto, com a pele super escura, como é que ele vai ter esses traços? [...] Ai você trás um período tão longo que foi a escravidão e você traz três negros que foram responsáveis? [...] Você trás três negros pra representar [...] ai tipo, só foram esses três que ajudaram a construir aqui? Ai quando você coloca... olha a formosura que está no incio do museu. Olha a riqueza de detalhes [...] protegido... Olha como está exposto! Olha a cor que está! Não é tirado, não é tido manutenção e além do mais não é valioso [...] Um manequim de plástico que vai ser substituído, que eles tentaram escurecer. Eles pintaram [...] foram tentar modificar o nariz e alargar [...] E olha só como eles colocam as marcas e os lábios tentando recortar os lábios dando aquela ideia de negro europeu [...] E outra coisa, só tem isso aqui relacionado à escravidão da população negra [...] e a maioria dos quilombos não é isso. Os quilombos não são isso. Eles tem a sua história! (SILVA, 2019).

A partir das narrativas de Maria Aparecida, percebemos a divergência entre a imagem negra representada no Museu Xucurus e o que esses grupos expressam sobre si, na atualidade. Diante disso, os estudos atuais, que percorrem diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, buscam romper com discursos ideológicos, proporcionando uma discussão sobre as diferenças étnicas e culturais enquanto palco de reflexões, bem como buscando relacionar ao patrimônio a mediação necessária para cruzar barreiras através dos monumentos, relacionando-o à memória e a identidade. Nesta perspectiva Joel Candau afirmou:

Se identidade, memória e patrimônio são as três palavras-chaves da consciência contemporânea - poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade,

tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade (CANDAUI, 2016, p.17).

Corroborando com essa tese, destacamos alguns elementos que envolvem a divergência entre o que é projetado através das representações negras e indígenas contidas no museu e o que estas simbolizam para os povos supostamente por elas representados. Ao observarem os objetos associados a cultura negra, presente no Museu Xucurus, os quilombolas entrevistados, afirmaram que estes os trazem lembranças de dor, apesar de fazer parte de sua ancestralidade. Sobre o acervo relacionado ao povo Xukuru-Kariri, expressando, supostamente, sua religião e cultura, membros dessa etnia criticam essa associação, pois, é interpretada como ofensa às suas tradições.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS? Múltiplos abismos, poucos ecos...

Ao compreendermos a impossibilidade de preenchermos completamente lacunas historiográficas, consideramos as continuidades e rupturas presentes na produção de documentos e nas memórias dos sujeitos envolvidos nos processos históricos. Nessa perspectiva, analisamos várias faces do cotidiano palmeirense, descritas a partir do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes, e como isso está relacionado com a construção da identidade de Palmeira dos Índios.

Fundamentando-se no estudo das relações socioculturais que ocorrem em meio a diversidade do município, nossas análises e reflexões nascem da ideia de Certeau, sobre a “operação historiográfica”, a partir da qual, percebemos que as imagens relacionadas aos indígenas Xukuru-Kariri e à comunidade quilombola Tabacaria são influenciadas pelas disputas e subjetividades dos indivíduos que produzem narrativas e analisam essas representações. Portanto, buscamos romper com as barreiras que geram poucos ou um só eco, resultantes de silenciamentos e esquecimentos.

Assim, com o intuito de trazer mais inquietações do que respostas e na tentativa de promover reflexões sobre o tema, discutimos sobre as formas como um museu pode representar intencionalidades, discursos oficiais, narrativas tácitas e conflitos identitários e culturais, relacionados aos grupos e situações sócio-históricas dos múltiplos e conflitantes contextos nos quais está inserido. Com isso, ao refletirmos sobre as representações expressas no Museu Xucurus, buscamos pensar as histórias, as artes e os costumes nele representados. Portanto, o percebemos como uma instituição capaz de demonstrar a predominância de mais de uma memória e, assim, mais de uma história que descreve o município de Palmeira dos Índios.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Diário Oficial do Estado (D.O.E/ AL de 20/04/1983) na Portaria nº 497, de 19 de abril de 1983. **Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Museu Xucurus.**

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 3 ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Clovis. **Wakonã-Karri-Xukuru:** aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas. Maceió, EDUFAL, 1973.

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CADENGUE, Kátia Almeida. **Entrevista realizada por Aline de Freitas Lemos Paranhos em 09 de janeiro de 2018.** Transcrição por Aline de Freitas Lemos Paranhos com duração de 2h34min.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n.19, jun, 2009. p. 43 – 80.

CHAVES, Julio César. “**Eu não queria que índio se tornasse peça de museu**”: polifonias dos Xukuru-Kariri sobre museus. Especialização – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2014.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. **A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios**. Dossiê de História Oral, 7, 2004, p. 41-59.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico Cultural**. 2 ed. Coleção passo-a-passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina. 2015.

_____. **Cultura e representação**; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARIA NETA, Francisca. Patrimônio histórico e cultural: a comunidade remanescente quilombola tabacaria. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes (Orgs.). **Alagoas nos trilhos das memórias: imagens patrimônios e oralidades; prefácio**. Recife: Libertas, 2017. p. 11-30.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos e Pós-graduação de História**. ISSN 2176-2767 10 (1993).

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA** 4(1): 47 – 77. Rio de Janeiro, 1998.

PARANHOS, Aline de Freitas Lemos. Nas fronteiras do silêncio: a presença negra e indígena no acervo museológico de Palmeira dos Índios/AL. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes (Orgs.). **Alagoas nos trilhos das memórias: imagens patrimônios e oralidades**. Recife: Libertas, 2017. p. 221 – 233.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2013.

PEREIRA, José. **Entrevista realizada por Aline de Freitas Lemos Paranhos em 16 de junho de 2017**. Transcrição por Aline de Freitas Lemos Paranhos com duração de 0h53min.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, século XVIII – XXI: do monumento aos valores**; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? **Anos 90**. Porto Alegre, n.14, dezembro de 2000.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. v. I.

SAMAIN, Etienne (Org.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SILVA, Dominícia. **Entrevista realizada por Aline de Freitas Lemos Paranhos em 19 de março de 2019.** Transcrição por Aline de Freitas Lemos Paranhos com duração de 2h04min.

SILVA, João Paulo Omena. **Construindo valores, reconstruindo identidades:** o caso do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes de Palmeira dos Índios/AL. Trabalho de conclusão de curso, UFAL, Arapiraca, 2015.

SILVA, Maria Aparecida. **Entrevista realizada por Aline de Freitas Lemos Paranhos em 16 de abril de 2019.** Transcrição por Aline de Freitas Lemos Paranhos com duração de 1h23min.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, centro de Humanidades. 2019.

SOARES, Brunemberg da Silva; SILVA, Edson. **Os indígenas Xuhuru-Kariri em Palmeira dos Índios/Al:** entre relatos e espaços de memórias. In: MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Alagoas nos trilhos das memórias: imagens patrimônios e oralidades; prefácio Edson Silva. Recife: Libertas, 2017. p. 123 – 140.

STOCKING JR., George W. **Os objetos e a alteridade:** ensaios sobre museus e cultura material. Rio de Janeiro: UERJ/Unirio (Série Museu Etnográfico), 1995.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da “pedra e caco”:** o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas. Monografia (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/ Superintendência Estadual de Alagoas, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Patrimônio cultural e povos indígenas no Nordeste:** reflexões sobre escavações de igaçabas em Palmeira dos Índios, Alagoas (1930 - 1990). São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 107 – 124, julho – dezembro, 2014.

TORRES, Luiz B. **Tilixí e Txiliá. Lenda da fundação da cidade de Palmeira dos Índios.** Texto não publicado. 1971.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **De como se constituiu a vida social em terras alagoanas.**
In: _____ **Cultura e educação nas Alagoas: história e histórias.** 6. ed. Maceió: EDUFAL e EDUNEAL, 2018.

A relevância desta obra, ancora-se na possibilidade de criar uma fonte de pesquisa permanente, oriunda de acessos a diversas fontes, proporcionando a circulação de memórias e histórias de vários atores sociais, muitos dos quais silenciados e/ou invisibilizados pela história oficial. Não pretendemos anular as narrativas anteriores, pois, compreendemos que a História é fruto da apreensão do historiador, contudo, apresentamos novas interpretações, olhares e discussões sobre fatos, lugares, personagens e eventos que compõem a trama social em Palmeira dos Índios. Esta obra, não esgota o campo de pesquisa sobre a temática, pois, segundo o historiador francês Marc Bloch, o passado segue em ininterrupto progresso. Com essa perspectiva, descrevemos a Praça da Independência, o Museu Xucurus, a Feira do Quadro, o papel do memorialista Luiz B. Torres, migrações indígenas, identidades, camavais e religiosidade, frutos das pesquisas desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, ação que esperamos tornar contínua e processual com publicações futuras.



www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com